

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ADINEI ALMEIDA CRISÓSTOMO

CHACREAMENTOS RURAIS:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO
NORTE DE MINAS GERAIS

Montes Claros – MG

2016

ADINEI ALMEIDA CRISÓSTOMO

**CHACREAMENTOS RURAIS:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora, como requisito avaliativo para obtenção do Título de Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise Espacial.

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais.

Orientador: Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa.

Mestrando: Adinei Almeida Crisóstomo.

Montes Claros – MG

2016

C932c

Crisóstomo, Adinei Almeida.

Chacreamentos rurais [manuscrito] : produção do espaço rural no Norte de Minas Gerais / Adinei Almeida Crisóstomo. – Montes Claros, 2016.

114 f. : il.

Bibliografia: f. 103-110.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa.

1. Espaço rural – Produção – Apropriação. 2. Ruralidades. 3. Chacreamentos rurais – Norte de Minas Gerais (MG). I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Produção do espaço rural no Norte de Minas Gerais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO

**CHACREAMENTOS RURAIS:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora, como requisito avaliativo para obtenção do Título de Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa – Orientador
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Professora Dr^a. Ana Ivânia Alves Fonseca – Examinadora
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Professor Dr. Wagner Barbosa Batella – Examinador
Universidade Federal de Viçosa – UFV

Montes Claros – MG

2016

*Aos meus pais Cícero Neiva e Maria dos Passos,
exemplos de histórias de vida, sabedoria e de luta...*

*A Andréa Narciso e Rômulo Soares,
pelo apoio e pela confiança de sempre...*

- AGRADECIMENTOS -

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e por iluminar sempre meu caminho me protegendo e abençoando.

Agradeço a minha família por todo amor, carinho, apoio e incentivo, aos meus pais Cícero Neiva e Maria dos Passos, pelo amor incondicional, e por estarem sempre presentes ao meu lado em todos os momentos da minha vida, exemplos de luta, sabedoria e histórias de vida. Obrigado meus pais por toda luta, dedicação e sacrifício que tiveram e fizeram para que eu chegasse até aqui. As minhas irmãs Adulciene, Adineia e Adareluce e ao meu irmão Andrei, pelo apoio, incentivo e paciência nos momentos alegres e difíceis nesses dois anos. Aos meus sobrinhos, Maria Gabrielly, Lauane Emanuely e Alisson Matheus por trazerem alegrias e felicidades a nossa família. AMO VOCÊS!

Gratidão, respeito, afeto e admiração ao meu orientador Rômulo Soares Barbosa, Obrigado Rômulo, por tudo... mais do que professor e orientador, você foi meu mestre, amigo, conselheiro, companheiro chefe e pai. Nestes quatro anos e seis meses trabalhando juntos, com a iniciação científica, a graduação, os vários projetos e o mestrado, aprendi muito e ganhei grandes experiências, não somente experiências acadêmicas, mas principalmente experiências de vida. Trabalhar com você é um privilégio e sempre um grande aprendizado. Gratidão pelos ensinamentos, pelas conversas, conselhos, por todas as orientações que me transmitiam tranquilidade e me incentivavam a não desistir dos desafios e a seguir em frente, pela paciência, pela sabedoria passada, pela confiança em mim e no meu trabalho e principalmente pelo apoio de sempre. Obrigado Rômulo!

Gratidão, respeito, afeto e admiração a Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, com quem compartilhei todos os momentos desta “caminhada”. Obrigado “Déa”, por tudo... mais do que professora, você foi minha mãe, orientadora, chefe, mestre, conselheira, amiga, companheira, confidente, psicóloga e psiquiatra. Trabalhar com você é um privilégio e sempre um grande aprendizado. Obrigado pela confiança... Nossas conversas, nossas caminhadas na avenida, nossas risadas... Juntos passamos grandes alegrias e sufocos nos vários projetos e nas organizações dos congressos. Mulher de fibra, sertaneja e barranqueira do São Francisco, com você aprendi a ser firme e forte em todas as situações da vida. Com você aprendi que temos que abrir e fechar ciclos em nossas vidas... Obrigado por estar sempre presente nas minhas “*Travessias*” e pode ter certeza que você sempre estará... sempre juntos... Obrigado Andréa!

Gratidão a todos os *Chacreiros* do Chacreamento Vale dos Ipês, campo onde realizei esta pesquisa de dissertação. Obrigado a todos pela atenção, pelas conversas, pela hospitalidade e pela recepção. Sem a ajuda de vocês, com as conversas, *causos* sobre suas vidas, seus trabalhos e suas lutas, informações, entrevistas e registros, não poderia ter realizado esta pesquisa.

As minhas “Amigas e Irmãs” Ana Flávia e Thays Dourado, gratidão por nossas longas conversas, por nossas risadas, nossos encontros, confidências, nossas mensagens trocadas. Partilhamos juntos, alegrias, tristezas, desafios e dificuldades, um sempre apoiando o outro, um sempre do lado do outro. Gratidão eterna pelas palavras de apoio e força de sempre. Obrigado Ana Flávia e Thays Dourado! Adoro Vocês!

Gratidão, respeito e admiração a Daniel Coelho, obrigado pela sua amizade, mais que professor e chefe, você se tornou meu melhor amigo, conselheiro, mestre, companheiro e um verdadeiro “Irmão mais velho”. Obrigado pelas suas importantes contribuições neste trabalho de dissertação. Gratidão pelas conversas e pelos conselhos de sempre. Obrigado Daniel! Nos últimos meses pude contar também com dois grandes caras, amigos, e verdadeiros “Irmãos”, gratidão a Fábio Dias e Gemilson Segundo. Obrigado a vocês três pelas palavras de força, pelas conversas, pelas cervejas, pelo apoio e incentivo de sempre. Gratidão a vocês, Amigos!

Também nos últimos meses, contei com duas amigas que foram muito importantes neste período, gratidão a Júlia Veloso e Virgínia Nobre. Obrigado pelas palavras de apoio, pelas conversas e pelas risadas. Obrigado a vocês, Amigas!

A todos os meus colegas do mestrado, obrigado pela partilha de saberes e conhecimentos. Gratidão especial a Aline Chelone, André Luiz e Daniella Mendonça, companheiros de sempre e grandes amigos, nestes rápidos dois anos que se passaram, partilhamos juntos todas as nossas alegrias e dificuldades do mestrado. Agradeço a Mônica Oliveira, amiga para todas as horas. Obrigado a vocês, Amigos!

Gratidão a Fernanda Álvares, amiga e companheira a quem devo agradecer muito, pelas palavras de incentivo, força e apoio durante todo o processo de seleção do mestrado. Sem você e sem seus conselhos, nada disso seria possível. Obrigado Fernanda!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo pela oportunidade, pela troca de saberes e conhecimentos. A todos os professores, muito obrigado. Em especial, gratidão a Professora Iara França e ao Professor Marcos Esdras, todo o meu respeito e admiração pela pessoa e pelo trabalho de vocês. Obrigado por tudo !

Gratidão a Professora Anete Marília, que à frente do PPGeo, soube lidar com firmeza todas as dificuldades de um novo Programa.

Agradeço a Professora Ana Ivânia Alves e ao Professor Wagner Batella, por terem aceitado o convite para a participação nesta Banca Examinadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, e a todos os Professores, muito obrigado. A Secretária do Programa, representada por Fernanda Álvares, Vanessa Camilo, Gabriela, Sara Fraga, Joelena e Silvia. O PPGDS sempre me recebeu e me acolheu com muita educação, amizade e respeito.

Ao Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA, pelas grandes experiências nas pesquisas, ensinamentos e aprendizados na Iniciação Científica, na Graduação, nos vários projetos em que participei e no Mestrado, a experiência de ser Pesquisador do NIISA é e sempre será importante na minha vida. Estendo meus agradecimentos a todos os professores, estudantes e amigos do Núcleo, em especial as professoras Felisa Anaya, Ana Thé e Isabel Brito, grandes mestres! As amigas e colegas de trabalho, Greiciele Soares, Patrícia Lima e Larissa Cardoso. Gratidão ao NIISA!

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco – OPARÁ, pelos grandes aprendizados nos vários projetos em que participei, pelas experiências nas pesquisas e pelas amizades, a experiência de ser Pesquisador do OPARÁ é e sempre será importante na minha vida. A todos os amigos e colegas do Grupo e a todos os professores, muito obrigado! Aos novos professores integrantes Gildete Soares e Gustavo Dias e aos colegas de trabalho e amigos, Guélmer Faria, Laís Costa, Maria Cecília, Carla Nadinne e Juliana Silva. Gratidão ao OPARÁ!

Ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Unimontes, e a todos os Professores que desde a graduação sempre me apoiaram e me incentivaram, muito obrigado.

Ao Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, na pessoa da Promotora Dra. Aluisia Beraldo, pela concessão de documentos e informações, a qual foi muito importante para a concretização deste trabalho.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pela concessão da Bolsa de Apoio Técnico pelo Projeto: Sair, Ficar, Voltar: Um Estudo sobre Migrações Temporárias no Sertão Norte-Mineiro. Executado pelo Grupo de Pesquisa – OPARÁ. Onde trabalhei e adquiri muitas experiências, a qual foi muito importante para a concretização deste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão da Bolsa de Extensão pelo Projeto: Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte e Noroeste de Minas Gerais – NEDET. Em execução pelo Grupo de Pesquisa – NIISA. Onde trabalho atualmente, adquirindo novas experiências, a qual foi muito importante para a concretização deste trabalho.

Chegar até aqui não foi fácil, foi um dos maiores desafios que enfrentei em minha vida, mas felizmente eu não estava sozinho, com as bençãos de Deus e com a ajuda e o apoio de muitas pessoas, hoje este sonho se torna realidade...

Enfim, o meu muito obrigado a todos que participaram da minha vida, ou contribuíram para a concretização deste trabalho, nesses dois anos do mestrado... Gratidão !!!

“... Miguilim, isto é o Gerais”...

Mas, então, de repente, Miguilim parou em frente do doutor. Todo tremia, quase sem coragem de dizer o que tinha vontade. Por fim, disse. Pediu. O doutor entendeu e achou graça. Tirou os óculos, pôs na cara de Miguilim. E Miguilim olhou para todos, com tanta força. Saiu lá fora. Olhou os matos escuros de cima do morro, aqui a casa, a cerca de feijão-bravo e são-caetano; o céu, o curral, o quintal; os olhos redondos e os vidros altos da manhã. Olhou, mais longe, o gado pastando perto do brejo, florido de são-josés, como um algodão. O verde dos buritis, na primeira vereda. O Mutum era bonito!

(ROSA, João Guimarães. Trechos de Manuelzão e Miguilim: Corpo de Baile. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001).

“O real não está na saída nem na chagada: ele se dispões para a gente é no meio da travessia”...

Por que era que eu estava procedendo à-toa-assim? Senhor, sei? O senhor vai pondo seu perceber. A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutra galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chagada: ele se dispões para a gente é no meio da travessia...

(ROSA, João Guimarães. Trechos de Grande Sertão: Veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001).

RESUMO

Este trabalho tem como o objetivo compreender o processo de produção, apropriação e reprodução do espaço rural a partir das ruralidades, analisando implantação do Chacreamento Rural Vale dos Ipês, no município de Montes Claros - MG. Como objetivos específicos deste trabalho busca-se entender o processo de produção e apropriação dos novos espaços rurais, descrever o espaço rural do Norte de Minas Gerais e analisar as ruralidades, através das mudanças e transformações do espaço rural, a partir do Chacreamento Vale dos Ipês, no município de Montes Claros - MG. Como procedimentos de pesquisa adotados, destacam-se a importante pesquisa/revisão documental e bibliográfica realizada, a busca por informações e dados relevantes a pesquisa, o conhecimento teórico aplicado no campo empírico/prático, o modo de vida e quem são atores/agentes produtores do espaço, dentre outros, tornaram visíveis as realidades vivenciadas pelo fenômeno das mudanças e transformações deste espaço rural. Sendo assim estes procedimentos realizados foram de fundamental importância para a compreensão, entendimento e análise das atuais conjunturas e estratégias de promoção ao desenvolvimento local e regional, além da análise entre as dicotomias do urbano e do rural. Como resultados produzidos pela dissertação destaca-se que a pesquisa realizada favoreceu uma melhor análise e compreensão a respeito da formação, configuração e reconfiguração dos novos espaços rurais, através dos estudos sobre ruralidades, trouxe uma importante contribuição ao debate que muitos Geógrafos e Sociólogos vêm fazendo há muitos anos, a respeito da produção do espaço e por fim, pôde-se aplicar às teorias, as realidades práticas do Chacreamento Vale dos Ipês, caracterizado portanto como um “novo espaço rural”.

Palavras chaves: Espaço Rural; Ruralidades; Produção do Espaço; Apropriação do Espaço; Chacreamentos Rurais e Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

This study aims to understand the production, appropriation and reproduction process of the rural area from ruralities, analyzing the implications due to implementation of small country domains "Vale dos Ipês" in the city of Montes Claros - MG. Specific purposes of this study seek to understand the production and appropriation process of new rural areas, as to describe the rural space of the north of Minas Gerais and analyze ruralities through the changes and transformations of the rural field, from the country domain Vale dos Ipês, in the municipality of Montes Claros - MG. As adopted research procedures, the important research/document and literature review stand out, the search for relevant information and data for the research, theoretical knowledge applied in the empirical/practical field, the way of life and who are space producers actors/agents, amongst others, made visible the realities experienced by the phenomenon of change and transformation of this rural area. Therefore, these procedures were of fundamental importance for the comprehension, understanding and analysis of current conjunctures and strategies to promote local and regional development, besides the analysis between the dichotomies of urban and rural space. The results produced by the dissertation point out that the survey favored an improved analysis and understanding regarding the training, configuration and reconfiguration of new rural areas, and through studies of ruralities, the study brought an important contribution to the debate that many geographers and sociologists have been doing for many years, about the production of space and finally, it was possible to apply the theories, the practical realities of the country domain Vale dos Ipês; therefore, characterized as a "new rural space".

Key words: Rural Space; Ruralidades; Space production; Appropriation of Space; Country domains and Northern Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS 1A e 1B: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG ...	21
FIGURA 02: Geraizeiro. Comunidade de São Bento – Município de Buritizeiro.....	43
FIGURA 03: Entrada do Chacreamento Vale dos Ipês.....	68
FIGURAS 04: Mapa de localização do Chacreamento Canto do Engenho / Anúncio de venda de chácaras em estrada dos Ipês.	71
FIGURA 05: Área onde se localiza o Chacreamento Vale dos Ipês. Ano de 2016.	73
FIGURA 06: Área onde se localizava a antiga fazenda de cultivo irrigado. Ano de 2005	74
FIGURA 07: A área de irrigação agora desativada é loteada e vendida, aqui mostra as primeiras ruas, estradas e lotes. Ano de 2010.	75
FIGURA 08: Na área já se estabelece o Chacreamento, detalhe no grande número de casas. Ano de 2013.	75
FIGURA 09: Atual formação do Chacreamento Vale dos Ipês, detalhe no número ainda maior de casas, do que na imagem anterior.....	76
FIGURA 10: Entrada do Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.....	94
FIGURA 11: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.....	95
FIGURA 12: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.	96
FIGURA 13: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.	96
FIGURA 14: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG	97
FIGURA 15: Luiz, Agricultor do Chacreamento.....	97
FIGURA 16: Aneleto. Residente do Chacreamento.....	98
FIGURA 17: José Geraldo e Adelson, Residentes do Chacreamento.....	98
FIGURA 18: Plantação de milho em uma das chácaras.....	99
FIGURA 19: Venâncio. Residente do Chacreamento.....	99
FIGURA 20: Geraldo e Osvaldo	100
FIGURA 21: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.....	100
FIGURA 22: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.....	101
FIGURA 23: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.....	101
FIGURA 24: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.....	102
FIGURA 25: Por do Sol no Chacreamento Vale dos Ipês – Fim da Pesquisa de Campo – Zona Rural de Montes Claros – MG	102

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Localização do Chacreamento Vale dos Ipês.....	17
MAPA 02: Mapa de Localização do Norte de Minas Gerais.....	44
MAPA 03: Montes Claros: origem dos <i>Chacreiros</i> do Chacreamento Vale dos Ipês, 2016..	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade dos <i>Chacreiros</i> do Chacreamento Vale dos Ipês.....	78
Gráfico 02 – Profissões dos <i>Chacreiros</i> do Chacreamento Vale dos Ipês.	79
Gráfico 03 – Tempo de residência no Chacreamento.....	80
Gráfico 04 – Residência na cidade	80
Gráfico 04 – Em que bairro da cidade tem residência.....	81
Gráfico 05 – Motivo de aquisição da Chácara.	83
Gráfico 06 – Como era o Espaço quando veio residir aqui	84
Gráfico 07 – De quem comprou a Chácara.	85
Gráfico 08 – Sobre o destino dos resíduos sólidos (lixo) gerados. Como é descartado	86
Gráfico 09 – Qual o município /cidade você é, ou morava	87
Gráfico 10 – Residentes: para manter a casa e a família, aqui você tem encontra tudo o que precisa.....	88
Gráfico 11 – Para comprar os mantimentos da casa, você vai à cidade. Qual cidade	89
Gráfico 12 – O Chacreamento é regularizado?.....	89
Gráfico 13 – Como você analisa esta área, que em poucos anos se transformou em uma alta concentração populacional baseado em chácaras.....	90

LISTA DE SIGLAS

CAA/NM – Centro de Agricultura do Norte de Minas Gerais.

CEMIG – Companhia de Energia de Minas Gerais.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

- SUMÁRIO -

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS SOBRE O ESPAÇO RURAL	21
1.1 – A categoria Espaço na Ciência Geográfica	23
1.2 – O Espaço Rural no Brasil	28
1.3 – Os modos de produção e apropriação do Espaço	35
CAPÍTULO II – O RURAL NORTE MINEIRO	43
2.1 – Ruralidades: configurações de um novo Espaço Rural	50
2.2 – Novos Espaços Rurais: Ruralidades no Norte de Minas Gerais.....	56
CAPÍTULO III – CHACREAMENTO VALE DOS IPÊS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO VALE DO RIACHÃO	68
3.1 – Chacreamentos Rurais: uma nova configuração do Espaço Rural	70
3.2 – O Chacreamento Vale dos Ipês	73
3.3 – A Pesquisa no Chacreamento Vale dos Ipês	77
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
V – REGISTROS FOTOGRÁFICOS	94
VI – REFERÊNCIAS	103
ANEXO I – QUESTIONÁRIO	111

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere no campo de estudos sobre a formação de Chacreamentos Rurais. Estes são empreendimentos imobiliários implantados nas áreas rurais, que podem ser considerados como divisões e parcelamentos de áreas, solos e terras rurais em lotes, em geral todos do mesmo tamanho. Podem possuir várias finalidades, como a própria moradia ou simplesmente para o lazer/recreio.

A produção acadêmica sobre a relação campo-cidade, rural-urbano tem se intensificado no Brasil, a partir do final dos anos 1990, com os estudos sobre a multifuncionalidade do campo (MALUF, 2002); a pluriatividade da agricultura familiar (CARNEIRO, 2015); as especificidades do rural frente ao urbano com o “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2001); o equívoco da dimensão do rural nas estatísticas oficiais baseadas em definição arcaica de rural (VEIGA, 2002); sobre as ruralidades (ABRAMOVAY, 2000), dentre outros.

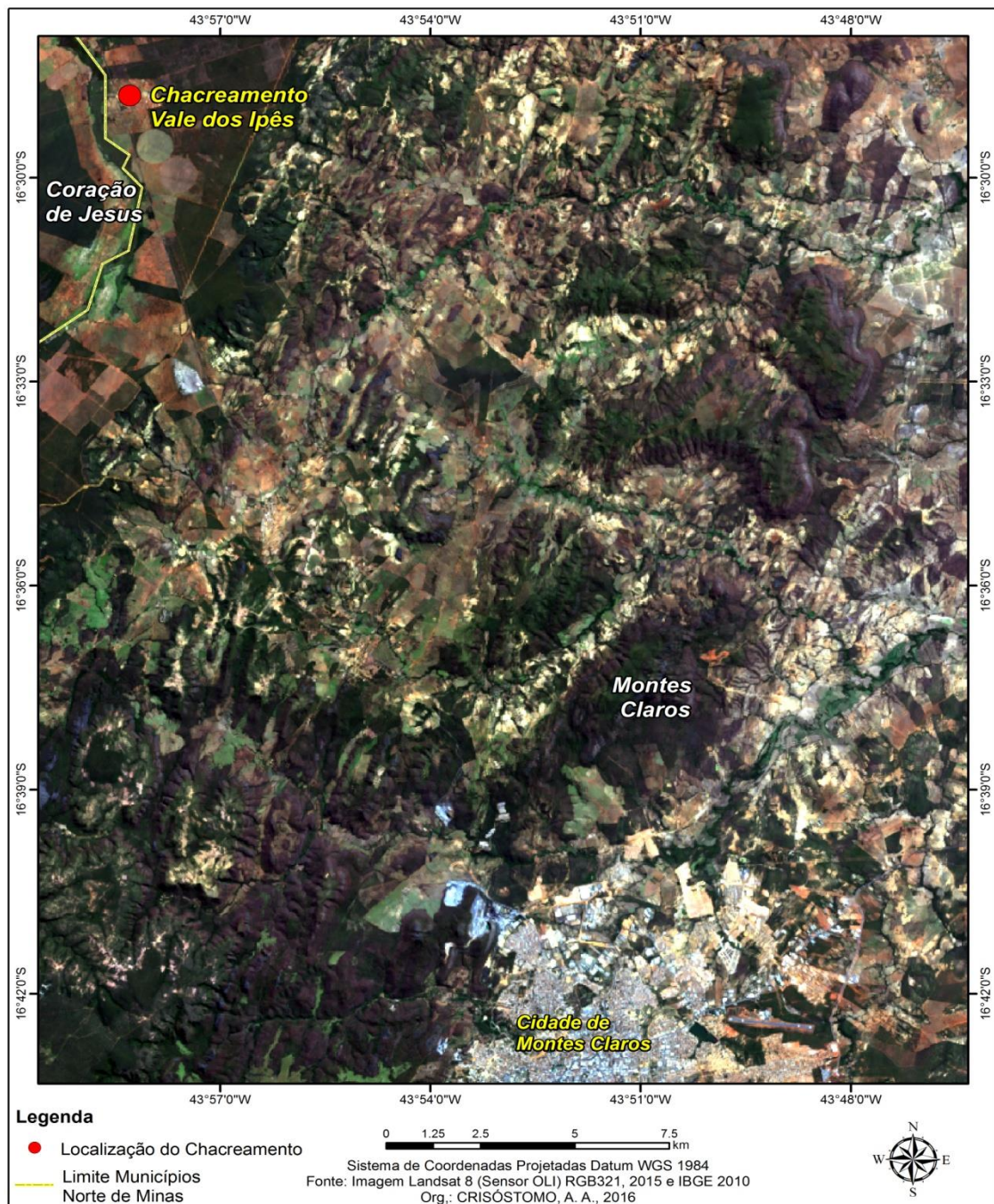
No centro do debate está a discussão sobre a centralidade da agropecuária no rural. Isto é, o rural é mais ou menos agropecuário? Alguns argumentos: com a introdução da agricultura intensiva em agroquímicos e moto mecanização, lavas consideráveis de população se dirigiram do campo para a cidade, substituídas pelos tratores. O campo tem atraído contingentes para outras experiências de vida, não mais como agricultor, pelo menos exclusivamente. São pousadas e hotéis que dinamizam o turismo rural como atividade econômica. Além disso, o parcelamento do solo rural, com a criação de pequenos sítios, chácaras e condomínios insere uma nova população no campo. Próximas dos centros urbanos, estas parcelas rurais possibilitam aos proprietários, familiares e visitantes uma experiência diferente do vivenciado nas cidades. Cria-se um pêndulo entre o trabalho e o consumo nas cidades e o descanso semanal, quinzenal, mensal no campo.

De acordo com entrevista realizada com a Promotoria de Justiça e Meio Ambiente, estima-se que hoje, no município de Montes Claros existam mais de 100 (cem) empreendimentos, caracterizados como chacreamentos rurais. Os chacreamentos rurais implantados em determinadas áreas podem gerar consequências ambientais, como desmatamentos, perfuração intensiva de poços artesianos, produção de resíduos sólidos em grande escala, dentre outros problemas.

O Chacreamento Vale dos Ipês, no município de Montes Claros – MG produziu mudanças e transformações no espaço. Localizado nas nascentes ou cabeceiras do Rio

Riachão, na margem direita da lagoa Tiririca, no sentido das cidades de Montes Claros e Mirabela. Foi originalmente uma área de irrigação com pivô central que foi desativada e parcelada para venda a terceiros no mercado imobiliário.

Conforme com entrevistas realizadas com os moradores e trabalho de campo realizado na região, o Vale dos Ipês é composto por 120 lotes com tamanho entre 2000 e 2500 m² cada. Atualmente cerca de 100 casas estão construídas ou em fase de construção. Há também uma estrutura comercial tipo mini-mercado instalado no local, denominado “Mercadinho Vale dos Ipês: mercearia, bar e lanchonete”.



MAPA 01: Localização do Chacreamento Vale dos Ipês.

Entre os anos de 1990 e 2000, conflitos pela gestão e o acesso à água do Riachão foram marcantes nesta região. Conhecida como “Luta pela água do rio Riachão”, consistia em um conflito ambiental (ACSELRAD, 2004) pela apropriação dos recursos naturais entre produtores irrigantes com pivôs centrais para o cultivo de grandes lavouras, e famílias de agricultores ao longo da bacia.

A presente dissertação tem por objetivo geral compreender o processo de produção e apropriação do espaço rural, a partir da análise da formação do Chacreamento Vale dos Ipês, em Montes Claros-MG. Os objetivos específicos são: a) examinar o processo de produção e apropriação dos novos espaços rurais; b) abordar aspectos históricos do espaço rural no Norte de Minas Gerais; c) analisar as características do Chacreamento Vale dos Ipês, no município de Montes Claros - MG

Para a realização da pesquisa foram adotados procedimentos característicos da metodologia qualitativa e também da metodologia quantitativa, a saber:

A Pesquisa Bibliográfica e Documental – com levantamento de bibliografias e autores, busca por informações, análise de relatórios e registros técnicos impressos de instituições como organizações não governamentais, promotoria de justiça, dentre outras instituições, leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações, monografias, artigos científicos publicados, documentos eletrônicos entre outros. Ressalta-se que foi realizado um levantamento de documentos, dados e informações junto ao Ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça / Meio Ambiente, a Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Trabalho e Pesquisa de Campo – antes do “ir ao campo”, é necessário um planejamento por parte do pesquisador. Ressaltando que este planejamento foi realizado para este presente trabalho, com a realização de alguns procedimentos como a elaboração de um cronograma de tarefas, com a estipulação de prazos e datas a serem cumpridas, a elaboração dos questionários estruturados e semi-estruturados, verificação de equipamentos como gravadores, computador e máquina fotográfica, contatos com os moradores na comunidade, diário de campo, a realização de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com moradores e proprietários de residências no chacreamento, a aplicação dos questionários e observação direta. A utilização de fotografias e registros de imagens do espaço rural pesquisado e dos moradores do lugar. Estes foram alguns procedimentos realizados durante o trabalho e a pesquisa de campo.

Para um universo de 120 *Chacreiros*¹, foram aplicados 35 questionários, correspondendo a 29% do total. Este procedimento foi realizado durante três dias, incluindo o final de semana, para que fosse possível encontrar os proprietários que não residem no chacreamento. O fim de semana é o principal período de frequência no Vale dos Ipês. O conteúdo foi registrado e gravado. O áudio foi transcrito preservando a identidade dos entrevistados. Para isso são utilizados nomes fictícios.

Análise de Dados – Análise dos dados obtidos no campo, organização dos dados, elaboração de novo plano e cronograma de campo, constando os itens a serem abordados e as informações a serem levantadas, assim como a forma em que serão abordadas, para posterior coleta de dados.

Organização de dados – levantamento de dados secundários. Sistematização e análise dos dados secundários e dados obtidos em campo.

Análises das imagens de satélite da área da pesquisa. Pesquisas de imagens e informações em sites como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa, Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

Para as revisões teóricas, tanto neste primeiro capítulo, quanto no segundo e terceiro capítulo, justifica-se a utilização de autores, pesquisadores e estudiosos da temática, não somente da área da Geografia, mas também busca-se referências de importantes pesquisadores das Ciências Sociais, na perspectiva da Sociologia Rural, da Antropologia Rural e do Desenvolvimento Rural.

A Geografia, assim como outras ciências, tem se preocupado e se concentrado nos últimos tempos nos estudos e pesquisas sobre algumas categorias chave e bases de sua formação de análise ou sua epistemologia. Dessa forma esta pesquisa tem como base a categoria geografia espaço.

Essa pesquisa está estruturada em três capítulos, a saber:

O Capítulo I, “Perspectivas sobre o Espaço Rural”, abordará os processos de produção e apropriação do espaço rural. Neste sentido, será utilizado durante o capítulo a pesquisa bibliográfica e documental na perspectiva da revisão de principais conceitos sobre as temáticas, para isso recorre-se a autores clássicos e contemporâneos das Ciências Humanas,

¹ O termo *Chacreiro* na linguagem oral corresponde a Chacareiro na linguagem formal/escrita. *Chacreiro* é a denominação dada pelos moradores do local para quem é dono da chácara ou que mora no local. Trata-se de divergência entre linguagem escrita/formal e linguagem oral. O termo *Chacreiro* será grafado em itálico como indicativo de uso local.

das áreas da Geografia e das Ciências Sociais, para trazer ao debate as importantes discussões sobre a categoria espaço e a produção do espaço.

No Capítulo II, “O Rural Norte-Mineiro”, discute-se o desenvolvimento e constituição do espaço rural no Norte de Minas Gerais e suas configurações, como se deu a formação histórica e temporal do rural na região. Discute-se também com revisões conceituais, uma abordagem sobre as fronteiras entre o urbano e o rural e também abordará com maior destaque o debate sobre as Ruralidades, como um importante fator para se pensar “o novo rural”. Discute-se também as ruralidades na região.

Por fim, o Capítulo III, “Chacreamento Vale dos Ipês: Produção do Espaço Rural no Vale do Riachão”, analisará a formação do Chacreamento Vale dos Ipês no município de Montes Claros, a partir da pesquisa realizada com o exame dos dados e informações obtidas durante o trabalho de campo, aplicação de questionários e entrevistas. Este capítulo terá como um dos objetivos, traçar um perfil dos *chacreiros* do Vale dos Ipês, apresentando os dados quantitativos na forma de gráficos. Tais informações revelam o modo de vida e quem são atores/agentes produtores deste espaço, na tentativa de compreender o fenômeno das mudanças e transformações deste espaço rural.

Tece-se nas “Considerações Finais”, uma reflexão sobre os processos de produção do espaço rural, as características do espaço rural regional e as características das mudanças e transformações do espaço, a partir dos conceitos chave trabalhados. Por fim como “Anexos” os “Registros Fotográficos” da pesquisa, mostrando em imagens o Chacreamento Vale dos Ipês e os *Chacreiros* residentes e não residentes do local. Apresenta-se também o Questionário da pesquisa que foi aplicado. Os resultados da pesquisa permitiram conhecer o perfil dos proprietários, descrever características do chacreamento e analisar como este espaço foi produzido e tem sido apropriado pelos *Chacreiros*.

- CAPÍTULO I -

PERSPECTIVAS SOBRE O ESPAÇO RURAL



FIGURA 1A: Imagem de Satélite, Catálogo de Imagens – 2016 – INPE / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG – Fonte: www.inpe.br/



FIGURA 1B: Divisão da área em lotes, cada lote possui o tamanho de 2000 a 2500 m².
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Agosto de 2015.

O espaço pode ser analisado sob várias perspectivas, sendo que um dos significados mais recorrentes entre geógrafos e não geógrafos refere-se ao meio em que o homem vive e as relações sociais nele impressas.

A Geografia, notadamente, após a sua institucionalização como ciência no século XIX, tem se preocupado com a análise da categoria espaço como totalidade. Entender a sociedade, o meio em que ela se encontra e as relações sociais, é uma forma de compreender a sociedade e o espaço dialeticamente. Trata-se de uma tarefa complexa, mas necessária nos tempos atuais.

Neste sentido, este capítulo aborda o conceito de espaço na ciência geográfica a partir de vários expoentes, adotando uma abordagem específica, isto é, o espaço rural. Posteriormente, discute-se a produção e apropriação do espaço, tendo como foco central o espaço rural e a emergência dos novos espaços rurais, ou as novas ruralidades.

O espaço rural se consolida como uma base de formação das sociedades, pois é neste espaço onde se encontram as formas de produção e reprodução da vida em comunidade. Assim, o espaço rural é, sobretudo, o que de fato caracteriza a vida de quem mora em uma comunidade.

As figuras 1A e 1B retratam a divisão de lotes no Chacreamento Vale dos Ipês – área rural da pesquisa. Verifica-se que esse espaço rural está passando por transformações no que diz respeito as mais variadas formas de multifuncionalidade e pluriatividade. Ou seja, o espaço rural passa a ter outras funções, não somente vinculado a agricultura, exercendo atividades de trabalho para a sociedade.

Um conceito importante para compreender esses processos é o de multifuncionalidade da agricultura abordado por Maluf (2002). Esta noção amplia o campo das funções sociais da agricultura, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas ou mesmo de bens econômicos privados. A agricultura se torna responsável também pelo fornecimento de bens públicos como a conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade) e do patrimônio natural (paisagens), bem como pela qualidade dos alimentos e pela manutenção do patrimônio cultural. A unidade de produção agrícola pode oferecer ainda bens mercantis diferenciados, como o agroturismo e a produção/manufatura de produtos “caseiros” e artesanais. Além disso, a agricultura cumpre um importante papel de coesão social, mais significativo e mais complexo que a própria criação de empregos agrícolas. Ou seja, nesta perspectiva a noção de multifuncionalidade estabelece uma articulação entre território, agricultura e desenvolvimento sustentável. (MALUF, 2002).

Neste sentido, Maluf (2002) já aponta um importante termo para se pensar e analisar a produção do espaço e as ruralidades. A multifuncionalidade do espaço vem se tornando cada vez mais uma realidade do rural nos tempos atuais. Existe hoje em números, uma grande quantidade de atividades que são desenvolvidas nos espaços rurais, onde antes era visto apenas como o espaço da agricultura, hoje, o espaço rural passa a fornecer para as populações tanto urbanas, quanto rurais uma série de opções de atividades, o rural passa a ter outra lógica, e é essa uma das questões que este trabalho vai se preocupar.

1.1 - A CATEGORIA ESPAÇO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

O espaço possui várias e diferentes acepções. A discussão que se segue, traz conceitos, abordagens e elementos fundamentais para a sua compreensão. Não é objetivo dessa pesquisa resgatar historicamente todas as suas abordagens conceituais no âmbito da ciência geográfica, mas relacionar a discussão apresentada no intuito de compreender a formação do espaço rural no Brasil, em um nível macro para um nível micro, ou seja, em um nível nacional para um nível local. Daí, a relevância de revisitar algumas noções principais desta categoria.

Gottdiener (1997), inspirado em Lefebvre (1980), concebe o espaço como um produto da ação humana sobre a natureza, devendo ser visto muito além das localizações e das relações sociais de posse ou de propriedade. O aspecto mais importante do espaço é a sua natureza multifacetada.

O espaço é ao mesmo tempo uma localização física, um bem imóvel, uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Assim, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes.

Neste sentido, Gottdiener (1997) aponta que o espaço é um produto material de uma dada formação social. Nisso estrutura-se a abordagem marxista do espaço. Assim, a teoria do espaço consiste em uma especialização de uma teoria geral da organização social na medida em que ela se articula com o espaço. Remete a um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço e sua articulação com outras forças e processos, historicamente dados. O espaço é remetido uma gama de múltiplas preocupações, não somente em relação com e como

propriedade, além disso, o espaço é produzido pelas relações sociais entre homem e natureza, representando assim uma relação sócio-material.

Outro aspecto importante nessa discussão é o arranjo do espaço geográfico que, de acordo com Moreira (1982), exprime o “modo de socialização” na natureza. Dessa maneira, o modo de produção implica em como será o espaço geográfico. O processo de socialização da natureza pelo trabalho social, ou seja, a transformação da história natural em história dos homens (ou da história dos homens em história natural) ocasiona uma estrutura de relações sob determinação do social. E é esta estrutura complexa e em perpétuo movimento dialético que designa espaço geográfico. Para Moreira (1982), o espaço está sempre imbricado nos processos de relações sociais e materiais com o homem, a relação homem-natureza, uma relação sempre vai depender da outra e sempre vai estar em constante movimento.

De acordo com Santos (1997) a palavra chave mais importante é espaço, para ele sempre tem que haver o espaço. O conceito de perpassa as questões sobre os ciberespaços ou meio técnico-científico e informacional, que constitui basicamente o período em que as populações não utilizam apenas o que a natureza disponibiliza, como no meio natural. O Espaço tem em sua principal constituição as relações sociais, o espaço como relação social.

Para Suertegarey (2001), o espaço constitui a categoria central para a Geografia, tratado muitas vezes como o seu próprio objeto. Inicialmente, assim como o tempo, o espaço foi concebido por Kant como espaço absoluto, espaço receptáculo, espaço continente, lugar de ocorrência do fenômeno geográfico. Adquiriu dimensões específicas, tornou-se demarcável, passível de delimitação, de localização, de forma absoluta. A cartografia de base e a localização absoluta (coordenadas geográficas) balizaram esta concepção. Neste sentido a autora aponta algumas dimensões da formação do espaço, enfocando que esta categoria é uma das bases da ciência geográfica.

A autora faz também uma reflexão inspirada nos estudos e pesquisas de Harvey (1980) sobre o espaço, assinalando a existência de mudanças e transformações do espaço, no sentido de relações homem, natureza e as relações materiais. Suertegarey (2001) apresenta ainda a abordagem do espaço em Harvey (1980) sob outra perspectiva. Num contexto dialético, o espaço é ao mesmo tempo absoluto (com existência material), relativo (como relação de objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). Nessa concepção “o objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos”. (HARVEY, 1980). Importa também considerar que,

para o autor, o espaço não é nem um, nem outro em si mesmo, podendo transformar-se, dependendo das circunstâncias.

Harvey (2010) assinala três importantes formas de se pensar e analisar o espaço, o espaço absoluto se torna uma “coisa em si mesma”, uma existência independente da matéria. Ele possui uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. O espaço relacional é aquele contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos.

Em seu texto “O Espaço como Palavra-Chave”, Harvey (2006) coloca que o espaço deve ser entendido em seus mais variados sentidos, relacionando-o com o tempo, e, a partir disso, compreender as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades, cruciais para a construção de uma imaginação geográfica diferente. O autor coloca em discussão o termo e a dualidade espaço/tempo, como uma forma de análise do espaço, o importante são as relações de temporalidades que se expressão. Nisso, o espaço revela-se e possui múltiplas determinações, de modo que nenhum de seus significados pode ser propriamente compreendido de forma isolada. Mas é precisamente isso que faz do espaço, em particular quando associado ao tempo, tão rico em possibilidades.

Suertegarey (2001) inspirada também nos estudos de Santos (1997) que apresenta assim como Harvey, a noção de espaço-tempo como categorias indissociáveis que permite uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Desta forma, num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado). Disso resultam diferentes ritmos e coexistências nos lugares, materializações diversas, por conseqüências espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades. Santos (1997) aponta a categoria espaço como o lugar de múltiplos conhecimentos e proporções dentro de uma ordem global ou em um nível maior de entendimento.

Completando está análise dual espaço/tempo, Silva (2001) também argumenta o par espaço e tempo estabelecendo uma correlação com as atuais questões do mundo atual, referindo-se às novas e velhas contradições condensadas pela temporalidade. Para o autor, o espaço deve ser discutido extrapolando os limites do locacional, avançando para a análise das contradições nele produzidas. Como dito anteriormente, sempre buscando um movimento que seja dialético e de caráter dinâmico, contido no movimento das contradições do e no espaço contém e recupera vários aspectos das teorias marxistas do valor fundamentados na economia

política. Os diversos usos e abusos da natureza reforçam os argumentos que recolocam a discussão do espaço na ordem do dia.

Assim, outro aspecto importante nesta discussão é a ação do homem, dos grupos sociais e atores políticos e econômicos no espaço. A organização espacial é, nesse sentido, sobretudo, o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. (Corrêa, 2000). A organização espacial perpassa principalmente a questão do trabalho, pois é a partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio, que se verifica uma ação de intervenção na natureza. É a partir das necessidades do homem que o espaço é produzido, modificado e transformado, em vários aspectos e sentidos. Por isso faz-se importante estudos e pesquisas que mostrem e comprovem que estas intervenções na natureza podem até gerar pontos positivos, mas também traz uma carga de consequências para o meio de vivência. Neste sentido, como um fator central nesta perspectiva de análise, é a categoria trabalho.

O trabalho se torna aspecto central da formação de uma organização espacial entre as sociedades, ganha centralidade a partir das necessidades de sobrevivência do homem.

Os campos cultivados, os caminhos, os moinhos e as casas, entre outros, são exemplos de segunda natureza. Estes objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (formas espaciais) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade. A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social. (CORRÊA 2000. p. 29).

É importante ressaltar, ainda conforme Corrêa (2000), a organização espacial é assim constituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria e recria o espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra. (CORRÊA, 2000)

Um trabalho social organizado coletivamente implica divisão do trabalho e nisso consiste a definição do quê é, quanto e como será a produção. E ainda, de que jeito reparti-la. Corrêa (2000) discorre que as relações sociais têm sua essência na produção. É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza. A intervenção na natureza foi, em um primeiro momento, marcada pelo extrativismo, em seguida passou por um progressivo processo de transformação, incorporando a natureza ao cotidiano do homem com meios de subsistência e de produção.

Nessa direção, Corrêa (1982) discute que é a ação humana que gera a organização do espaço, isto é, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço. Nas sociedades integradas economicamente tem-se os mecanismos de mercado, a ação de

atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos, sobretudo os recursos escassos, natural ou socialmente produzidos, tornam-se capazes de impor sua marca sobre o espaço. Aqui, Corrêa aponta para a questão da apropriação do espaço, como o espaço é apropriado e transformado pelas ações e intervenções do homem. Nas questões até agora colocadas, podemos perceber um elo e um “tripé” de relações do e com o espaço, relações materiais e sociais/trabalho/capital.

No capitalismo, o trabalho realiza-se sob o comando do capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e o Estado são agentes fundamentais na organização do espaço. Daí fala-se em um espaço do capital, que para CORRÊA (2000), é o produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social, "conseqüência do trabalho e da divisão do trabalho", conforme aponta Lefebvre. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra.

O autor fala também da constituição de processos espaciais que são elementos mediatizadores entre processos sociais e organização espacial. Os processos espaciais constituem um conjunto de forças postas em ação por determinados atores que atuam ao longo do tempo, originando localizações, realocações e permanência de atividades e do homem sobre o espaço.

Neste mesmo sentido, Corrêa (2000) afirma que o longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em várias obras feitas pelo homem, estas obras são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio de cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico. O autor coloca que o espaço e a organização espacial são dados, sobre tudo a partir das intervenções e obras do homem sobre a natureza.

O autor pontua também um dos principais objetivos da ciência geográfica que é o estudo da sociedade que faz-se através da organização espacial, enquanto as outras ciências sociais concretas estudam-na através de outras objetivações. Isso denota que o objeto da geografia é, portanto, a sociedade, e a geografia a analisa por meio da organização espacial, dentre outros elementos. Em outras palavras, a geografia representa um modo particular de se estudar a sociedade.

Para Corrêa (2000), a organização espacial não é somente um reflexo da sociedade, é simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução

social. Isso é importante devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria como a progressiva urbanização da humanidade.

Apresentamos assim, importantes noções conceituais sobre o espaço na ciência geográfica, muitas delas convergentes, mas a categoria que mais evidencia a formação e constituição do espaço é o trabalho como central e regulador da organização espacial, ou de um espaço. A categoria trabalho se torna elemento fundamento de análise.

Observou-se que o conceito de espaço possui variadas concepções no pensamento geográfico, vinculadas à análise dos autores e o contexto espaço-temporal em que se inserem.

Ao resgatar a centralidade do conceito de espaço e organização espacial na ciência geográfica, obteve-se um aporte teórico para a análise do foco desta pesquisa, que é o Espaço Rural e as Ruralidades.

Torna-se então, necessário estudar, repensar e refletir os novos espaços geográficos que surgem e se adaptam no tempo, com um grande jogo de interesses, de relações, de forças e de poder.

1.2 – O ESPAÇO RURAL NO BRASIL

Através de diversos cenários na história brasileira (espaço/tempo), podemos analisar o processo de formação do espaço rural, as origens da propriedade da terra, as questões agrárias existentes, dentre outras questões pertinentes. Neste sentido, a discussão proposta neste momento pretende expor metodologicamente apontamentos de alguns autores de forma teórica, alguns aspectos e pontos históricos sobre a formação e o desenvolvimento do espaço rural no Brasil. Stédile (1997), um dos principais autores com estudos sobre as questões agrárias no Brasil e ligado aos movimentos sociais de luta pela terra, faz alguns importantes apontamentos. De acordo com Stédile (1997, p.08):

Desde os primórdios da colonização do Brasil pelos portugueses, a forma como a terra foi distribuída e utilizada resultou num grave problema agrário; apesar do aumento da produção agropecuária, esta não conseguiu se tornar um fator de progresso econômico, com distribuição de renda e justiça social. Ou seja, desde os anos de 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade – sua classe dominante – impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e usufruto desse bem da natureza. (STÉDILE 1997, p.08).

Para o autor, temos como um dos primórdios da questão agrária no Brasil, as formas de colonização que geraram o grande acúmulo de terras por parte de uma minoria da população, como consequência acabou desencadeando desigualdades fundiárias causada pela

má distribuição de terras, beneficiando assim pequenos grupos e que já possuíam grandes quantidades de terras e fazendas.

Nesta perspectiva, Graziano da Silva (1981, p.10), outro grande autor e estudioso das questões agrárias e rurais no Brasil, aponta:

Que o início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terras particulares. Denominadas de sesmarias. Surgiram então os latifúndios escravistas. A necessidade de cortar em grande escala e escassez de mão de obra na colônia uniu-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos. Todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias. (GRAZIANO DA SILVA 1981, p.10)

Ainda pontua que o latifúndio escravista produzia apenas para exportar, essa era a sua finalidade básica. O produto mudava de acordo com os interesses da metrópole: primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café. A exportação da produção, aliada à importação de escravos, é que garantia a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos. (GRAZIANO DA SILVA 1981, p.10)

Graziano da Silva (1981) argumenta também que o latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades. Vários eram "técnicos" empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. A origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

Com a colonização das regiões, intensificaram-se cada vez mais os processos de produção e apropriação do espaço, a partir da acumulação de terras pelos latifúndios, a produção da agricultura, a produção agrícola em pequena/grande escala já começa se apontar como uma das principais formas de economia das regiões brasileiras.

Já para Martins (1999, p. 76-77), um dos principais autores e estudiosos da sociologia, aponta que foi a partir da Lei de Terras de 1850 que ficou mais evidente essas desigualdades de acesso a terra, para ele, a Lei:

Teve um caráter ambigüamente conservador, o que mostra que, no fundo, os grandes proprietários de terra foram paulatinamente constituindo e reforçando seu poder. Longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo

justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas. Ao contrário do extinto regime sesmarias, o novo regime retirava do direito de propriedade a co-propriedade do Estado. (MARTINS 1999, p. 76-77)

Com o passar dos anos e dos séculos, muitas questões estabelecidas e assentadas pela Lei de Terras, ainda eram postas em vigor. As grandes propriedades de terras ainda continuaram sob o domínio das elites políticas e econômicas do país. Não se obteve mudanças no cenário rural e agrário no Brasil. O agro-negócio foi cada vez mais se consolidando e tomando força e proporção. Neste sentido, a produção da agricultura em larga escala se torna o maior potencial do país, com maiores investimentos, com a modernização e industrialização das regiões rurais. O processo de “modernização” do campo passa a ser umas das maiores prioridades a ser desenvolvido.

Prado Júnior (1999, p. 141-142), outro grande autor, estudioso das questões sobre o rural brasileiro, expõe que na agricultura colonial brasileira é preciso distinguir dois setores diferentes.

De um lado, a *grande lavoura*, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutra, a *agricultura* de “subsistência”, isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 141-142)

Para Prado Júnior (1999, p.143), o traço essencial das grandes lavouras é, a exploração em larga escala. Cada unidade produtora, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma usina, com organização coletiva do trabalho e mesmo especializações. Isto se observa em particular na produção típica da agricultura colonial: a do açúcar, onde o engenho, com seu conjunto de máquinas e aparelhamentos, formam uma verdadeira organização fabril. Mas não é só nas indústrias anexas da agricultura que se encontram tais caracteres. Embora menos acentuados, eles aparecem na própria lavoura do campo. O preparo do terreno, a semeadura, os cuidados com a planta, a colheita, bem como outras operações conexas, se realizam sempre na base do trabalho coletivo.

O autor fala de uma sociedade brasileira em transição, a grande lavoura baseada na exportação, de forma extensiva e que ocupava grandes e extensas áreas e baseada também na pecuária que tinha como base ciclos de monoculturas. Já a agricultura de subsistência, era a agricultura baseada como fator de evolução do capital, voltada para um próprio abastecimento ou abastecimento interno. Além disso, Prado Júnior (1999, p.143) fala que:

São estas características apontadas que distinguem a exploração em larga escala e a individualizam entre as demais formas de exploração rural. É esse tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que tem de mais profundo e essencial. (PRADO JÚNIOR, 1999 p.143)

Moreira (2009, p.09) também nos apresenta que nos processos de urbanização e de industrialização dos pós-1930 e no surto de democratização do pós-1946, essa forma de acesso a terra é tensionada pelo movimento camponês. O Estatuto da Terra, de 1964, instituído pelo poder do Golpe Militar do mesmo ano, não foi capaz de estabelecer parâmetros para uma significativa reforma do domínio privado sobre o território. Apesar de grandes investimentos de capital em vários setores da economia, o período militar não trouxe mudanças para o cenário das questões da agricultura e do acesso a terra. Estes foram cada vez mais limitados tendo acesso apenas a minoria, a parcela da população que já detinham grandes quantidades de terras.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Estatuto da Terra por um lado, definiu regras para os contratos de arrendamento e parceria, como resposta às reivindicações do movimento sindical; por outro, incentivou o pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde”, que teve como principal consequência a saída de muitos agricultores familiares das suas propriedades, ampliando ainda mais a miséria na área rural e nas cidades. (CONTAG, 2003). Essa “Revolução Verde” baseava-se no modelo agroquímico: referencial implantado por grandes corporações multinacionais que buscava a “modernização” e a produtividade do campo de forma subordinada à industrialização. Nesse período, as transferências de tecnologias desenvolvidas (adubo, veneno, variedades melhoradas e maquinário moderno) para os países do terceiro mundo foram utilizadas como forma de modernizar a agricultura patronal e os grandes complexos agroindustriais, além de estimular a agroexportação e o pagamento dos compromissos internacionais. (CONTAG, 2003).

Alentejano (2011), inspirado nos estudos de Harvey (2004), assinala que a concentração fundiária não é uma novidade na história brasileira, mas se reesignifica a cada momento, o mesmo pode ser dito da internacionalização da agricultura. Se a colonização foi o marco inicial da invasão estrangeira – do ponto de vista dos povos “indígenas” (tupis, guaranis, xavantes, ianomâmis e tantos outros) – hoje vivemos uma nova onda de internacionalização da nossa agricultura, expressa no domínio da nossa agricultura por grandes empresas transnacionais e na compra de terras por empresas, fazendeiros e fundos

financeiros estrangeiros. No dizer de David Harvey, estamos diante de um processo de renovação do imperialismo, baseada na acumulação por espoliação:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (Harvey, 2004: 121)

De acordo com Moreira (2009, p.09), o domínio do território não é democratizado. No presente, os elevados índices de concentração da propriedade da terra demonstram que a grande propriedade agrária ainda exerce um domínio quase absoluto sobre o território nacional. Na medida em que o Estado nacional moderno tem seu fundamento no domínio de um dado território e no direito burguês da propriedade privada, o Estado brasileiro ainda tem fortes raízes agrárias.

Mesmo com todo o processo de modernização agrícola e agrário, a questão fundiária do Brasil, ainda continua sobre a esfera da grande propriedade privada, baseada no acúmulo de grandes quantidades de terras, sendo produtivas ou improdutivas.

Pequenos produtores rurais, agricultores que possuem seus territórios tradicionalmente ocupados, povos e comunidades, muitas vezes ou na maioria das vezes são dizimados ou têm seus territórios e propriedades rurais, tomados são “expropriados”, expulsas de seus territórios e comunidades, impedidas de trabalhar em suas próprias terras pelos grandes proprietários e pelo capital privado.

Moreira (2009, p.09) afirma inclusive que as raízes agrárias autoritárias do estado brasileiro e do domínio concentrado de território pouco têm sido ressaltadas nas análises da fragilidade e insuficiência de nossa democracia e dos elevados índices de desigualdades sociais contemporâneos. Nessa perspectiva poderíamos falar das raízes agrárias do estado brasileiro e postular a existência uma ruralidade autoritária no Estado e na cultura brasileira, ainda atuante em nosso sincretismo cultural, que os processos de industrialização não foram capazes de apagar.

Neste sentido, Graziano da Silva (1981, p. 40) argumenta que

A estratégia da modernização conservadora deve ser considerada irreversível a partir do momento que se constitui no campo uma classe proletária que dependa para sua sobrevivência exclusivamente de relações assalariadas. Ou seja, é preciso que o produtor direto já se encontre totalmente expropriado de modo que possa dispor “livremente” da única mercadoria de que continua proprietário, a sua força de trabalho. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 40)

Araújo (2005, p. 59) apresenta um panorama resumido, no que podemos visualizar de certa forma essa formação da estrutura agrária e fundiária brasileira. De uma maneira geral, ele diz que essa estrutura continua enclausurada na mesma teia de concentração, injustiça e exclusão social aqui estabelecida pela exploração colonial portuguesa. A terra, que durante séculos representou a plataforma fundamental sobre a qual se constituiu o poder político-social, continua a deter uma parte significativa deste perverso “*status social*”. Não apenas enquanto base de um controle social paroquial e clientelístico que manipulou homens como gado. Mas como “reserva de valor” dos “modernos homens de finanças e tecnologias”.

Segundo Araújo (2005, p. 59):

A incorporação de grandes extensões de terra às modernas formas de exploração agro-industrial tornou ainda mais complexo o tabuleiro de forças em disputa no campo brasileiro. A luta de classes se acirra – por um lado na diversificação dos conflitos distributivos entre facções que compõem o “bloco histórico” hoje dominante no campo; de outro pela intensificação da exploração/exclusão de pequenos e médios produtores (sobretudo aqueles ainda submetidos a padrões tradicionais de cultivo), posseiros e agregados, trabalhadores rurais e bóias-fria. Entre estes por sinal parece crescer a disposição de luta e capacidade de organização para buscar fazer valer os seus interesses. (ARAÚJO 2005, p. 59)

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), diante das pressões, a sobrevivência da agricultura familiar ficou cada vez mais vinculada à necessidade de fortalecimento de sua organização coletiva. Hoje continua sendo o principal setor que abastece de alimentos o mercado interno e enfrenta sérios desafios na luta por políticas públicas que reforcem seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável do país. (CONTAG, 2003).

A expansão da produção e da riqueza agropecuária não tem por contrapartida a distribuição mais justa da renda no meio rural. Concentra-se riqueza num pólo e pobreza e miséria no outro. Entre as causas desta contradição sobressaem a estrutura antidemocrática da propriedade fundiária (herdade do período colonial), marcada pela tradição de grandes latifúndios, bem como a orientação das políticas agrícolas, subordinadas aos interesses dos grandes fazendeiros, e o atraso da aplicação da legislação trabalhista no campo. (CONTAG, 2003).

Do ponto de vista da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), a classe trabalhadora e o desenvolvimento do espaço rural requerem não só a elevação dos padrões de desempenho das propriedades rurais, como também uma efetiva democratização do acesso à terra a todos que desejam nela trabalhar, a valorização dos assalariados e a reordenação da produção. Este último fator se fundamenta no reconhecimento da relevância econômica da agricultura familiar e em formas de organização associativas e cooperativas dos agricultores nos processos de produção, beneficiamento, prestação de serviços e comercialização. (CTB, 2008).

Ainda para a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), nesse acirramento, destaca-se com grande importância na luta e efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais, os movimentos sociais de luta pela terra, e os movimentos sindicais. Que com o passar dos anos foram se formando e se articulando, contribuindo para a efetivação e criação de leis federais de amparo aos trabalhadores rurais, lutam por um novo projeto de desenvolvimento para o espaço rural e para o campo, baseados na agricultura familiar, na sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, valorização do trabalho proporcionando ao trabalhador uma boa qualidade de vida. (CTB, 2008).

Assim, no decorrer desta análise, podemos pensar que a discussão fomentada mostrou os principais aspectos da formação do Espaço Rural no Brasil. Durante as análises expostas, foi possível identificar que o Espaço Rural no Brasil expressa diversas peculiaridades, concepções, diagnósticos e visões analíticas que podemos observar com as origens da propriedade e posse da terra no país, as questões agrárias e agrícolas existentes, dentre várias outras questões pertinentes para esta pesquisa.

O espaço rural exerceu e ainda exerce diversas percepções, no que tange as diferentes formas de apropriação, produção e reprodução das sociedades atuais. Neste sentido, emerge uma nova forma de se ver e analisar os espaços rurais. Com o passar dos anos, o que temos visto são “outros” modos em que o rural ou a categoria rural se apresenta. São estas perspectivas que vamos apresentar nas próximas sessões deste trabalho.

Na próxima seção deste capítulo, iremos trabalhar com dois pontos centrais na busca de entender os processos e os indicadores das novas ruralidades e dos novos espaços rurais, os processos e modos de produção e apropriação do espaço rural, voltados para um foco geral. Adentrando em uma abordagem de síntese e revisão teórica, iremos descrever algumas características sobre o fenômeno e analisar o seu desenvolvimento.

1.3 – OS MODOS DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Aqui serão abordados dois importantes processos para a compreensão dos “novos espaços rurais” os modos de produção e apropriação do espaço rural, estes fazem parte das perspectivas das ruralidades, que serão apresentadas com maior enfoque no segundo capítulo.

De acordo com Carlos (2001, p. 63), o processo de produção e reprodução do espaço insere-se no debate da economia política. Em suas análises sobre as obras de Lefebvre (1974, 1995) ela resgata que o autor considera dois sentidos do termo “produção”: o *stricto sensu* que se refere à produção de bens e mercadorias e o *lato sensu* que menciona também a produção das relações sociais, uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc.

Carlos (2001, p. 63) aponta ainda que a acumulação:

Produz uma racionalidade homogeneizante inerente ao processo que não se realiza apenas produzindo objetos-mercadorias, mas a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento que induzem ao consumo (o que revela como norteadores da vida cotidiana – isto porque o cotidiano se apresenta invadido por um sistema regulador, em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais, que as reduz a formas abstratas). Portanto, se o processo de reprodução refere-se, de um lado, ao processo de realização e acumulação do capital, por outro, sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade humana. (CARLOS 2001, p. 63).

Para Carlos (2001, p. 64), as relações entre processo de produção-desenvolvimento das forças produtivas produzem no mundo moderno novas possibilidades de realizar a acumulação. Em sua fase atual, associa-se cada vez mais à produção do espaço, produção que se coloca numa perspectiva onde novos lugares ganham valor de uso.

O processo de reprodução do espaço a partir do processo de reprodução da sociedade se realiza, hoje, produzindo novas contradições, suscitadas pela extensão do capitalismo, o que nos coloca diante da necessidade de aprofundar o debate em torno das contradições entre o espaço público e o privado, espaço do consumo-consumo do espaço, abundância relativa da produção, novas raridades, fragmentação-globalização do espaço. Todavia, a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento da reprodução espacial hoje. (CARLOS, p. 64. 2001).

Numa perspectiva entre rural e urbano Wanderley (2001, p. 33) diz que:

A afirmação da permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural. Nesta reflexão, a ideia de que, mesmo quando se atinge certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. O que parece mais

importante é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros.

Ainda para Wanderley (2001, p. 33), as diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”. É importante observar que esta abordagem sobre o recorte campo cidade como forma de apreender as diferenças espaciais e sociais nas sociedades modernas, ganha relevância no novo contexto gerado pelos processos de globalização/mundialização e o pós-fordismo. Com efeito, a revalorização dos espaços locais, a capacidade de organização e de pressão revelada pelos movimentos sociais que se reclamam do “rural” e do “agrícola” particularmente na Europa e os próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macroregionais sobre os espaços rurais reiteram a existência do rural, como espaço específico e como ator coletivo.

Para Veiga (2004), nos últimos vinte anos tornou-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Mas esse é um fenômeno novo, que pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais.

Veiga (2004) aponta:

A necessidade de práticas multifuncionais que atendam às novas demandas sociais que vão de saudáveis alimentos às diversas formas de lazer ao ar livre, passando pela pureza da água potável ou pela beleza das paisagens naturais. Mesmo que a dimensão rural de um país ou região não seja mais vista como domínio exclusivo da agropecuária, seriam os agricultores os principais criadores, mantenedores e garantidores desse espaço social, econômico e cultural. Já no discurso “utilitarista”, a ênfase está muito mais na possibilidade de tirar partido das novas vantagens competitivas que os espaços rurais podem oferecer para negócios, principalmente imobiliários, sejam eles residenciais, turísticos, esportivos, artísticos, ou de outras formas recreação. Já no “hedonista” – toda a ênfase é colocada na dimensão cultural. Neste, a questão central é a da própria contribuição dos territórios rurais para a qualidade de vida, principalmente em termos de atração estética. (Veiga 2004.p. 08)

Veiga (2004) considera ainda que mesmo que haja sérias razões de conflito entre as bases sociais desses discursos, é claro que eles tendem a ser combinados em qualquer projeto e estratégia de “renovação” rural. E o sucesso desse tipo de projeto ou estratégia dependerá muito mais das circunstâncias concretas em que se encontram as regiões predominantemente ou significativamente rurais, do que da possível influência relativa de

cada uma desses três discursos, o das práticas multifuncionais, o discurso utilitarista e o hedonista. Por isso, a linha de investigação científica mais profícua só pode ser a que procura identificar os fatores que mais condicionam as dinâmicas das áreas rurais, a começar pelos seus diferentes desempenhos econômicos.

Sobre a mercantilização do espaço, Carlos (2001, p. 70) define que o espaço caracterizado como espaço turístico associa-se diretamente ao plano do consumo do espaço enquanto lugar da acumulação, articulando às necessidades de reprodução da sociedade. É consequência do fato de que hoje no mundo moderno não se produz apenas mercadorias convencionais como mesa, roupas ou cadeiras, mas o espaço voltado para o consumo. O espaço-mercadoria se impõe na vida cotidiana enquanto valor de troca que submete o modo e o tempo do uso.

Sobre o desenvolvimento das áreas urbanas e rurais na atualidade, Alencar e Moreira (2005, p. 300-301) ressaltam que a expressão campo-cidade situa as noções de rural e urbano como relações que se auto-reproduzem espacialmente.

Os espaços rurais e urbanos são transformados ao longo do processo histórico. Carregam os conteúdos de realidade que lhes foram atribuídos pela ciência, pelo Estado, pela literatura e pelo cotidiano. Na contemporaneidade da realidade humana, a esses espaços é acrescido o sentido de potencialidade e de possibilidades e de incompletude: potencialidade da vida, possibilidade do vir a ser e incompletude do rural sem o urbano e do urbano sem o rural. Tais são as indeterminações das ruralidades e urbanidades contemporâneas. (ALENCAR E MOREIRA 2005, p. 300-301)

Ainda de acordo com Alencar e Moreira (2005, p. 301), o campo, rural e ruralidade, assim também cidade, urbano e urbanidade, mesmo contendo diferenças classificatórias estão internamente referenciados e mutuamente relacionados. Unificados pela potência da vida e pela possibilidade de existir, ambas postas imaginariamente na natureza da vida. Não é possível falar de rural ou de urbano independentes do espaço social onde são experienciados, seja diretamente, seja por representação social.

Para os autores, “campo e cidade” constituem:

Uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo por permitir visualizar efetividades e potencialidades de ruralidades que emergem de relações abertas com a natureza. Sob condições metropolitanas, essa noção expressa tensões cujos enfrentamentos se ancoram na natureza permitindo o vislumbre de modos de abertura de coexistência de objetividades e subjetividades *rurbanas* que carregam valores de cidadania e democracia social e política. (ALENCAR, MOREIRA, 2005, p. 314)

Analisou-se aqui o espaço, como ele é definido e caracterizado a partir de exposições e conceitos chave de alguns autores e estudiosos do tema. Observou-se que o

espaço a cada dia passa por mudanças e transformações. Caracterizou-se e foram definidos os processos que levam a formação das ruralidades no espaço rural. Analisou-se como se constitui de fato a produção do e no espaço rural. Esta breve análise não esgotou as várias questões que imbricam o processo de produção do espaço que está presente nessa pesquisa.

Outro elemento de grande importância para a compreensão do processo das novas ruralidades e de produção do espaço rural, trata-se da apropriação do espaço. A forma pela qual as pessoas apropriam do espaço, trazem em si valores, lógicas, princípios, perspectivas, costumes e hábitos de vida. Transferem estes para outros modos ou espaços de vida, ou seja, quando se fala na apropriação do espaço rural na perspectiva das ruralidades, refere-se à transferência cultural de modos de vida, costumes, tradições. Com a utilização de ferramentas modernas e tecnológicas, os modos característicos da vida urbana e da vida da cidade, são dialeticamente transferidos para a vida e para o espaço rural.

Segundo Lima (2005, p. 46), uma das grandes autoras estudiosas da sociologia e do desenvolvimento rural, analisando os estudos de Nicole Mathieu (1998), a ruralidade que era vista como um fato sociológico (sociedade camponesa ou população rural agrícola ou não-agrícola) passa a ser vista como um fato quase físico, um meio ambiente particular a ser preservado. Antigas interpretações não desaparecem, mas são minoritárias e persistem em algumas instituições, onde predominam as características demográficas ou econômicas do rural.

Ainda de acordo com Lima (2005, p. 46), enquanto na esfera científica dissemina-se a concepção de uma indiferenciação crescente entre campo e cidade, na sociedade civil predomina a visão de uma clara oposição entre ruralidade e urbanidade. O que está na base da revalorização do rural é a crise urbana. Os anos 1950 apontavam para a inevitável urbanização do campo, na década atual há o predomínio de uma visão funcionalista que busca enquadrar o rural, definindo-lhe um lugar na sociedade. A valorização atual do rural apontaria para uma nova representação da relação campo/cidade apoiada na inversão da hierarquia de valores e não em contradições sociais e econômicas.

Assim Lima, (2005) aponta que em meados do século XX já se assinalavam as questões das mudanças e transformações do espaço rural. Os processos de urbanização das regiões brasileiras, cada vez mais se intensificavam.

Carlos (2001, p. 66) assinala que:

Numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço produzido como mercadoria liga-se serve às necessidades da acumulação. Por sua vez, as relações de produção que engendram as atividades de repartição e consumo, se realizam sob a égide de liberdade e igualdade, sob a lei do reprodutível, do repetitivo, anulando as

diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e o tempo social. Essa idéia está na origem da discussão dos espaços turísticos e de lazer produzidos a partir de estratégias da reprodução, num determinado momento da história do capitalismo que se estende ao espaço global, criando novos setores de atividades, dentre eles, o turismo como extensão das atividades produtivas. (CARLOS 2001, p. 66).

Ainda de acordo com Carlos (2001, p. 66,) tendencialmente o espaço produzido como mercadoria se insere no circuito da troca, atrai capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução.

Neste contexto, Carlos (2001) assinala que o espaço é banalizado, explorado e as possibilidades de ocupá-lo são sempre crescentes. Isso explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando o espaço vendido em pedaços e, com isso, tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam através e no mercado. Deste modo, o espaço é produzido e reproduzido e podemos dizer ainda além das palavras de Carlos (2001) o espaço é apropriado como mercadoria reprodutível. Neste sentido, abordado por Carlos (2001) esta pesquisa tem como principal foco o estudo e a análise de uma área localizada no espaço rural do município de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, que vêm passando em pouco tempo por diversas mudanças e transformações, principalmente de caráter físico.

O espaço rural que antes era utilizado para plantação e irrigação se transforma em um chacreamento rural, caracterizado como um empreendimento imobiliário de grande porte e estrutura. De forma geral, o espaço rural ganha uma outra lógica, e uma outra finalidade, que são as construções de chácaras para a moradia, para o descanso e para o lazer, dentre outras finalidades. Faz-se assim necessário, um estudo e uma pesquisa mais detalhada da área, compreendendo desta forma, que este espaço é caracterizado pelo termo ruralidades, como um “novo espaço rural”.

Desta forma, Carlos (2001, p. 66-67) apresenta no contexto em que novas áreas adquirem valor de uso, o processo de apropriação passa a ser determinado pelas leis do mercado, isto é, definidos pela sua trocabilidade. Assim, as parcelas do espaço, sob a forma de mercadoria, se encadeiam ao longo dos circuitos da troca a partir de uma estratégia e de uma lógica. Com isso, as particularidades se afirmam, potencializadas pela produção, pois o uso só pode se realizar num determinado lugar, isto é, refere-se à escala local (apesar de articulados cada vez mais ao global – pela constituição da sociedade urbana).

Por sua vez, o espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem-incluem.

Produz a especialização dos lugares, determina e direciona fluxos, emergindo centralidades novas.

Mas, é necessário cuidado nessa análise, tal como aponta Carneiro (1998, p. 58), que as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social.

Carneiro (1998, p. 58) diz que as novas experiências engendradas contribuiriam para criar uma diversidade social e cultural que é também condição de existência da sociedade na medida em que alimenta as trocas ao enriquecer os bens (culturais e simbólicos) e ampliar a rede de relações sociais. A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”.

Na perspectiva da autora não se pode entender a ruralidade:

Hoje somente a partir da penetração dos mundos urbano-industrial definidos tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural. Nesse sentido, importa mais do que redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais. Deve-se buscar a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a cultura country etc. Várias questões nos são sugeridas de imediato. (CARNEIRO, 1998, p. 59-60).

Carneiro (1998, p. 60-61) esclarece também que as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca, são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas. Integrantes da elite agrária brasileira recorrem às práticas e hábitos tidos como “rurais”, mas que ressemantizados em outros contextos culturais exibem e ao mesmo tempo instituem a sua face moderna. Enquanto isso, os “neo-rurais” brasileiros, motivados por valores próprios do antigo mundo rural (autodeterminação, contato com a

natureza, tranquilidade, simplificação das relações sociais) reproduzem na racionalidade produtiva e tecnológica valores urbanos.

Em suma, concluindo neste primeiro momento com uma frase de Moreira (2012, p. 256) onde podemos falar em múltiplas e diferenciadas ruralidades subalternas e hegemônicas e contra-hegemônicas, ou mesmo em um mundo rural complexo com múltiplas facetas e dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas.

Este item apresentou alguns pontos teóricos centrais sobre a apropriação do espaço rural direcionando para as ruralidades e a produção do espaço. Analisou-se a apropriação como uma nova forma de conceber o espaço rural a partir de perspectivas urbanas. Verificou-se que novos valores, novas tradições, novos costumes fazem parte do mundo rural de hoje.

Pontuou-se no início deste capítulo a principal abordagem dessa pesquisa que é o Espaço Rural. As conceituações teóricas sobre a categoria Espaço na Ciência Geográfica foram embasadas nas principais teorias de autores clássicos e contemporâneos. Abordou-se a categoria Espaço Rural com um breve contexto histórico, desde a formação e os primórdios das primeiras colonizações das áreas rurais no Brasil até a formação, e as principais características dos espaços rurais nos tempos mais recentes da história.

A perspectiva teórica conceitual escolhida permite compreender o tema e o foco central desta pesquisa que é a formação de novas configurações e reconfigurações do espaço rural, através da análise de novas configurações dos espaços rurais que são os chamados Chacreamentos Rurais no Norte de Minas Gerais.

Através da análise do empreendimento imobiliário rural denominado Chacreamento Vale dos Ipês, localizado na área rural do município de Montes Claros, tem-se outros modos de análises dos espaços rurais, suas principais características, como esse processo se estabelece, as diferentes dinâmicas dos espaços urbanos e rurais e as novas relações com os espaços urbanos. Destaca-se, ainda, principalmente as novas relações com o espaço rural através de dois pontos centrais de discussão que foram os Modos de Produção do Espaço e os Modos de Apropriação do Espaço Rural. Assim, os espaços urbanos e rurais passam por mudanças e transformações, agregando outras características, outros modos de viver e de se produzir e reproduzir e, também novas configurações.

O Capítulo II caracteriza o espaço rural regional, trazendo uma breve revisão de conceitos, pesquisas e estudos sobre a região do Norte de Minas Gerais. Focaliza a reconfiguração do espaço rural na região do Norte de Minas Gerais através de mudanças e transformações ocorridas com os processos de ocupação e desenvolvimento regional, após

1930. Esses elementos são cruciais para compreender como o espaço é produzido pelos seus agentes e possibilita dimensionar o fenômeno das novas ruralidades associado à produção e apropriação do espaço no Norte de Minas. Por fim o capítulo apresenta também as principais características dos estudos e pesquisas sobre ruralidades. Apresenta-se também a contextualização das ruralidades ou novos espaços rurais no âmbito regional.

- CAPÍTULO II -

O RURAL NORTE-MINEIRO



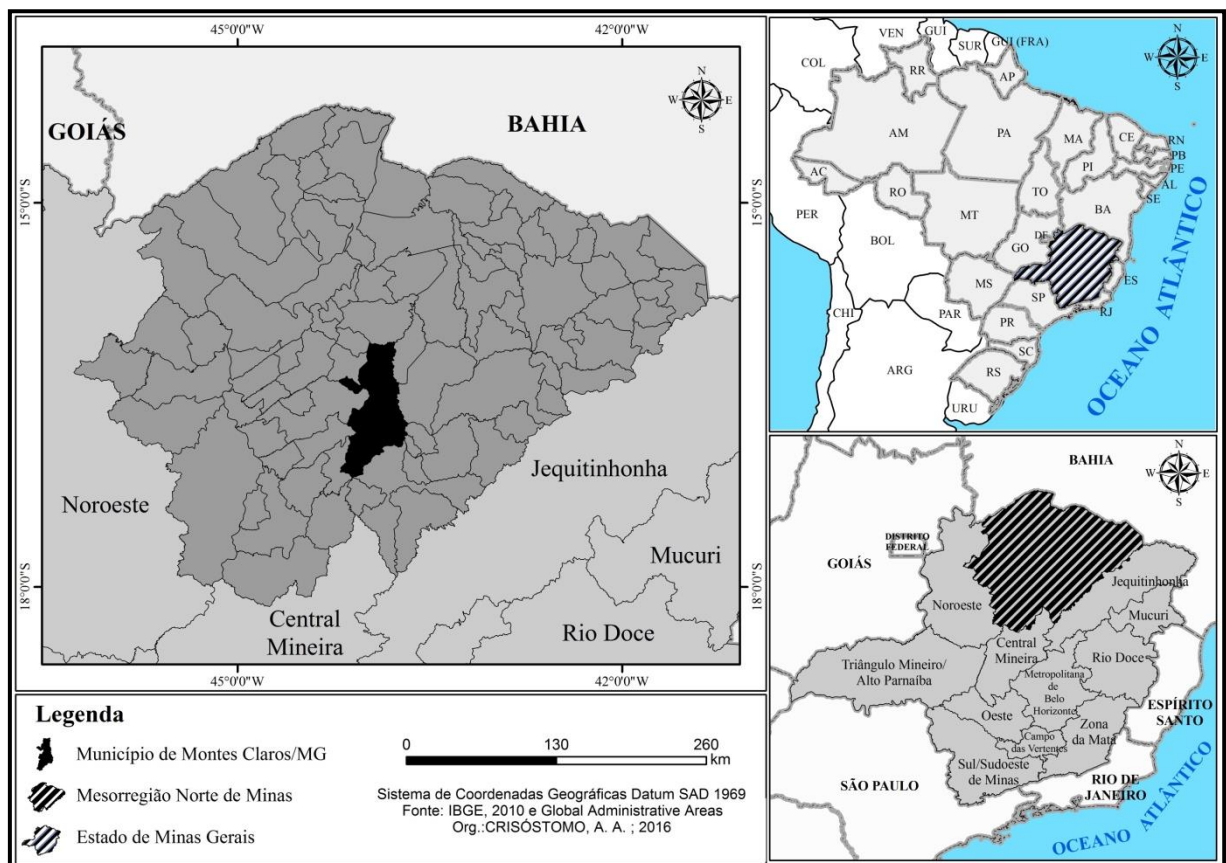
FIGURA 02: Geraizeiro. Comunidade de São Bento – Município de Buritizeiro.
Fonte: Projeto: Sujeito Agente - Pessoa Sertão: Cultura Popular e Patrimônio Cultural no Alto Médio São Francisco. Acervo: Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco – OPARÁ 2013.

O Capítulo II aborda o espaço rural do Norte de Minas Gerais, compreendendo o processo de formação deste espaço e suas reconfigurações. Abordará também discussões sobre as conceituações e perspectivas sobre rural e urbano e por fim uma análise sobre as ruralidades.

O Norte de Minas Gerais está localizado em uma região de transição entre os biomas do cerrado, caatinga e da mata seca. (Mapa 02).

De acordo com Cardoso (2000) sobre a formação do Norte de Minas Gerais:

Desde o início do seu povoamento até os dias atuais, vários fatores, de ordem conjuntural e estrutural, contribuíram para imprimir à Região Mineira do Polígono das Secas, aqui denominada Norte de Minas Gerais, certas características econômicas e sociais bastante peculiares. Tais como fizeram com que a região, no decorrer da sua evolução histórica, assumisse diferentes importantes funções no processo de desenvolvimento do Brasil, que terminaram por marcar decisivamente a sua própria identidade social e econômica. (CARDOSO, p. 177. 2000)



Mapa 02: Localização do Norte de Minas Gerais.

Durante os períodos de colonização da região, as inúmeras fazendas e os currais serviam de pouso para tropeiros ao longo das margens do rio São Francisco (rio dos currais), assim como do rio das Velhas e do rio Carinhanha. O pasto, os depósitos e os barreiros de sal

favoreciam a criação de gado, mas também se cultivava cana, fumo, feijão, milho e hortaliças; e ainda, fabricava-se cachaça e rapadura, e criava-se outros animais, como galinhas, porcos, cavalos e muare: “O ritmo de vida das vilas e povoações ribeirinhas era marcado, diferentemente dos núcleos urbanos da região mineradora, pela sazonalidade do regime de chuvas e secas e pelo trânsito do comércio pelos portos do rio São Francisco” (GOMES, 2013, p.49).

Ao longo dos tempos, políticas públicas foram implementadas com o intuito de amenizar o baixo crescimento econômico dos municípios do Norte de Minas, em função da irregularidade pluviométrica, que ocasionou secas prolongadas e o flagelo de muitas famílias. Pereira (2012) pontua:

As políticas públicas implantadas tinham na criação de órgãos de combate à seca a sua principal estratégia de ação. Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1911, transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. Também a criação, em 1940, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e da Comissão do Vale do São Francisco²(CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 se inserem nesse contexto de buscar soluções para os problemas da região. (PEREIRA, 2012, p. 102).

De acordo com Paula (2006), em relação às atividades exercidas nesta região, as bandeiras paulistas e baianas nos séculos XVI e XVII começaram a desbravar em busca de riquezas e de posses de terras. Já no século XVIII, originou-se um período de isolamento norte-mineiro, com a dominação da mineração em detrimento do ciclo da cana de açúcar. “A atividade mineradora foi importante para o Norte de Minas como região de fornecimento de produtos agropecuários para as minas, mas com os contrabandos de ouro e a sonegação de impostos, houve um período de restrição ao comércio”. (PAULA, 2006:5).

Paula (2003) afirma também que a partir de dados da Fundação João Pinheiro, que a região é composta por três grandes áreas distintas: a) a Bacia do São Francisco, que engloba sete unidades da federação; b) o Vale do São Francisco, abrangendo parte do Nordeste, uma parte do Polígono das Secas e uma parte do Sudeste; c) o Semiárido Brasileiro, que compreende o Polígono das Secas. Segundo a autora, a formação do Norte de Minas se deve “a expansão da pecuária bovina e a disponibilidade de terras livres” (PAULA 2003. p. 03).

O processo de desenvolvimento do Norte de Minas Gerais ocorreu através de alguns fatos históricos, como evidencia Paula (2006), a criação de gado e a vasta quantidade de terras livres; que posteriormente enaltecera a região, trazendo em sua estrutura povos de

² Atual Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

várias etnias (indígenas, africanos e europeus), que através de uma mão-de-obra escrava, construíram uma identidade de um povo sertanejo. (PAULA, 2006).

Zhour e Oliveira (2010) apontam que desde o início de sua colonização, o território mineiro de modo geral vem sendo palco de intensa atividade econômica, produtora de severas transformações nas suas condições naturais e nas formas sociais de sua apropriação. A partir do esforço de “modernização recuperadora” empreendido pelas elites econômicas e políticas locais, observa-se a deslocalização das atividades industriais de base, transferidas para a região do Vale do Aço (CARNEIRO, 2003; DULCI, 1999). Por sua vez, nas décadas de 1970 e 1980, o colapso do esforço desenvolvimentista resultou na intensificação da produção e da exportação de *commodities*, cujos efeitos eram expressos na mercantilização dos territórios. (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010, p. 446)

Inúmeras foram as mudanças econômicas que aconteceram no Norte de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças explicitadas em nível regional, só foram possíveis a partir de um movimento engendrado nacionalmente que visava mudanças na base técnica da produção agrícola.

O modelo de desenvolvimento rural que intensificou o uso de mecanização e agroquímicos, se, por um lado provocou a “modernização do campo”, por outro implicou no empobrecimento dos agricultores familiares, na degradação dos recursos naturais e na manutenção da concentração fundiária (BARBOSA et al, 2006).

Ribeiro (2005) ao se referir ao Norte de Minas, enquanto “o Gerais”, adjetivação negativa ou extensão marginal das “Minas”, mostrou o que justificaria a semântica do termo que divide o Estado em dois: as “Minas” e os “Gerais”. Concepção que serviu como forma de descaracterizar toda uma ocupação anterior daquele espaço geográfico por outras sociedades e justificar a penetração “civilizada” sobre esse “vazio” humano (RIBEIRO, 2005, p. 55). Representação disseminada e reforçada através das narrativas dos cronistas coloniais, que vão de relatos e documentos do bandeirantismo às narrativas dos viajantes estrangeiros, consolidando uma literatura baseada na visão eurocêntrica de inferioridade racial do homem sertanejo como resultado do processo de mestiçagem operado na colonização e interiorizada pela intelectualidade brasileira no século XIX. Assim, historicamente, o Norte de Minas Gerais é remetido à margem do processo civilizatório, relegado à sua condição de periferia com toda carga negativa que isso implica, ou seja, a porção pobre de Minas. O que justificou e ainda justifica a intervenção do Estado através de projetos desenvolvimentistas e de colonização para a região.

Essa expansão da fronteira agrícola às ditas novas terras não levou em consideração a população ali existente. Os olhos estavam voltados apenas para o potencial das terras planas do cerrado e seus chapadões. No Triângulo Mineiro, Brasil Central, Alto Jequitinhonha, Piauí, Sudoeste baiano e Alto-Médio São Francisco, todos inseridos nos novos rumos da expansão agrícola (RIBEIRO, 2010).

No que toca à ocupação do cerrado, o governo criou medidas especiais para incentivar sua ocupação e simultânea produtividade.

Quando essas atividades começaram no Alto-Médio São Francisco, as chapadas de gerais foram privatizadas por empresas de pecuárias, reflorestamento e carvoejamento; as baixas úmidas foram sistematizadas, irrigadas e plantadas; a terra fértil da mata seca foi em grande parte transformada em pastagens de capim brachiara ou andropogon. Empresas adquiriam, ou grilavam, grandes áreas de gerais, terras comuns de agricultores tradicionais, e cercavam outros tantos milhares de hectares de terras, se assenhorando das chapadas e encantilando – conforme o dizer local - os lavradores na estreita faixa que ficava entre a margem dos córregos e o começo das chapadas.” (RIBEIRO, 2010, p.31)

Luz (2015, p. 37, 38) lembra que a primeira mudança expressiva no Norte de Minas Gerais foi a sua incorporação à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE foi idealizada por Celso Furtado e instituída no ano de 1959 no governo presidencial de Juscelino Kubitschek, foi criado um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste que formulou seu I Plano Diretor.

O crédito rural é visto como uma alternativa aos dispendiosos custos da moderna produção agrícola que se vale de defensivos e maquinário para potencializar a produção. Modernização e crédito caminham juntos. Segundo Graziano da Silva, “são os incentivos governamentais – via crédito privilegiado a juros reais negativos – que tornam os baixos salários recebidos pelos trabalhadores rurais relativamente mais caros que seus substitutos, como as máquinas e os defensivos químicos, especialmente herbicidas”(1980:125-6). O primeiro programa de crédito agrícola voltado para regiões do cerrado foi um programa piloto em nível regional que serviu de modelo para ações e medidas e serem implantadas nacionalmente, no ano de 1972 é criado o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI. (LUZ, 2015, p. 38, 39)

Com o sucesso do PCI, foi elaborado e colocado em prática o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, compreendendo doze áreas prioritárias que iam para além de Minas Gerais chegando também no Centro Oeste. Com essa iniciativa o cerrado entra para o ranking nacional com produção expressiva de café, soja, sorgo e trigo. As mudanças foram desde o uso e trato da terra até o financiamento da produção. De acordo com

SALIM (1986, p. 324), “os cerrados participavam com cerca de 40% da produção nacional de arroz, 16% de milho, 18% de feijão, 36% de rebanho bovino e 24% de suíno”. (LUZ, 2015)

Logo após esse programa, o governo brasileiro fez acordos com o Japão no ano de 1979 e juntos colocavam em prática o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, visando o investimento nas regiões Centro-Oeste e Norte. “A estratégia proposta era a criação de grandes unidades agrícolas, com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de pequeno e médio porte, fundamentados no sistema de operação cooperativista” (SALIM, 1986, p. 326). Tais investimentos na agropecuária e infraestrutura visavam favorecer a competitividade das variedades agrícolas no cenário internacional. Além desses incentivos o setor de infraestrutura também se beneficiou recebendo os esforços necessários para escoamento da produção. Já no ano de 1982 é implantado o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – PROFIR que surge para aumentar e viabilizar a produção de grãos, em especial, o trigo. (LUZ, 2015, p. 39, 40)

Contudo, diferentemente da “crença” do governo federal, as terras do Norte de Minas não eram despovoadas e essas ações provocaram altos índices de êxodo rural. As intervenções reguladoras do Estado tornaram possível o “sucesso” do parque industrial de processamento de produtos agropecuários.

A tecnologia agrícola difundida no País durante a década de 70 conduziu-se a resultados muitas vezes satisfatórios em termos de elevação da produtividade do trabalho e da produtividade física; no caso de algumas culturas, concorreu para um agravamento de problemas sociais e ecológicos. Dentre os sociais, ressaltam-se a elevação da concentração fundiária, a expropriação de pequenos produtores inclusive de alguns dos que se modernizaram, a redução substancial de ocupações mais estáveis, a elevação da sazonalidade do trabalho e, como conseqüência, a precipitação de um movimento populacional a partir do campo, responsável por um virtual despovoamento das áreas rurais mais desenvolvidas. É necessário mencionar também que esta tecnologia agrícola não apenas tem exigido um sistema de crédito subsidiado para sua incorporação, como tem acarretado, em geral, um balanço energético desfavorável (consome mais energia do que aquela que produz) e pressões sobre o balanço de pagamentos por ainda fundar-se a importação de energia e insumos. (SALIM, 1986, p.336)

Entretanto, um dos grandes efeitos ocasionados na região com a construção da ferrovia Centro-Atlântica, sem dúvida, foi à interação com outras localidades, outras cidades, estados, permitindo uma “aproximação” com o resto do país. (LUZ, 2015).

Outro fator para o processo de ocupação e desenvolvimento da região destaca-se posteriormente, a construção e a vinda da linha férrea, que tinha como principal objetivo o transporte de mercadorias e tinha também o papel do escoamento da produção agrícola e também o transporte de recursos naturais como minérios.

O modelo desenvolvimentista proposto pelo Estado acarretava na diminuição da oferta de trabalho rural, em contrapartida a um aumento de empregos temporários. O que originou incessantes conflitos acerca de posses de terras, que o próprio Estado interviu através da SUDENE, embora o objetivo fosse superar um desequilíbrio socioeconômico; “beneficiou os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. A estrutura fundiária agravou a situação de opressão e ‘escravidão’ dos trabalhadores do campo”. (PAULA, 2006:16).

As políticas públicas desenvolvidas pelas agências de Estado foram eficazes em desarticular um modo de organização socioeconômica e desagregar, mas não apagar, as “diversas culturas constituintes da realidade regional, mas não tiveram a eficácia para conter as diversidades de racionalidades e de modos de vida que fluem pelas margens como liminaridades da identidade regional”. (COSTA, 2008).

Nesse contexto, Luz (2015) aponta que são inúmeros os casos de luta pela terra no Norte de Minas, comunidades e povos estão à mercê dos grandes proprietários e latifundiários desses cerrados. Torna-se necessário, então, refletir sobre tais conflitos, expropriações e mudanças dos modos de vidas que surgiram após essas ações governamentais na região, lutas no sentido de se conservar elementos que possam garantir que esse território abrigue e alimente as gerações futuras, sem que seus direitos sejam violados e sua tradição e cultura desrespeitadas. (LUZ, 2015, p. 40).

Pontuaram-se aqui algumas perspectivas sobre a formação e o desenvolvimento da região do Norte de Minas Gerais, com algumas colocações de estudos regionais já elaborados por importantes pesquisadores da região. A formação e o desenvolvimento do Norte de Minas, passou ao longo de muitos anos, por muitas mudanças e transformações do seu espaço. Um espaço caracterizado pela sua formação, por um rural tradicional, viu-se através de incentivos em políticas públicas e um amplo pacote de investimentos financeiros por parte do governo federal e estadual, passar do rural tradicional, para o rural do “desenvolvimento” e do “progresso”. Com isso assistiu-se na região, a grandes mudanças e a transformações do espaço, do território e da paisagem. O rural ganhou destaque, passando do modelo típico tradicional, para ser visto como o lugar e o modelo do investimento, não somente da agricultura, mas também passou a ter várias outras finalidades.

2.1 – RURALIDADES: CONFIGURAÇÕES DE UM NOVO ESPAÇO RURAL

Ao apresentarmos anteriormente as discussões da formação do espaço rural no Norte de Minas Gerais, pontuamos algumas questões importantes e norteadoras na tentativa de uma construção temporal da constituição e estrutura do espaço rural regional.

Em termos de discurso, o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar. Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida. A nova ruralidade se torna um estilo de vida. (LIMA, 2005, p. 45).

Nas décadas e nos anos mais recentes, e nos atuais períodos de nossa história, a categoria rural, ou o espaço rural, passou e está passando por grandes mudanças, transformações e passou ainda a ter algumas configurações e características diferenciadas das anteriormente adotadas.

Agora, em recentes discussões e debates, autores e estudiosos do tema, tendem a adoção de uma nova configuração à categoria rural, ou como estamos tratando nessa pesquisa, uma nova configuração do espaço rural: estamos falando em Ruralidades. Estamos falando, nos diferentes meios de produção e apropriação do espaço rural.

Mas que processo é esse?

Nesta linha de pensamento Lima (2005, p. 41), aponta a emergência de situações de recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e o declínio de algumas áreas urbanas contrariando uma tendência inversa que já previa formas de subjugação total, inevitável inexorável pelo “desaparecimento” dos vestígios agrários uniformizados pelo urbano, vem demandando das ciências sociais, a revisão das categorias de análise vigentes. Tal emergência se fez mais presente de modo especial nos países de desenvolvimento antigo, nos quais a categoria ruralidade era considerada muito significativa até bem pouco tempo atrás.

A autora pontua resumidamente o que se mostra agora um fato concreto. No atual momento de nossa história, para Lima (2005, p. 41), verifica-se nos processos reais, estar havendo, de um lado, variação dos termos de troca entre zonas urbanas e zonas rurais e, de outro, um deslocamento espacial dos “centros” de desenvolvimento entre regiões e países. Tais tendências colocam em crise a capacidade explicativa tradicionalmente atribuída às dinâmicas urbano-rurais como também ao conceito de ruralidade.

Desde a origem da posse e da propriedade da terra, até os séculos e anos mais recentes, o que se tinha e o que mais se via, era a grande valorização das áreas metropolitanas,

capitais e de regiões próximas aos grandes centros urbanos e essa ainda se constitui uma das principais características quando analisamos algumas questões.

Com os intensos processos desenvolvimentistas nas esferas econômicas e mesmo sociais, as migrações começaram a quebrar paradigmas e a tornar-se uma reprodução social concreta de várias populações. Atualmente as migrações podem ser internas ou externas, temporárias ou permanentes; podendo ser caracterizada em seus resultados de forma positiva ou negativa. O deslocamento de grandes massas populacionais ou mesmo individuais de pessoas para determinados espaços, tem hoje um turbilhão de motivações. As pessoas migram por vários motivos, por vários desejos, independente de caráter político ou econômico; e em determinados contextos podem se tornar um problema social, devido às consequências estabelecidas nestes processos efetuados de formas inesperadas, tanto para quem migra como para quem recebe.

Com o grande aumento significativo da população nas grandes cidades e também nas cidades consideradas como pólos regionais, os centros urbanos brasileiros, passaram a ter certo inchaço bastante considerável de sua densidade populacional, ou seja, um grande aumento da população nas cidades médias, nos grandes centros e aos arredores, formando os chamados centros periféricos, ou simplesmente as periferias dos centros urbanos, pois a cidade ou o centro já não comportam o grande número da população e seus moradores.

Assim, a população estabelecendo-se neste espaço, passa a ser o espaço das relações sociais entre a população, o espaço das relações do trabalho, das relações econômicas e do cotidiano.

Como hipóteses gerais, destacam-se alguns pontos importantes para se pensar, por exemplo, que com a vida e o dia-a-dia cada vez mais acelerados nas metrópoles e nos centros urbanos, seja por diversos fatores como, o trabalho, renda, trânsito, entre diversos outros, agora o que pode acontecer é uma inversão dos valores culturais e das características dos espaços, arraigados desde os processos de desenvolvimento das áreas urbanas. O rural antes visto somente como o espaço da produção agrícola e agrária, agora passa a ter outro modo de visibilidade ou como diz Lima (2005) esse novo rural se torna um estilo de vida, cai à lógica produtivista e vem à tona a qualidade de vida, como por exemplo, os condomínios fechados.

Mas que qualidade de vida é essa que as populações urbanas vêm buscando nos espaços rurais? A que custo? E a que preço? Como umas destas alternativas surgem exatamente os Chacreamentos Rurais, que vem como um dos seus objetivos de certa forma “sanar” essa falta de qualidade de vida existente nas áreas urbanas, demonstrando desta forma e ainda evidenciado um crescimento significativo das populações nas áreas rurais.

Contudo, este crescimento pode acarretar diferentes consequências aos espaços rurais, consequências estas tanto positivas, mas também negativas. O espaço físico rural passa a sofrer simultaneamente transformações e mudanças.

Assim o espaço rural é produzido e apropriado culturalmente, materialmente e também simbolicamente pelas práticas urbanas, o rural passa a ser e a ter outra dinâmica e esse modo de apropriação produz uma nova forma de relação do e com o espaço. É neste processo que se estabelece o conceito de ruralidades.

Nesta perspectiva, Abramovay (2000, p. 26-27) aponta que a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor e não somente de suas atividades econômicas setoriais que se procuram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e, sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades.

Sobre uma consideração, digamos, epistemológica do termo, Moreira (2005, p. 16) argumenta que a natureza concebida como rural, por sua localização territorial e por suas potencialidades ecossistêmicas, é uma realização da cultura; os valores culturais que se concebem como rurais são realizações da cultura hegemônica (metropolitana, citadina e globalizada), que constrói outro não-hegemônico (o rural e o agrícola) sob seu domínio; e, o rural que desaparece não é o rural, mas sim o rural da consolidação da modernidade burguesa. Em seu lugar emerge um novo rural, da pós-modernidade, para alguns, e da alta modernidade, para outros.

Ainda de acordo com Moreira (2005, p. 17), as oposições campo-cidade, tradicional-moderno, oposições incivilizado/civilizado e não-tecnificado/tecnificado, no rural-agricultura herdado da modernidade, a ruralidade estava sujeita aos domínios da natureza e da tradição, próprias das hegemonias urbano-industrial nos espaços nacionais. A compreensão de uma nova noção de ruralidade procura tematizar o mundo rural nas sociedades contemporâneas, do Norte e do Sul. Postulam a existência de um processo de ressignificação ou, como diriam outros, de desconstrução-construção do rural construído por aquelas antigas oposições: sociedades tradicionais-modernas, rural-urbano, campo-cidade e agricultura-

indústria. Essa compreensão está associada aos processos recentes da globalização e do exercício da hegemonia das políticas neoliberais (de abertura dos mercados, de redimensionamento do papel do Estado, de descentralizações política e de desformalização das relações de trabalho herdadas).

Em seu texto “Ruralidade: novas identidades em construção³”, Carneiro (1998) traz ao debate em suas pesquisas, as novas ruralidades e suas perspectivas. Segundo Carneiro (1998, p. 53), o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

No entanto, Carneiro (1998) diz que tal processo não resulta, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana, como já foi formulado no tocante à realidade européia (LEFEBVRE, 1972; DUBY, 1984; MENDRAS, 1959; entre outros) e para a realidade brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1996; IANNI, 1996, entre outros). “O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo” (IANNI, 1996:60).

Moreira (2005, p. 19), pontua que na burguesia os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade. Desses pólos emergiam a atribuição de sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como pólo hegemônico e referencial de poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano carregam as noções de agrícola, atrasado, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças etc.

Moreira (2005, p. 20), ressalta que se reconhecermos que a existência de processos recentes de ressignificação do rural é de tal ordem que nos leva a falar em um novo rural e em novas ruralidades, tais processos estariam indicando tensões no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade. A passagem para, ou a vivência da pós-modernidade, da alta modernidade ou da sociedade globalizada nos rearranjos desse poder

³Texto publicado integralmente nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.

hegemônico poderiam ser visualizados nas novas posições que assumem o capital financeiro, as indústrias da informação, da propaganda e cultural, as empresas transnacionais. As ressignificações de rural emergiram dessas tensões no pólo hegemônico

Carneiro (1998, p. 53) analisa que o “campo”:

Não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. (CARNEIRO, 1998, p. 53)

Carneiro (1998, p. 56), considera que no Brasil, as pesquisas recentes têm apontado para a ocorrência de dois conjuntos de fenômenos, em algumas regiões do meio rural brasileiro, que nos ajudam a pensar a questão da ruralidade hoje. Em primeiro lugar, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento (Graziano da Silva, 1996). Esse fenômeno - a pluriatividade -, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados.

Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno ainda pouco estudado, Carneiro (1998, p. 56-57) aponta que:

A uma tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão-de-obra rural, atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. (CARNEIRO (1998, p. 56-57).

O segundo conjunto de fenômenos, segundo Carneiro (1998, p. 56-57), refere-se à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade.

Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90. Entre os seus efeitos destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho

para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. (CARNEIRO 1998, p. 56-57)

De acordo com Carneiro (1998), a sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial.

Outro aspecto importante é que para Carneiro (1998, p. 56-57) o campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. Essa busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo toma a forma de turismo, alternado o ritmo de vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e em rendimento, a unidade de produção agrícola que nela funcionava. A agricultura, nesses casos, passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para à manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o clima “rural” almejado pelos turistas.

Dessa forma, ancorados nestas novas perspectivas de se ver, analisar e compreender as novas dinâmicas do espaço rural, com os conceitos e as teorias respectivamente dos autores trabalhados, apontamos caminhos, informações e dados muito relevantes para a construção da compreensão das realidades locais vivenciadas na nossa região e no município de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.

Assim, é nesse sentido de tentar compreender como os processos das novas ruralidades se estabelecem em nossa região, é que o presente estudo vem com esta proposta, de se pensar como este processo de mudanças de paradigmas e de valores culturais sobre o espaço rural está sendo construído, como este processo ocorre, quais são suas principais características, quais são as suas dinâmicas, sobretudo quais são esses novos modos de produção e apropriação desse considerado novo espaço rural.

2.2 – NOVOS ESPAÇOS RURAIS: RURALIDADES NO NORTE DE MINAS GERAIS

Analisaremos agora as perspectivas das ruralidades no contexto regional, abordando conceitualmente em revisões teóricas, estudos de importantes pesquisadores e autores que trabalharam a formação e o desenvolvimento da região em seus estudos.

Ao pensarmos em ruralidades, Abramovay (2000) nos explica que existem alguns aspectos que definem este conceito, à medida que incorpora uma relação com a natureza o meio rural passa a ser um valor a ser preservado e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover, vão ganhando força as políticas e as práticas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade.

Outro aspecto definidor para Abramovay (2000) é a relação com outros seres humanos, pois inspirado nos estudos de Castells (1997), ele diz que:

As pessoas sociabilizam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado, na cidade ou no subúrbio, e constroem redes entre seus vizinhos (...). As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização sociais e tendem a se agrupar em organizações de comunidade que, com o passar do tempo, geram um sentimento e em última análise, em muitos casos, uma identidade comunal, cultural. (Abramovay 2000)

Neste sentido, “a comunidade” ou o seu território passa a ter segundo Haesbaert (2001) uma ligação explícita com a natureza, e nessa ligação, o território se torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, “meios matérias de existência”.

Como retratado durante todo este capítulo, a região pesquisada e estudada, pode ser compreendida como um espaço rural que vem se modificando e se adaptando às mudanças de acordo com o tempo. É notório que essas mudanças trazem consigo implicações para o espaço como um todo, implicações positivas, no que tange melhorias na qualidade de vida das populações urbanas, mas também trazem implicações negativas, como discutimos aqui, mudanças nos modos de vida das populações tradicionais da região.

Mas é fato também que a sociedade de forma geral hoje, passa a ter outro olhar e outra visão sobre o espaço rural, como vimos até agora em todos os debates aqui apresentados. Neste sentido, o Norte de Minas Gerais passa a ter o seu espaço rural reconfigurado, sendo assim passamos a utilizar o termo novos espaços rurais, com enfoque principalmente nas ruralidades.

Neste sentido, destacam-se novamente alguns pontos importantes da história da região. Como discutimos anteriormente, com o passar dos anos, o Norte de Minas Gerais ganha notoriedade no cenário estadual e nacional, como implicação desta notoriedade, a

região recebe um verdadeiro pacote de investimentos e políticas públicas de “desenvolvimento” por parte dos governos, imbricando vários processos de formação de ocupação da região como já vimos.

Com a vinda e a construção da ferrovia por volta do século XX, a economia do país se intensificou e ganhava novos objetivos e significados, permitindo uma propagação principalmente para as cidades próximas às margens do Rio São Francisco. Foi a partir desse processo que houve melhorias na produção pecuária, facilitando o escoamento da produção. (LUZ, 2015).

Segundo Araújo (2016), com a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste iniciava-se um período de expansão capitalista, onde se destacavam os grandes projetos agropecuários, a industrialização, o reflorestamento e a irrigação. Tal perspectiva de desenvolvimento facilitou a entrada de capitais nacionais e internacionais e desencadeou uma disputa entre os grandes fazendeiros e as grandes empresas em busca de maior produtividade. (ARAÚJO, 2016)

Ainda de acordo com Araújo (2016), nesse contexto, houve uma desestruturação nos modos de vida das populações ribeirinhas. Em tese as políticas públicas deveriam estar de acordo com as dinâmicas das populações locais. Contudo, tal processo ocorreu de forma contrária, com as populações locais tendo que modificar seus modos de vida para se adaptarem aos projetos governamentais que beneficiavam os grandes proprietários. Dessa forma, a utilização desenfreada dos recursos naturais (água, vegetação, solo) desestabilizou as populações locais e comunidades. Com isso, as populações foram se adaptando aos “moldes” do Estado e resistindo às transformações em seu ambiente natural. Criaram oportunidades, e novas perspectivas de encarar a realidade local. O mapa mostra a localização do Norte de Minas Gerais.

Godoi (1999) afirma que ao propormos estudar as práticas que caracterizam os modos de vida camponês, principalmente os do sertão, não podemos deixar de lado o universo simbólico que permeia as “percepções e ações dos sujeitos inscritas nas condições sociais e historicamente situadas e ‘funcionando’ em um nível mais profundo do que a realidade passível de apreensão imediata – é preciso dar à luz as práticas” (1999, p. 27). A paisagem e a natureza do e no sertão, assim como seus moradores nativos fazem o lugar, ao passo que as apropriações dos espaços e dos territórios modificam o modo de vida. (LUZ, 2015, p. 56).

Ao longo dos anos a palavra espaço adquiriu formas e significados variados para exercer a função que nós, indivíduos, damos a ela. Nesse sentido, o espaço pode ser interpretado como um campo de forças externas e internas que demandam ações dos

indivíduos, para isso, o espaço se torna palco de transformações de homens e mulheres através de suas ações e experiências com o meio em que vivem. Torna-se lugar de subjetividade. (ARAÚJO, 2016)

De acordo com Lefebvre (1999, p. 69):

o espaço é “resultado de uma história que deve se conceber como obra de agentes ou atores sociais, de sujeitos coletivos, operando por impulsos sucessivos”; e a partir das interações sociais desses sujeitos que origina-se o espaço urbano e consolida-se através das relações sociais o que é espaço urbano e espaço rural. Assim sendo, o território torna-se uma denominação/nominação e não algo estanque de delimitação para essa dicotomia. (LEFEBVRE, 1999, p. 69)

Refletir sobre o rural nos dias atuais é estar disposto a uma desconstrução cultural e aberto aos novos olhares e dimensões sobre o assunto. É possível interpretar e compreender o mundo rural sob as óticas: natural, campo de produção, lugar de vida, lugar de abertura econômica, lugar de turismo, lugar de qualidade de vida, dentre vários outros. No entanto, frente ao mundo globalizado, o espaço rural incorporou uma diversidade de funções, e sua oposição ao espaço urbano antes vista com clareza, sofreu modificações e pode-se interpretar uma relação entre os espaços. (ARAÚJO, 2016)

As noções de rural e urbano, e de campo e cidade, têm sido alvo de diversas abordagens formuladas por estudiosos da geografia e das ciências sociais e humanas, em decorrência das grandes transformações ocorridas nesses espaços. Isso pode se explicar, pelo que afirma Willians (1989): “o contraste entre campo e cidade é, de modo claro, uma das principais maneiras de adquirirmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade.” Partindo desta premissa, justifico a abordagem desta relação neste trabalho, considerando que a mesma é de alta importância para o entendimento da produção e apropriação do espaço na região e das ruralidades ocorridas no universo da pesquisa.

Para Carneiro (1998), a dicotomia entre rural e urbano consiste na visão de duas realidades distintas que se definem uma em negação a outra. O rural está ligado ao agrícola e ao atraso; o urbano se equiparava ao industrial, ao moderno. Porém, de acordo com a autora, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura junto à industrialização e modernização da sociedade traz uma nova formulação da teoria da urbanização, que agora coloca uma maior ênfase na integração entre rural e urbano, o qual acontece pela intensa troca entre os dois espaços. A urbanização do campo aconteceu pela difusão de técnicas e hábitos de origem urbana que acabaram por resultar na perda de distinção entre esses dois espaços. Desta forma,

[...] diferença, como afirmaria Mendras já em 1959, passaria a ser de intensidade e não de contrastes e não mais centradas em sistemas, mas em indivíduos que se ocupariam de atividades de um ou de outro tipo de civilização única, A dicotomia entre o rural e o urbano seria diluída em um continuum. (CARNEIRO, 1998, p. 55)

A abordagem do *continuum* defende uma escala de gradação que levaria a urbanização geral da sociedade. Essa urbanização geral baseia-se na expansão do processo de industrialização e globalização que provocou a homogeneidade dos espaços rurais e urbanos. Silva (1999), assim, afirma que:

O rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial: e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos a agricultura e a pecuária(SILVA, 1999, p. 1).

Há uma terceira abordagem, que ao contrário da ideia do *continuum*, defende a existência de diferentes ruralidades e, de acordo com Hespanol (2013), são derivados das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais. Segundo Carneiro (1998), não se pode tratar da ruralidade de forma geral, em universos culturais, sociais e econômicos, onde ela se expressa sob diferentes maneiras.

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, mas é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo. (CARNEIRO, 1998, p.55)

Para a autora, a concepção da existência de diferentes ruralidades, ao invés de diluir as diferenças entre rural e urbano, reforça identidades apoiadas no pertencimento à determinada localidade. “Essa âncora territorial seria a base sobre a qual a cultura realizaria a interação entre o rural e o urbano de um modo determinado, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garantiria a manutenção de uma identidade.” (CARNEIRO, 1998, p.55)

As mudanças ocorridas por meio da interação entre rural e urbano estão intimamente ligadas ao processo de desenvolvimento das cidades do Norte de Minas. Considerando que, mesmo com as mudanças causadas pelo processo de urbanização e desenvolvimento, as identidades resistem apoiadas pelo pertencimento ao seu modo de vida.

Para Castells (1983), a cidade é o espaço da vida cotidiana como esfera de consumo e o homem aparece como indivíduo pertencente a uma determinada classe social,

que na luta pela sobrevivência, transforma a natureza e é transformado por ela. Assim, para o autor:

A cidade é a projeção da sociedade no espaço. Há um “processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), “o homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho. (CASTELLS, 1993:146)

Louis Wirth (1973) tem a cidade como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos.”(1973, p.94). Considerando os aspectos de tamanho, localização, idade e função, o autor pondera ser possível classificar comunidades urbanas em pequenas cidades, que lutam para se manter, até as prósperas metrópoles mundiais.

O processo de desenvolvimento das cidades do Norte de Minas está relacionado à presença do rio São Francisco, assim como diferentes culturas e formas de resistência na região, pois, de acordo com Alencar (2012), as embarcações a vapor, a implantação de ferrovias e de locomotivas foram os motores para o desenvolvimento, pois, além de ligarem espaços e pessoas, dinamizaram a economia e definiram o desenho dos espaços urbanos das cidades Norte Mineiras.

O Norte de Minas Gerais foi ocupado, e as chegadas e partidas de produtos e pessoas propiciaram as confluências culturais. Esse processo pode se cumprir na dinâmica entre a ruralidade, a territorialidade e a identidade. A ruralidade representou as relações entre o território e a identidade surgida e construída nesse território. (DOURADO, 2015)

O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura. É, portanto, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida local. (ARAÚJO, 2016).

Neste sentido, pode-se dizer que, por intermédio dos aspectos considerados, é possível definir um denominador comum mínimo a partir do qual se identificam algumas das particularidades sociológicas que compõem a vida rural e que não se encontram no meio urbano. No entanto, é devido a estes (e outros) fatores particulares de cariz local que as comunidades locais detêm a capacidade de se apropriarem diferenciadamente das modalidades de urbanização. (ARAÚJO, 2016).

De acordo com Lefebvre (1999, p. 69) o espaço é “resultado de uma história que deve se conceber como obra de agentes ou atores sociais, de sujeitos coletivos, operando por

impulsos sucessivos”; é a partir das interações sociais desses sujeitos que origina-se o espaço urbano e consolida-se através das relações sociais o que é espaço urbano e espaço rural. Assim sendo, o território torna-se uma denominação/nominação e não algo estanque de delimitação para essa dicotomia.

Refletir sobre o rural nos dias atuais é estar disposto a uma desconstrução cultural e aberto aos novos olhares e dimensões sobre o assunto. É possível interpretar e compreender o mundo rural sob as óticas: natural, campo de produção, lugar de vida, lugar de abertura econômica, lugar de turismo, lugar de qualidade de vida, dentre vários outros. No entanto, frente ao mundo globalizado, o espaço rural incorporou uma diversidade de funções, e sua oposição ao espaço urbano antes vista com clareza, sofreu modificações e pode-se interpretar uma relação entre os espaços. (ARAÚJO, 2016).

Segundo o IBGE – Instituto de Geografia e Estatística, Siqueira (2001) a definição de rural ocorre em função do Plano Diretor⁴ de cada município, ficando a critério políticos o que é um espaço rural. O que nos leva a constatar que em certa medida, nossa cultura do que é mundo urbano e mundo rural, são decorrentes do poder público e de seus técnicos, ao invés de uma definição baseada em estudos científicos e estudos de modos de vida através da singularidade de cada território.

Por um lado, o urbano é concebido como local em que se amplificam e multiplicam as interações de toda a ordem. Para Simmel (1997), o trânsito entre uma pluralidade de círculos sociais é um traço fundamental do sujeito moderno metropolitano, cujos relacionamentos correntes se tornam altamente “variados e complexos”. Por outro lado, essa “efervescência caleidoscópica” dos contatos cotidianos tem correspondência na própria qualidade das interações.

Pode-se tentar definir de diversas formas a “cidade” (...), é comum a todas representá-la por um estabelecimento compacto (...), como uma localidade e não casarios mais ou menos dispersos. [...] A localidade considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas às outras ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário faltaria o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico da associação de vizinhança. (WEBER, 1973, p.68).

Para Weber (1973), a diferenciação entre o urbano e rural é para além de uma organização do espaço, mas decorre também de uma organização econômica, uma vez que a formação das cidades proporcionou o surgimento de uma “economia urbana”. Assim,

⁴É o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

“falaremos de “cidade” no sentido econômico quando a população local satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local [...] e mediante aos produtos que os habitantes da localidade produzem ou adquirem para colocá-los no mercado”. (WEBER, 1973, 69).

Nesse sentido, é possível identificarmos uma relação entre o espaço rural e o espaço urbano que consiste na troca mútua de seus produtos, evidenciando uma interação entre a produção local e as relações sociais estabelecidas.

Para Castells (2000, p. 41), as cidades representam a forma residencial que os membros da sociedade adotam “cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do excedente produzido pelo trabalho da terra”.

Assim sendo, a partir de 1950 com os processos de urbanização, industrialização e modernização agrícola no país, houve uma transformação no modelo agrário vigente e surgiu um modelo urbano-industrial responsável pelas transformações nos espaços e nas relações entre o rural e urbano.

A imagem comum do campo é agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos. (WILLIAMS, 1989, p. 397).

Urbano e Rural configuram-se numa teia de significados. Nos tempos de hoje, apesar do acesso livre a informações existe ainda um distanciamento entre os espaços, e em certa medida há uma hierarquização entre os mundos, onde o campo é interpretado como “atrasado”, inóspito e vulgarmente denominado “roça”; enquanto a cidade é promovida ao “progresso”, lugar de desenvolvimento e de oportunidades. (ARAÚJO, 2016).

A urbanização já não significa apenas o processo pelo qual as pessoas são atraídas a um lugar chamado cidade e incorporadas no seu sistema de vida. Refere-se também à acentuação cumulativa das características distintas do modo de vida associado ao crescimento das cidades e diz respeito, por último, às alterações dos modos de vida tidos como urbanos, reconhecidas por aqueles – onde quer que seja – sucumbiram perante as influências da cidade, graças ao poder que as suas instituições e personalidades exercem através dos meios de comunicação e transporte. (Wirt, 2001).

Uma definição frutuosa de urbanismo deveria não apenas assinalar as características essenciais que todas as cidades – pelo menos, as da nossa cultura – têm em comum, mas também permitir identificar aquilo em que se distinguem. Uma cidade industrial será significativamente diferente, do ponto de vista social, de uma cidade comercial, mineira, piscatória, balnear, universitária ou de uma cidade capital. Uma cidade em que prevalece uma só indústria apresentará uma série de características sociais diferentes da cidade pluri-dimensional; e assim em diante. (Wirt, 2001).

O mundo urbano valoriza o reconhecimento visual. O local de trabalho tende a dissociar-se do local de residência, pois a proximidade de estabelecimentos industriais torna a mesma área indesejável para fins habitacionais tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social.

Para Simmel (1997), os problemas mais complexos da vida moderna decorrem da vontade do indivíduo de preservar a sua independência e individualidade perante os poderes supremos da sociedade, o peso da herança histórica, a tecnicidade e a cultura da vida contemporânea.

O caráter essencialmente racional da vida mental da metrópole torna-se compreensível por oposição ao da pequena localidade, que se baseia mais em sentimentos e emoções. Assim, a metrópole foi sempre a sede da economia monetária. O dinheiro põe em destaque aquilo que é comum, ou seja, o valor de troca, e reduz a um nível puramente quantitativo tudo quanto é qualitativo e individual. Todas as relações emocionais entre as pessoas assentam em números, dualidade, enquanto as relações de tipo racional as convertem em números, isto é, tratam-nas como se fossem elementos que, embora indiferentes em si, no entanto, se revelam de interesse quando vistas em termos objetivos. (SIMMEL, 1997).

O espírito moderno tornou-se crescentemente um espírito calculista. O rigor do cálculo da vida corrente, resultante da economia monetária, corresponde ao ideal das ciências naturais, nomeadamente à ideia de transformar o mundo numa questão aritmética e de fixar cada uma das suas componentes em uma fórmula matemática. Contudo, são as condições oferecidas pela metrópole que são simultaneamente as causas e efeitos desta característica essencial. Não existe porventura nenhum fenômeno psíquico tão incondicionalmente reservado à metrópole como a atitude blasé. Esta incapacidade de reagir a novos estímulos com as energias adequadas constitui, na verdade, a atitude blasé que todas as crianças da grande cidade evidenciam quando comparadas às dos ambientes mais estáveis e mais pacíficos. (SIMMEL, 1997).

Podemos compreender através da reflexão e revisão teórica presente neste trabalho que as atuais mudanças no meio rural seguem uma direção prevista pelos estudiosos da geografia agrária ou da sociologia rural.

Os questionamentos de alguns pressupostos desencadeiam um importante debate sobre a definição da ruralidade na atualidade. Permeando este debate está a idéia de que a cada parte correspondem características próprias verificadas teoricamente e empiricamente.

Laubstein (2011), aponta que a busca da essência do rural e do urbano envolveu um amplo debate ao longo de século XX, mobilizando um grande número de autores que se espalharam por uma variada gama de posições e argumentos. Entre estes, destaca-se a associação, quase consensual, entre o rural e o agrícola que acabou por reduzir a sociologia rural à sociologia da atividade agrícola ou, mais especificamente, à sociologia do desenvolvimento da agricultura, já que muitos dos estudiosos desse campo se voltaram para a análise do rural a partir da perspectiva de sua modernização.

Partindo da definição do rural pela ótica da escassez, da falta e do atraso, constituiu-se uma sociologia baseada muito mais na imagem criada pelos sociólogos sobre como o rural (e seus habitantes) deveria ser, do que na análise do modo de ser e fazer das populações tidas como rurais (MARTINS, 2000).

A essa característica comum à maioria das abordagens sobre o rural – a centralidade da agricultura na organização de sua vida social – encontram-se associadas outras características, tais como a relação específica com a natureza e fraca densidade demográfica responsável, para alguns, pelas relações sociais sustentadas no interconhecimento. (MENDRAS, 1976).

Segundo Laubstein (2011), as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos ingredientes ao debate dando margem à formulação de outras correntes interpretativas. Uma vez que a dinâmica do mundo rural não cabe mais na afirmação da tendência de seu esvaziamento social, econômico e cultural, tornou-se possível para alguns autores falar em “renascimento rural”. Renascimento este que não se identifica à “modernização do rural” nos padrões da cidade, mas à constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminha na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

Este fenômeno nega tanto o fim do rural como o da dualidade, ambos previstos pelo modelo da modernização homogeneizadora, mas permanece a ideia de que estaríamos observando uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana. No

entanto, essa aproximação se daria de diferentes modos e se expressaria em um, mosaico de formas e de cores em que se impõem as culturas (KAYSER, 2000).

A partir da análise de dados censitários sobre a França, Kayser identifica uma mudança do ritmo do êxodo rural que estaria dando lugar a um movimento, ainda de difícil qualificação de retorno da população urbana ao campo, constatando a revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas.

É nessa direção que podemos reconhecer uma corrente de pensamento que se opõem à ideia de generalização do padrão de vida urbano, sustentando-se na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais, contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade, engendrando novas ruralidades. (WANDERLEY, 2000).

A mesma autora enfatiza também as diferenciações presentes nas representações sociais do rural. Mesmo com os atuais graus de homogeneização e indiferenciação, provocados pelos processos de globalização, “as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais dos indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade” (WANDERLEY, 2001, p.33).

Mais importante do que uma definição precisa das fronteiras entre o rural e o urbano é buscar os significados, do ponto de vista dos diferentes agentes, das práticas sociais que operacionalizam as interações entre estes espaços (CARNEIRO, 1998, p. 7). Neste sentido, há um ressurgimento que transcende a um simples esforço de retomada teórica do campo. Estes esforços buscam incluir o campo e seus agentes sociais no contexto dos diferentes processos de transformação pelos quais passa a sociedade ocidental contemporânea.

Estes dois espaços não possuem divisões ou fronteiras tão explícitas, pois há um processo permanente de interações e intercâmbios que precisam ser levados em conta nas análises, sem perder as especificidades e identidades de cada um (CARNEIRO, 1998).

Segundo Maria José Carneiro, algumas questões de conteúdo metodológico se impõem nesse novo contexto: até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural na contemporaneidade? Em outros termos, até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas?

Indagações desse tipo têm levado a uma série de tentativas de respostas que, grosso modo, encaminham dois outros conjuntos de questões: é o rural como categoria analítica que está em jogo e com ela estaria também sendo questionada a dualidade que a sustenta ou será que a emergência de novas ruralidades estaria apontando para novas dinâmicas nos espaços compreendidos nessa dualidade, sem, no entanto, ameaçar o seu conteúdo heurístico?

Em resumo, para Laubstein (2011) trata-se da necessidade de elaboração de abordagens alternativas que consigam dar conta desses novos cenários ou trata-se apenas de redefinir as características desse “novo rural” e assim restituir o seu conteúdo classificatório ou analítico? É necessário pensar o que afinal está em jogo ao falarmos de nova ruralidade: é a constatação de novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas em curso no mundo rural ou seria a expressão de um novo olhar informado por outras lentes que permitiram enxergar – sobre uma variedade de espaços socialmente habitados – uma realidade dinâmica, mutável e com plasticidade que até então era definidora da urbanidade?

Carneiro (1998), enfatiza estes e outros questionamentos acerca do rural enquanto categoria de pensamento e afirma que o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, uma diversidade de dinâmicas e atores sociais. Análises sustentadas na dicotomia rural-urbano acabaram por produzir camisas de força incapazes de conter a complexidade da realidade. Resulta então que é a realidade que passa a ser ambígua, contendo características empíricas (ou indicadores) de um e de outro pólo da oposição. Estamos falando, portanto, de uma antiga categoria reapropriada para resolver uma velha e estruturante dicotomia que ressurge no debate sobre a dinâmica da ruralidade nas sociedades contemporâneas. LAUBSTEIN (2011)

Porém, mais importante que tentar definir ou redefinir as fronteiras do rural e do urbano seria orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais. Seria o caso, então, de percebermos essas categorias como representações sociais que podem ser manipuladas ou resgatadas na mobilização de ações coletivas. Nestes termos, a questão principal seria a de identificar o lugar e o significado que essas categorias preenchem nas relações sociais em um espaço determinado. LAUBSTEIN (2011).

As mudanças que permeiam as dinâmicas sociais, econômicas e culturais do meio rural trazem à tona a necessidade de uma reflexão teórica sobre as categorias que foram, até o

momento, utilizadas pela sociologia rural, pois, a nível internacional, verifica-se a incorporação de novas questões e novas perspectivas teórico-metodológicas para entender velhos problemas. A sociologia rural depara-se hoje com o desafio de realizar um debate científico e livre de conotações ideológicas que objetive, a partir dessas inovações teórico-metodológicas, contemplar as mudanças da realidade compreendendo o protagonismo e a criatividade das populações rurais, sobretudo das populações camponesas que se reinventam mundo afora. LAUBSTEIN (2011).

Em síntese, este capítulo teve como proposta compreender o espaço rural regional e como este espaço se desenvolveu ao longo dos tempos, com suas mudanças e transformações é de extrema importância, pois é a partir deste entendimento que o Rural Norte-Mineiro pode ser compreendido como uma multiplicidade de espaços e sentidos que ultrapassam as barreiras materiais, para uma visão de cultura, de povos, de natureza e de ambiente.

Torna-se base de universos que se complementam através dos saberes e das práticas vivenciadas, na maioria das vezes passadas geração pós-geração. Sendo assim, o espaço rural Norte-Mineiro é caracterizado por ser um espaço das diferenças e das diversidades, tanto geográficas quanto *simbólicas*. Um espaço que traz todo um processo histórico/temporal, que vêm desde os períodos da colonização da região, aos processos de urbanização, passando por transformações em vários sentidos, através da intensa intervenção do estado com projetos desenvolvimentistas para a região.

Tornou-se possível também neste universo, refletir sobre as ruralidades e suas perspectivas, além de abordar uma breve revisão sobre as dicotomias entre o urbano e o rural.

- CAPÍTULO III -

CHACREAMENTO VALE DOS IPÊS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO VALE DO RIACHÃO



FIGURA 03: Entrada do Chacreamento Vale dos Ipês.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.

O Terceiro Capítulo desta pesquisa tem como um dos objetivos centrais a análise do perfil dos *Chacreiros* do Chacreamento Vale dos Ipês, a partir da análise da formação e do desenvolvimento da área pesquisada. Serão apresentados os resultados da pesquisa realizada no chacreamento, através de gráficos, percentuais, informações e dados que foram coletados durante o trabalho de campo, sobre a produção do espaço rural na área do Chacreamento, compreendendo assim o fenômeno das mudanças e transformações deste espaço rural.

O Vale dos Ipês, se encontra próximo ao rio Riachão, nas nascentes, a margem direita da lagoa tiririca, sentido Montes Claros - Mirabela. Este rio é pertencente à bacia do rio Pacuí que é afluente do São Francisco pela margem direita no município de Montes Claros, Norte de Minas Gerais e se estende pelos municípios de Mirabela, Coração de Jesus e Brasília de Minas, percorrendo um trecho de 94 km, com vários afluentes.

A paisagem do vale e da região foi alterada a partir da década de 1970 com a chegada de empreendimentos industriais e agrícolas que se intensificaram nos últimos quarenta anos. A transformação das chapadas, áreas de cerrado utilizadas como solta de gado e extrativismo em monoculturas de eucalipto ou de capim contrastam com a ocupação das partes baixas do vale, que persistiu intensamente povoada por um mosaico de culturas agrícolas. Estas alterações tiveram, como uma das consequências imediatas, o aumento significativo da escassez de água superficial, diretamente relacionada a três dinâmicas de degradação: o comprometimento das áreas de recarga pela implantação do maciço florestal de eucalipto; a demanda de água para irrigação acima da capacidade de recarga dos aquíferos; e o sobre pastejo dos terrenos pelo gado. A partir da década de 1990 a população local começou a viver e conviver diretamente os impactos e as mudanças na região. (CAA/NM, 2000).

Sendo assim, este capítulo apresentará em primeiro momento uma análise sobre a formação dos Chacreamentos Rurais como uma nova forma de configuração do Espaço Rural. Posteriormente, apresentaremos a pesquisa realizada a partir da aplicação de questionários para os *chacreiros*, entre estes residentes e não residentes no chacreamento, apontando assim as informações, os resultados e os dados obtidos na pesquisa.

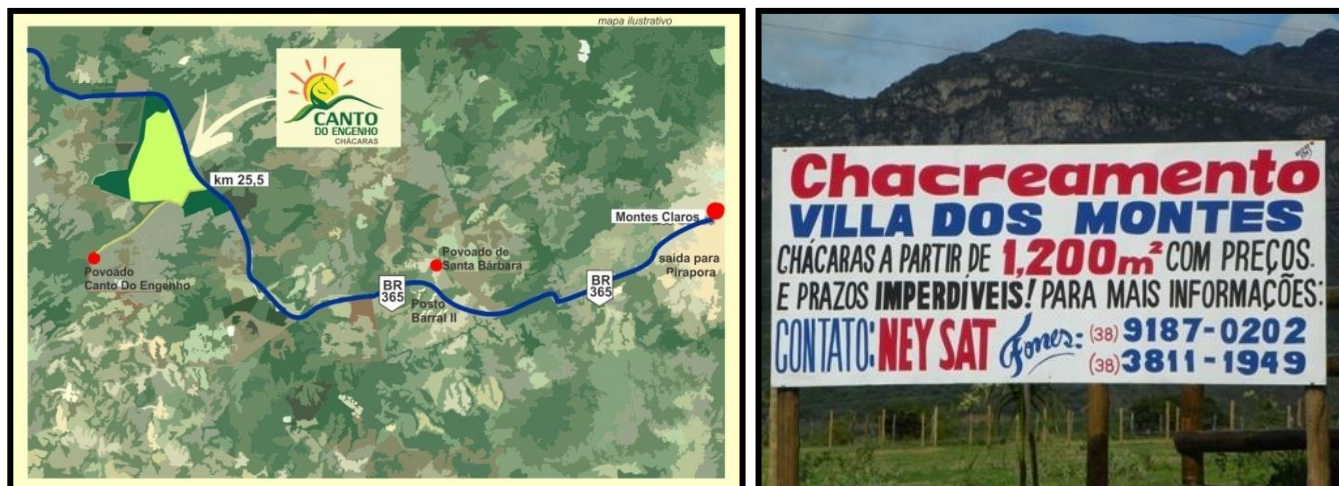
3.1 – CHACREAMENTOS RURAIS: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Este trabalho de dissertação tem como um dos seus principais objetivos, a análise e a compreensão dos novos espaços rurais, entendendo que estes se configuram e se apresentam como novas formas de apropriação e utilização do rural, pelas populações. Compreendendo assim a formação das ruralidades. O rural agora passa a ter outro olhar e outras funcionalidades, do que quando era somente o espaço da produção agrícola e da pecuária. LIMA (2005). O rural ganha uma outra lógica, acarretando com esta mudança de paradigma, transformações espaciais.

As formas de produção e apropriação agora são diferentes, o espaço rural passa a ter a lógica do investimento do capital futuro, do descanso frenético da rotina da cidade grande, do lazer e da tranquilidade. Nesse sentido, surgem os chacreamentos rurais ou parcelamento e venda de áreas de solos rurais. Verdadeiros empreendimentos imobiliários rurais. Esta é uma demanda que cresce a cada momento, uma “explosão” da especulação imobiliária, agora não somente no espaço urbano, mas também no espaço rural.

Em Montes Claros, um dos setores de serviços que mais ganham com este processo de mudança de olhar das populações urbanas para os espaços rurais são as corretoras de imóveis e imobiliárias, que a todo o momento compram ou constroem empreendimentos imobiliários nas áreas periféricas das cidades, ou nas zonas rurais. Segundo entrevistas e pesquisas documentais realizadas na Promotoria de Justiça e Meio Ambiente, na cidade (zona rural) existem hoje em torno de 120 a 200 empreendimentos imobiliários, caracterizados como chacreamentos rurais, que foram implementados nas áreas rurais do município.

São muitos os casos e denúncias de aberturas de empreendimentos imobiliários sem autorização e sem licenças ambientais. Na tentativa de limitar estas aberturas, o legislativo do município, juntamente com a Promotoria de Meio Ambiente, criaram entre os anos de 2014 e aprovaram no ano de 2015, lei municipal para regularizar estes empreendimentos. Nas Figuras abaixo, temos dois anúncios de chacreamentos rurais no município.



FIGURAS 04: Mapa de localização do Chacreamento Canto do Enghenho / Anúncio de venda de chácaras em estrada.
Fontes: <http://cantodoenghenho.com.br/> / Site de pesquisa Google.

Carneiro (1997) considera cada vez mais difícil delimitar fronteiras entre o “urbano” e o “rural” a partir de atividades econômicas ou mesmo de hábitos culturais. Para a autora esse processo, no entanto, não resulta “numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um continuum dominado pela cena urbana, como já mostrado por pesquisas relacionadas à realidade europeia e à realidade brasileira” (CARNEIRO, 1997, p.147). Carneiro (1997) aponta outros motivos para a questão da pluriatividade rural:

No Brasil, a interpretação do crescimento da pluriatividade não deve ser reduzida à tendência de desaparecimento do agricultor em tempo integral ou mais a uma forma de exploração da mão-de-obra rural. Pode ser também “um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola, como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante” (CARNEIRO, 1997, p.152).

Em seu estudo sobre a mesma temática (SANTANA, 2013) considera que há também um conjunto de fenômenos que se refere à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Entre seus efeitos estão à ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural e a maior integração de sistemas culturais distintos. A transformação da natureza em mais um bem de consumo toma a forma de turismo rural. Em alguns casos a agricultura passa ser uma atividade complementar, voltada para a manutenção da família e dos hóspedes.

As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas e materiais) não resultam sempre na descaracterização de seu sistema social e cultural, tornando indistintas as diferenças entre a

cidade e o campo. As novas experiências contribuíram para ampliar a diversidade desta sociedade, mas esta heterogeneidade social ainda que produza uma situação de tensão, não descaracteriza necessariamente a cultura local. (SANTANA, 2013).

Não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano industrial no que era definido como “rural”, mas também através do consumo pela sociedade urbano-industrial, de seus bens simbólicos ou materiais e de práticas culturais, reconhecidos como próprios do chamado mundo rural. Mais do que redefinir fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, é necessário buscar a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que concretizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a revalorização dos produtos artesanais, a cultura *country*, etc. (SANTANA, 2013).

Esta reflexão nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo resulta também na apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural. Este duplo movimento contribui para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos e valores ligados à dimensão local. A noção de localidade é ainda uma referência importante para qualificar as relações sociais e será tão mais forte quanto mais consolidada for à identidade do grupo, o sentimento de pertencimento a uma dada sociedade local, a um território (que pode ser uma comunidade, um bairro ou um município). SANTANA (2013).

Para Santana (2013), o reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo, é feito pela memória coletiva herdada de gerações anteriores. Neste sentido, o movimento de resgate de determinadas práticas do passado, cujo registro pertence somente aos mais velhos, pode oferecer saídas alternativas à crise do modelo produtivista na agricultura sem, contudo, significar uma ‘volta ao passado’. Essa recuperação de aspectos do passado ou da ‘tradição’ aponta para respostas concretas e viáveis (não apenas no âmbito da economia, mas também da sociedade) para a crise da modernização agrícola.

Podemos compreender o processo e as novas perspectivas sobre o espaço rural, compreender que os espaços rurais estão passando por um processo de ressignificação, ou seja, o espaço à medida que ele vai se transformando, passa a ter outros significados, passa a ter outras e funcionalidades e finalidades. O espaço rural passa a ter características no que tange uma melhor qualidade de vida para as pessoas e habitantes do espaço. Ou seja, o espaço rural passa a ser apropriado pelas práticas, hábitos e valores tipicamente experimentados no espaço urbano.

3.2 – O CHACREAMENTO VALE DOS IPÊS

A partir década de 1990, intensificou-se o surgimento e a ocupação de chácaras, sítios por famílias, com o intuito de estadia nos fins de semana nas áreas rurais de Montes Claros. Há também os aposentados que adquiriram e áreas para residência em tempo parcial e mesmo em tempo integral. Por um lugar de distração, de não trabalho, de aproveitamento do tempo livre para novas relações de consumo, como por exemplo, o turismo rural, as caminhadas ecológicas, as terapias holísticas, entre outras. Na Figura 05, temos o Chacreamento Vale dos Ipês, imagem obtida pelo Google Earth, 2016.



FIGURA 05: Área onde se localiza o Chacreamento Vale dos Ipês. Ano de 2016.
Fonte: Google Earth.

Nas imagens de satélite a seguir, disponibilizadas pelo Google Earth verifica-se o crescimento e o desenvolvimento da área em que está localizado o Chacreamento Vale dos Ipês. Com uma mostra cronológica e temporal pode-se analisar a sua formação e as mudanças em que o espaço rural vem sendo modificado..

Um detalhe que chama muita atenção é que além da área delimitada pelo chacreamento, é que na paisagem e no espaço em torno do mesmo, também ocorrem muitas mudanças como na vegetação e no solo.



FIGURA 06: Área onde se localizava a antiga fazenda de cultivo irrigado. Ano de 2005.
Fonte: Google Earth.

Na figura 06, do ano de 2005, podemos analisar a área antes da implementação do chacreamento. A área era utilizada para plantio de capim irrigado com pivô central. E também cultivo de feijão, frutíferas e sorgo. Não existia a concentração habitacional na área,

Na figura 07, do ano de 2010, observa-se a primeira e drástica modificação do espaço. Foram suprimidas as plantações, e realizada abertura de estradas e ruas e a divisão da área em quadras e lotes.

Nesta época, os cultivos e monocultivos que eram plantados em grande escala, foram suspensos pelos órgãos ambientais, pois havia gerado um conflito ambiental com agricultores da região por causa do uso, acesso e gestão das águas do rio Riachão, pelo uso indevido e em grande quantidade de água do rio, fazendo em muitas épocas do ano o rio secar, prejudicando toda uma região, como mostram os estudos de AFONSO 2006; 2012, estudos, relatórios técnicos e diagnósticos do CAA/NM 2000; o estudo de Crisóstomo (2013), entre outras fontes documentais. O dono da fazenda, então, decide pela venda e parcelamento da fazenda em lotes, transformando a antiga fazenda em um “Chacreamento”.



FIGURA 07: A área de irrigação agora desativada é loteada e vendida, aqui mostra as primeiras ruas, estradas e lotes. Ano de 2010. Fonte: Google Earth.



FIGURA 08: Na área já se estabelece o Chacreamento, detalhe no grande número de casas. Ano de 2013. Fonte: Google Earth

Já na figura 08, do ano de 2013, tem-se a formação, estabelecimento e estrutura do Chacreamento Vale dos Ipês, já com um grande número de casas e outras infraestruturas. Nesta imagem, verifica-se a transformação da forma de apropriação do espaço. Este deixa de ser espaço exclusivo de produção agrícola.



FIGURA 09: Atual formação do Chacreamento Vale dos Ipês, detalhe no número ainda maior de casas, do que na imagem anterior. Ano de 2015. Fonte: Google Earth.

Na figura 10, do ano de 2015, verifica-se um maior adensamento de construções, comparativamente a 2013. Tem-se a configuração atual do chacreamento.

A informação sobre a formação do chacreamento pode ser evidenciada através da fala de um entrevistado do Vale dos Ipês, que reside a quatro anos no local, aposentado, 61 anos (Senhor Sebastião).

Eu vim há quatro anos atrás e já comprei de terceiros[...] porque a história que eu sei que passaram para mim é que na realidade essa fazenda era de um dos Gaúchos e aqui tinha um pivô central que tinha uma grande produção agrícola né... uma agricultura alternada, uma hora ele plantava cebola, outra hora milho e ele diversificou bastante ai a cada ano... era uma monocultura mas era de um ano... na medida que a terra cansava de um produto ele mudava para outro... mas parece, eu não tenho certeza, que a fonte de água dele tava secando o Riachão... e segundo o pessoal, parece que interditarão a plantação dele devido o fato da água estar escassa... por isso é que a fazenda ficou improdutiva e ele teve que vender... ai vendeu e fez o chacreamento... quando eu cheguei, eu já comprei de terceiros... tem uma parte aí pra frente que é de imobiliária, foi uma imobiliária que colocou... teve uma parte que foi ele mesmo que vendeu... facilitou o pagamento para muitas pessoas e depois passou para a imobiliária, mas hoje não tem mais, se alguém precisar é de terceiros...(Senhor Sebastião do Chacreamento Vale dos Ipês. Entrevista concedida à CRISÓSTOMO. A. A. Agosto de 2015)

Além das mudanças observadas através de imagens de satélite, as mesmas são evidenciadas pelos próprios residentes do empreendimento, em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Nas conversas e entrevistas, os moradores relatam todo o processo de formação do empreendimento, bem como um pouco de suas histórias de vida.

Assim, com a fala do morador do Vale dos Ipês, as imagens de satélite que mostram o seu desenvolvimento ao longo dos anos pode se analisar como este empreendimento se formou e se estabilizou.

3.3 – A PESQUISA NO CHACREAMENTO VALE DOS IPÊS

Os primeiros trabalhos de campo realizados no Chacreamento Vale dos Ipês foi em agosto de 2015, neste período, o espaço estava em plena expansão, com muitas construções de casas e outras infraestruturas. Neste momento, como a pesquisa ainda estava no início buscou-se primeiramente observar o local de estudo da pesquisa. Foram realizadas conversas e entrevistas com alguns moradores. No primeiro momento realiza-se a apresentação do pesquisador e posteriormente, apresenta-se a pesquisa e seus objetivos. Nesta ocasião, os procedimentos utilizados foram entrevista semi-estruturada e observação direta. Na entrevista a seguir, um dos moradores relata como foi a sua chegada e como passou a morar no chacreamento.

Quando eu vim pra cá há quatro anos tinha pouca casa, ai daí para cá é que o povo vem construindo... hoje tem muita cassa ai... o dono aqui mexia com plantio e pastagem, tinha só capim... não tinha nada... a terra já era cultivada né... mexia com pivô ai... hoje tem muitas construções, tem gente aqui que é dono de mais de uma chácara... teve uma imobiliária que mexeu com uns documentos aqui para nós mas eu não sei como que esse negocio não, eu sei que tinha uma imobiliária que vez os documentos para nós, mas eu não sei o nome dela não... eu fui lá só no dia de apanhar o papel ... foi meu patrão que mexeu... ele só me deu o endereço e eu fui lá e busquei... hoje a gente usa água de um poço que era antes usado por um pivô que tinha ai, eles pararam com o plantio e deixaram o poço, ai a gente usa a água desse poço... (Senhor Pedro – morador do Chacreamento Vale dos Ipês).

A pesquisa ainda precisava passar por mais algumas adequações, mas como a primeira ida à comunidade, as conversas e entrevistas com alguns residentes, foram muito importante para conhecer o espaço pesquisado, entender o ritmo de trabalho e de vida, dos *chacreiros*.

Foram algumas horas de histórias de vida daqueles atores/sujeitos. Com algumas entrevistas gravadas e registros fotográficos, entre documentos, livros, teses, dissertações e artigos entre outros, era à hora de voltar para mesa de estudos e analisar, verificar, escrever e examinar todo o material.

No mês de maio de 2016, é realizado novamente outro trabalho de campo no Chacreamento Vale dos Ipês, foram alguns dias de caminhada por todo o local.

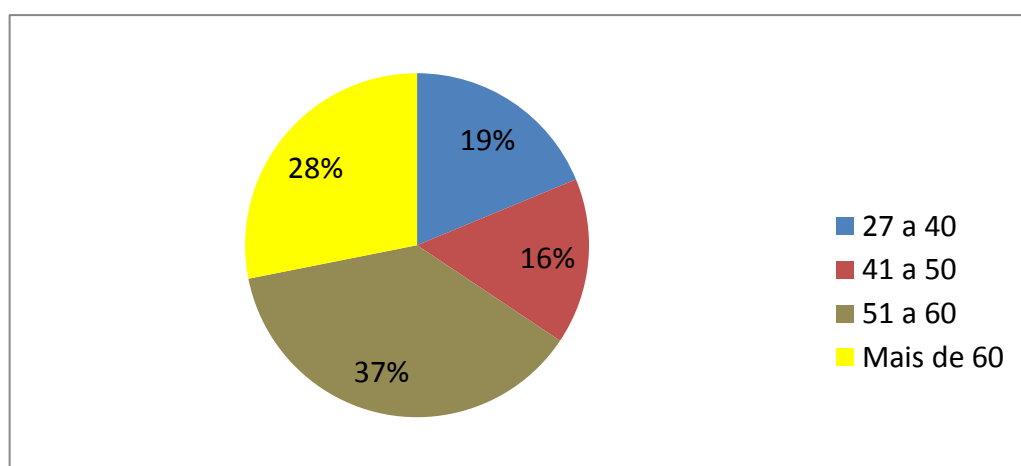
Durante o trabalho de campo foram visitados muitos moradores, a princípio todos com um pouco de receio, mas no decorrer das conversas e entrevistas, os moradores do Vale dos Ipês, concordavam em contribuir com a pesquisa e respondiam as questões da entrevista.

Uma informação interessante e importante é que durante os dias da semana, de segunda-feira à quinta-feira, não possui movimento de pessoas e residentes no chacreamento. Mas durante o fim de semana, segundo os entrevistados, o número de pessoas que circulam no chacreamento, praticamente dobra ou até triplica de quantidade, pois uma grande parte dos *Chacreiros*, mora e trabalha ou reside na cidade de Montes Claros. Nos fins de semana, de sexta a domingo, o número de pessoas é muito grande, passa em torno de umas duzentas pessoas.

Durante os dias e no decorrer das conversas com os moradores, através das observações e apontamentos, percebia-se que os objetivos da pesquisa estavam a caminho de serem cumpridos. As transformações e mudanças do espaço rural, as características apontadas pelos estudos do novo rural ou das ruralidades se materializavam nos modos como os moradores narravam o seu dia-a-dia. Todos os Gráficos apresentados têm como base uma mostra total de 35 pessoas entrevistadas, que corresponde a mais de dez por cento do total de moradores do chacreamento e chacreiros que residem na cidade de Montes Claros.

O Gráfico 01 nos apresenta as idades dos *Chacreiros*, destaca-se para o número considerável de 65% dos entrevistados com mais de 50 anos de idade. E o número de 28% de entrevistados com mais de 60 anos de idade. Uma realidade apontada pela pesquisa, é que as pessoas com mais idade ou os idosos, estão deixando as zonas urbanas e procurando residir nos espaços rurais, como por exemplo, os chacreamentos, como alternativa para a busca pela tranquilidade e qualidade de vida, que segundo estes entrevistados, faltam nas zonas urbanas.

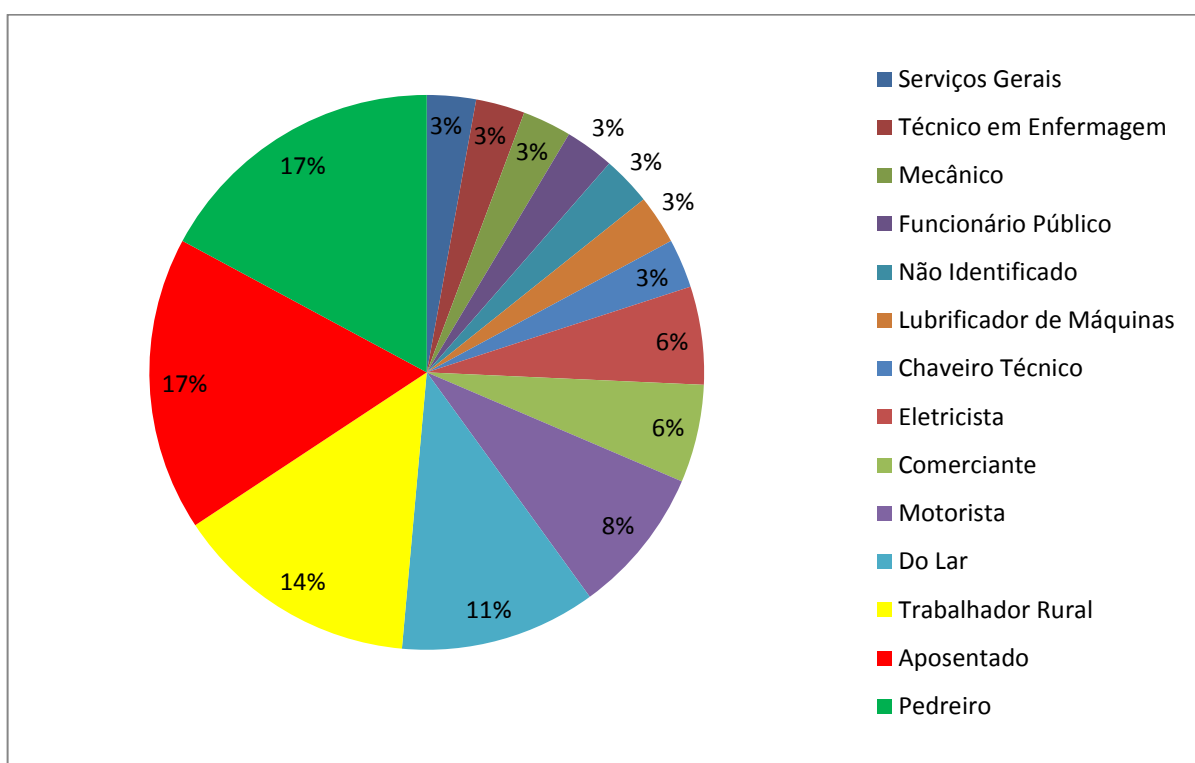
Gráfico 01 – Idade dos *Chacreiros* do Vale dos Ipês.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Dentro desta faixa etária de idade encontram-se pessoas com as mais variadas profissões, mas em seu maior número estão os aposentados com 17% e pedreiros também com 17%, seguidos da profissão de trabalhador rural com 14% que vieram da zona urbana de Montes Claros e compraram chácaras no local, como nos mostra o Gráfico 02, com a relação das profissões dos entrevistados. Neste contexto, aparecem no total de 14 profissões, sendo que 37% entre as profissões estão as de pedreiro e aposentado.

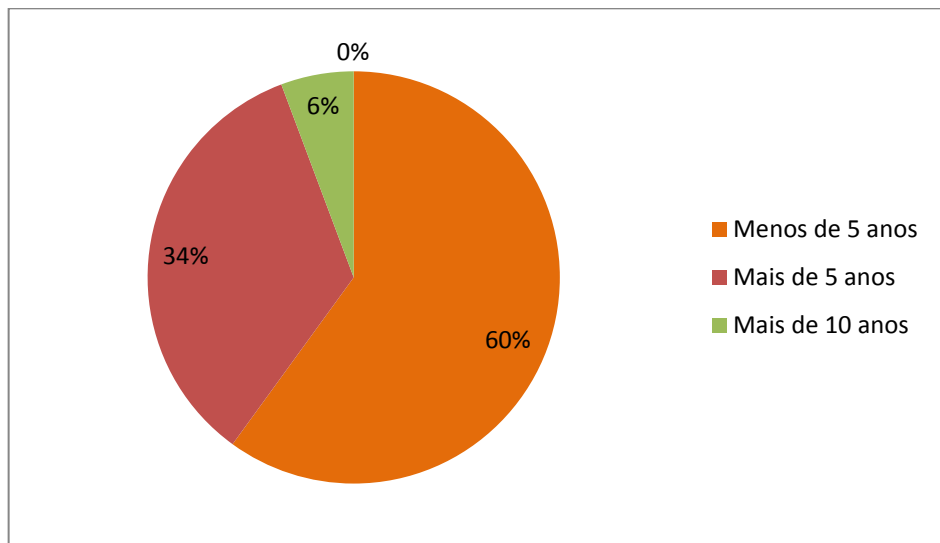
Gráfico 02 – Profissões dos Chacreiros do Vale dos Ipês.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Sobre o tempo em anos de residência no Chacreamento, chegamos ao número considerável de 60% dos *Chacreiros* que residem em menos de cinco anos no local, seguidos de 34% que residem há mais de cinco anos e 6% dos *Chacreiros* residem há mais de dez anos no local, sendo estes os primeiros a adquirirem e residirem no Chacreamento. Como mostra o Gráfico 03.

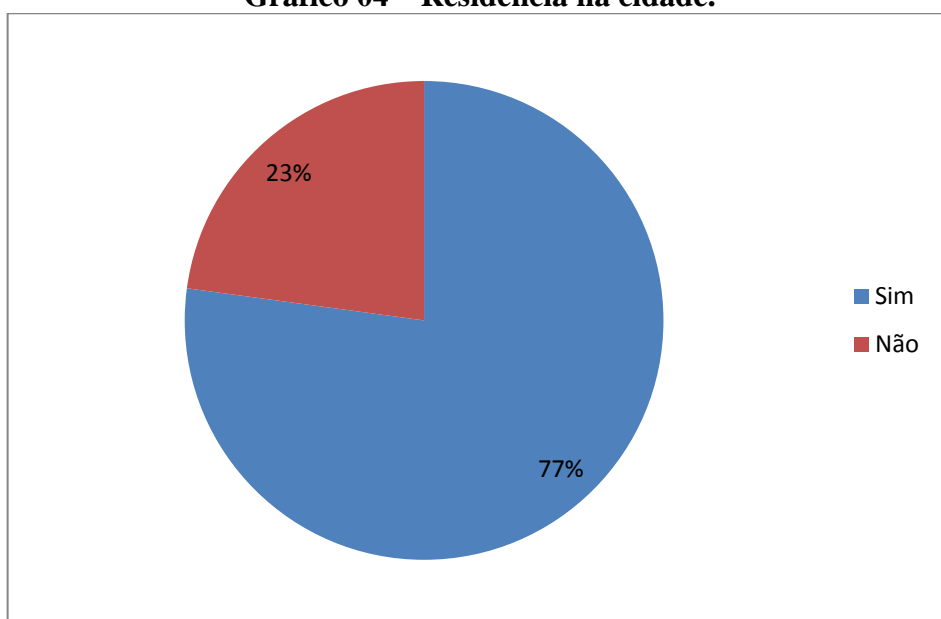
Gráfico 03 – Tempo de residência no Chacreamento.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Na questão seguinte, no Gráfico 04, foi apresentado o questionamento sobre se os entrevistados possuem residência na cidade, qual seria a cidade e em qual bairro. Sendo que em sua maioria, com 77% responderam que possuem residência na cidade de Montes Claros ou no distrito de Nova Esperança. Já 23% não possuem residência em cidade. Essa informação indica que há um número expressivo de *Chacreiros* que já optaram por residir no Chacreamento. Todavia, o deslocamento da cidade para o Chacreamento é a principal dinâmica de mobilidade.

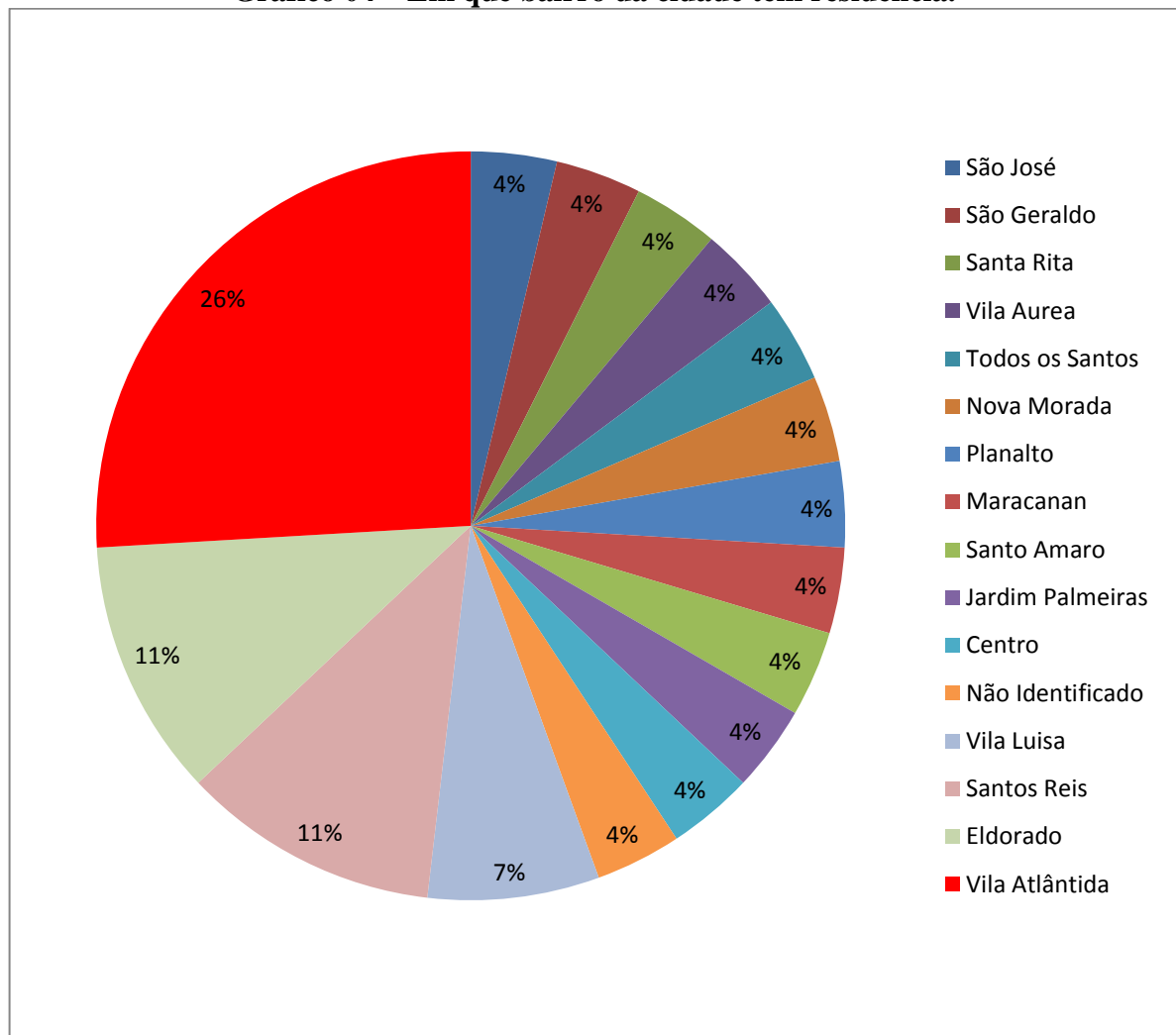
Gráfico 04 – Residência na cidade.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

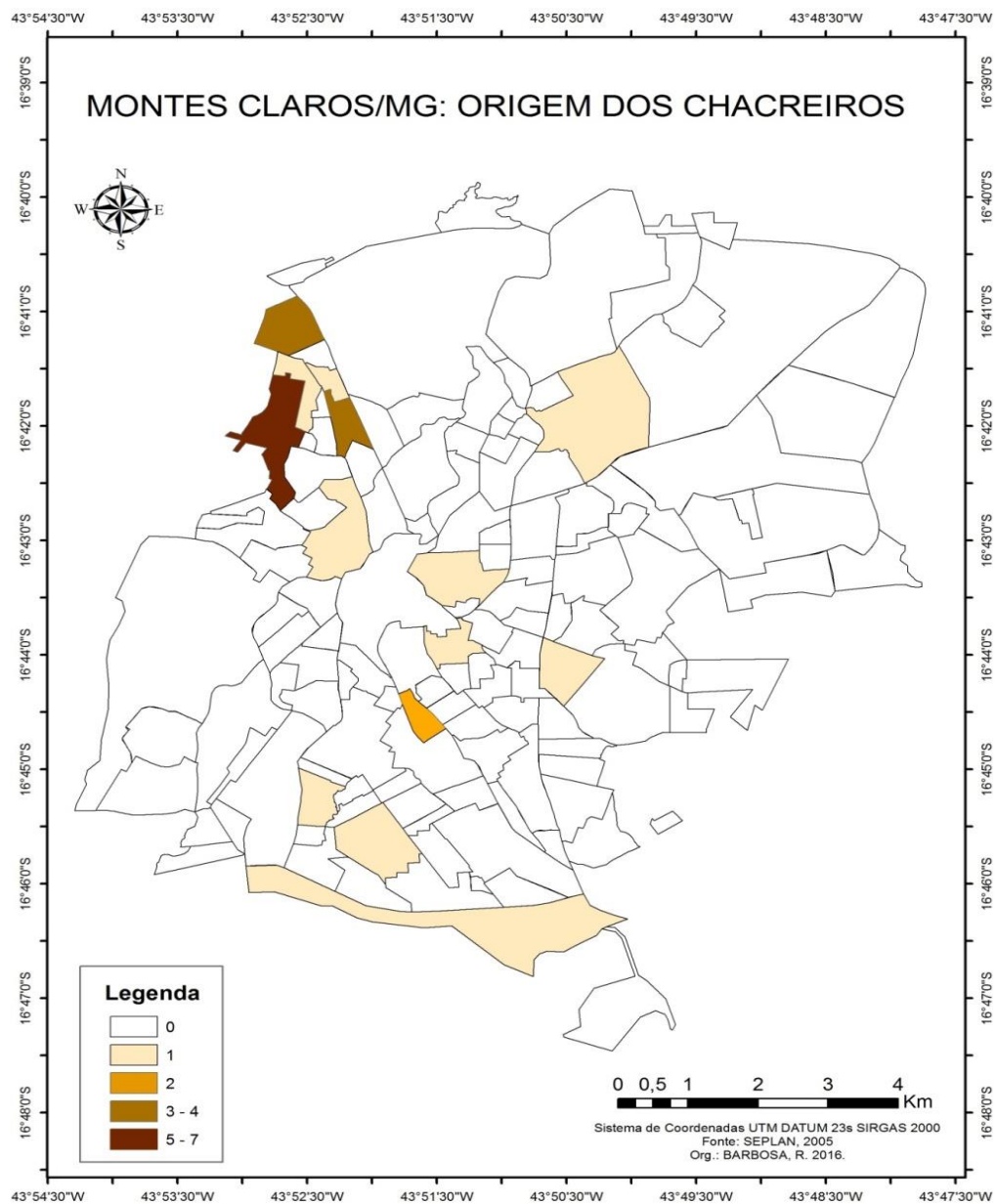
No próximo Gráfico, estão apontados quais bairros da cidade de Montes Claros, os *Chacreiros* possuem residência. Sendo assim, temos alguns dados muito interessantes que apontam esta questão. Sobre qual bairro na cidade de Montes Claros os entrevistados possuem residência. Com o número considerável de 26% dos entrevistados responderam que possuem residência no bairro Vila Atlântida, seguidos de 11% no bairro Eldorado, e também 11% no bairro Santos Reis. Outra realidade apontada na pesquisa, é que estes bairros estão todos localizados muito próximos entre si, mostrando uma relação de distanciamento da cidade e da zona urbana e ao mesmo tempo uma relação de proximidade, pois os bairros estão localizados em regiões periféricas, próximos à saída da cidade, na rodovia BR135, que dá acesso ao município de Mirabela, ao Distrito de Nova Esperança e ao Chacreamento Vale dos Ipês.

Gráfico 04 – Em que bairro da cidade tem residência.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

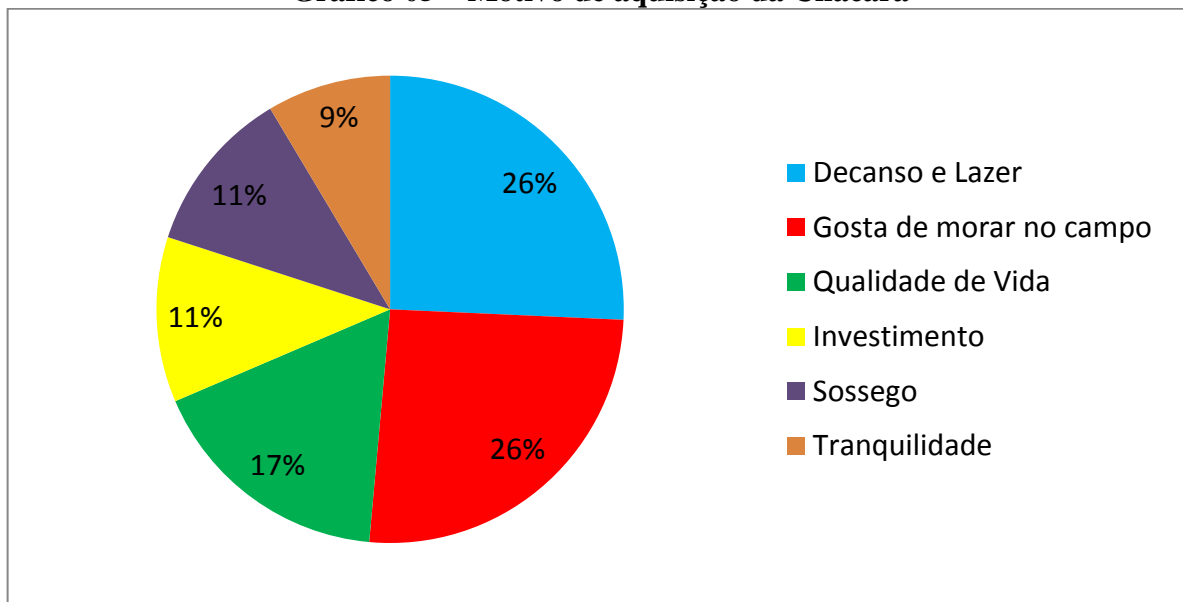
No mapa a seguir, apresentamos algumas informações importantes para visualizar as informações do Gráfico 04. Apontando os bairros na cidade de Montes Claros, de origem dos *Chacreiros* do Vale dos Ipês. Destaca-se como no gráfico os bairros de maior concentração dos *Chacreiros* que são os bairros da Vila Atlântida, seguidos dos bairros Eldorado e Santos Reis, todos localizados muito próximos entre si. Partindo da mesma lógica adota anteriormente, destacamos que estes são bairros periféricos da cidade e possuem a maior incidência de pessoas que compram chácaras nos espaços rurais ou migram por definitivo para as áreas rurais.



MAPA 03: Montes Claros: origem dos *Chacreiros* do Chacreamento Vale dos Ipês, 2016.

Outro dado interessante é que muitos dos entrevistados residem no Chacreamento. Quando perguntados, para qual a finalidade da área, 66% dos entrevistados responderam que era para a moradia “fixa”, em segundo lugar outro dado relevante é que muitos tem como finalidade à área, o uso para passar os fins de semana, com 18% das respostas. Em terceiro lugar, eles responderam que a finalidade da área era mais para o descanso e o lazer, com 16% das respostas, lembrando que os entrevistados poderiam responder a mais de uma opção. Comprovando desta forma, o que muito dos estudos, das revisões e referenciais falam de uma nova lógica de pensamento e apropriação do espaço rural.

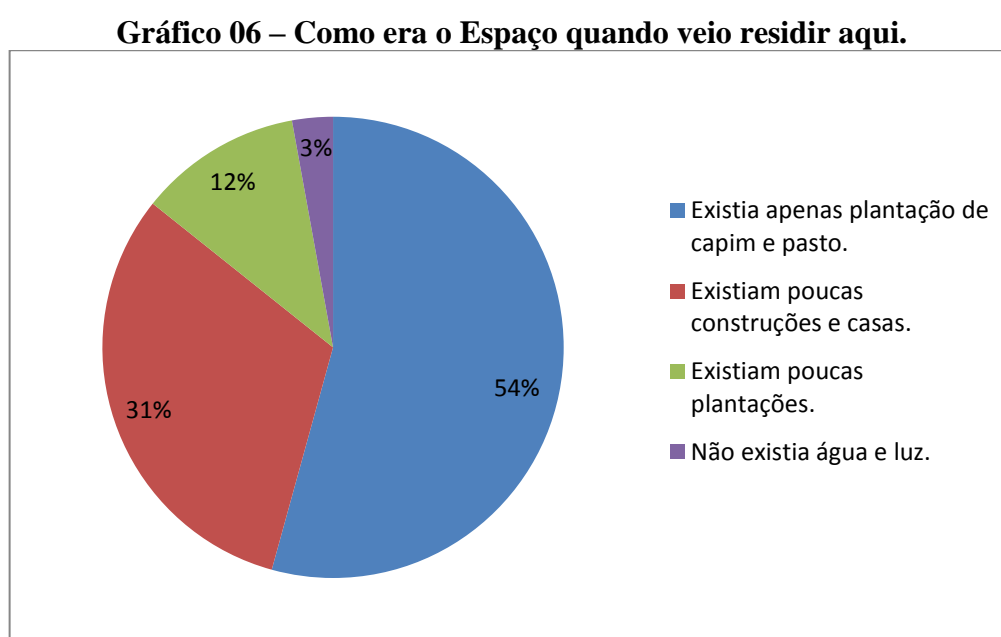
Gráfico 05 – Motivo de aquisição da Chácara



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Outro dado de grande relevância é entender o motivo que levaram as pessoas a saírem da área urbana de Montes Claros e optarem pelo chacreamento. Destaca-se que 63% dos entrevistados apontaram motivos relativos à experiências/situações que podem ser encontradas no Chacreamento e não mais, com facilidade, em centros urbanos, tais como: descanso, qualidade de vida, sossego e tranquilidade. Somente 11% foram motivados por investimento imobiliário. Há, ainda, 26% que gostam da moradia no campo.

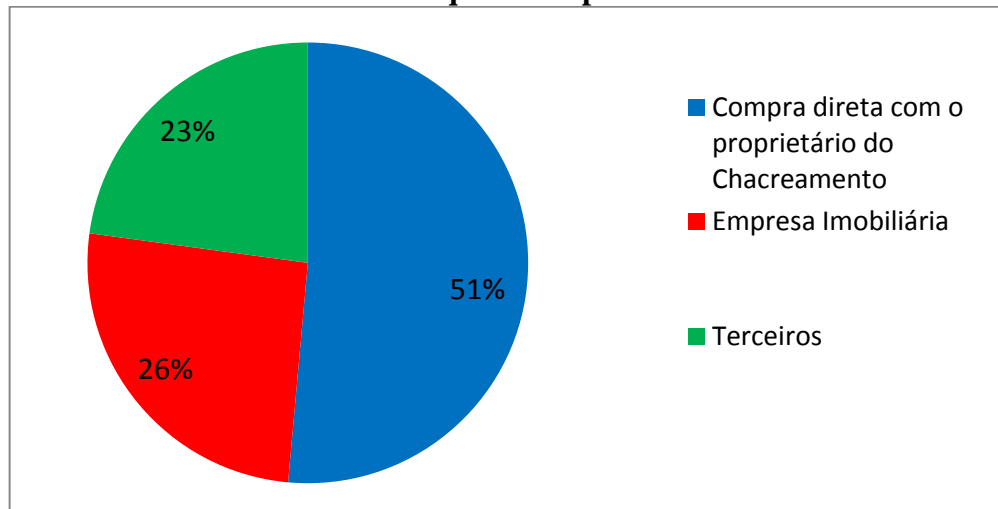
Sobre a percepção dos *chacreiros*, para as mudanças e transformações no espaço ao longo dos anos, a partir de quando eles passaram a residir no Chacreamento, a pesquisa aponta algumas informações interessantes, pois vai ao encontro dos dados sobre a formação e de como surgiu o Chacreamento. Com 54% das respostas, os entrevistados afirmaram que existia no local apenas plantações de capim e pasto. E com 31% das respostas, que existiam poucas construções no local. Como mostras os dados do Gráfico 06.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Sobre de que forma como cada *chacareiro* adquiriu o terreno ou a chácara que ele reside atualmente é a questão do Gráfico 07. Em sua maioria com 51% das respostas os *chacareiros* adquiriram o terreno pela compra direta com o dono do chacreamento. Com 26% das respostas foi pela compra por uma empresa imobiliária, sendo que 23% adquiriram por intermédio de terceiros. Essas informações permitem observar a dinâmica dos agentes imobiliários, fundamentais na produção do espaço rural. Cabe destacar o controle direto do proprietário do Chacreamento que conseguiu vender, sem intermediação de empresas imobiliárias ou de terceiros, mais da metade (51%) dos lotes do empreendimento.

Gráfico 07 – De quem comprou a Chácara.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

O Chacreamento Vale dos Ipês possui a seguinte infraestrutura:

- A) as ruas não são pavimentadas;
- B) água encanada disponível para todos;
- C) luz elétrica disponível para 47% dos entrevistados;
- D) internet com acesso por 37% dos entrevistados.

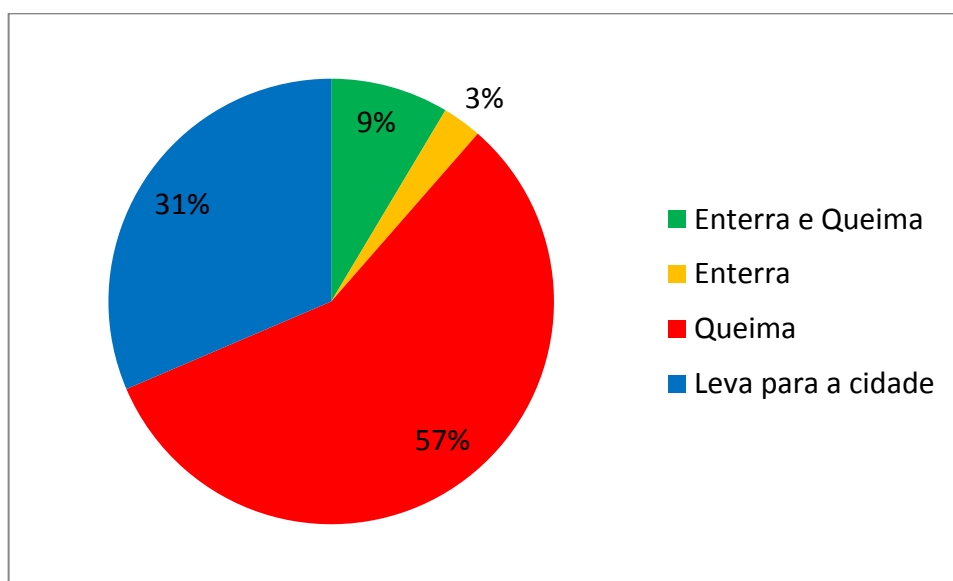
A energia elétrica no Chacreamento é hoje um dos maiores problemas, pois está com um impasse com a companhia de energia. De acordo com os entrevistados, a CEMIG – Companhia de Energia de Minas Gerais alega que não pode fornecer a energia, pois o Chacreamento não está legalizado, perante aos órgãos ambientais. Neste sentido, muitos *chacreiros* que não conseguiram que a CEMIG ligasse a energia em suas casas, puxam a energia de casas vizinhas, fazendo assim os chamados “gatos”. Porém, com o consentimento do vizinho. Nestes casos, os *chacreiros* dividem o valor da conta de energia entre os consumidores. Segundo o presidente da associação de moradores, esse problema está sendo resolvido entre a prefeitura, a CEMIG e os órgãos ambientais competentes.

Todos os *Chacreiros* têm acesso à água, que é oriunda de poço artesiano, e possuem caixas para o armazenamento da mesma. O poço que atualmente abastece o Chacreamento é o mesmo que em tempos pretéritos fornecia água para o pivô central irrigar as lavouras.

Outro fator de grande importância é a destinação dos resíduos sólidos ou do lixo gerado no Chacreamento. A maioria dos entrevistados, 57%, respondeu que os resíduos sólidos gerados são queimados. Para 3%, a opção é enterrar o lixo, sendo que 9% consorciam queima e enterramento. Mas, um número significativo de residentes, 31%, opta por levar o lixo de volta para a cidade, para que seja recolhido pelo caminhão da prefeitura municipal.

Durante a realização da pesquisa, os *chacreiros* relataram que existe um projeto da associação de moradores para a construção de uma lixeira coletiva, onde todos os residentes iriam depositar o lixo. Assim, o caminhão de coleta da prefeitura que passa no distrito de Nova Esperança, recolheria, também, o lixo do Chacreamento. Mas esta lixeira coletiva ainda está em processo de construção.

Gráfico 08 – Sobre o destino dos resíduos sólidos (lixo) gerados. Como é descartado.

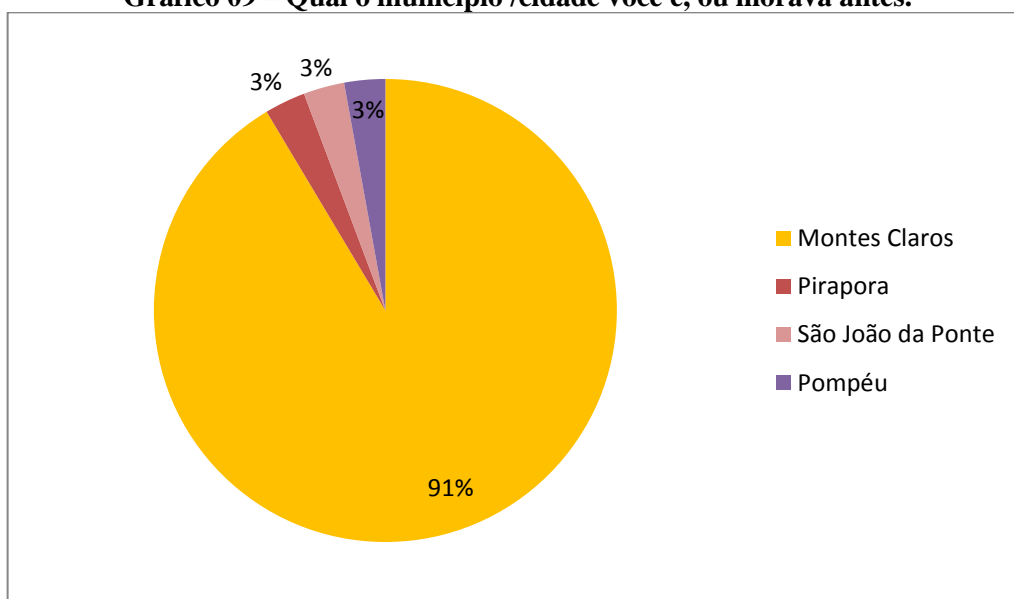


FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Outro dado muito pertinente é em relação à origem dos entrevistados ou qual município o entrevistado era, antes de residir no Chacreamento. Com uma grande e expressiva porcentagem de 91% das respostas, em destaque o município de Montes Claros e empatados com 3% cada, encontra-se os municípios de Pirapora, São João da Ponte e o município de Pompéu. Essa questão desmistifica que os residentes dos Chacreamentos são apenas do

município de Montes Claros, existem outros municípios, em que as pessoas estão deixando as áreas urbanas, para viver nos espaços rurais. As pessoas querem a tranquilidade e sossego do campo e do rural, mas com todo o bem estar, conforto e comodidade em que alguns serviços das áreas urbanas oferecem. O Vale dos Ipês, por exemplo, oferece aos chacreiros, os serviços de telefonia e internet, que muitas áreas rurais ainda não possuem, muitas casas são construídas com excelentes estruturas, como piscinas e jardins.

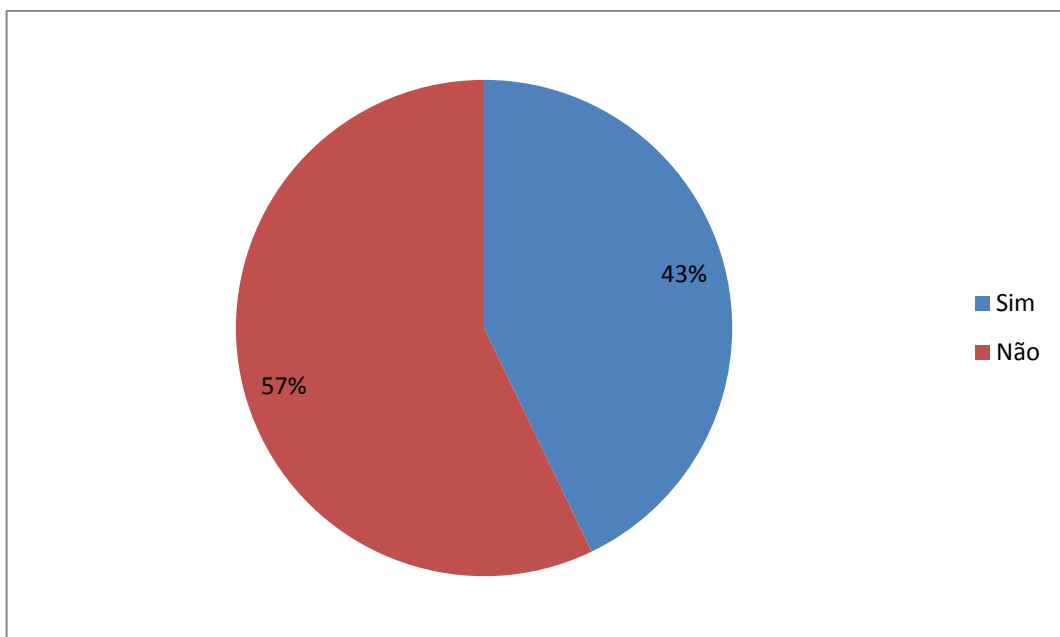
Gráfico 09 – Qual o município /cidade você é, ou morava antes.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

No Gráfico 10, a pesquisa apresenta o seguinte questionamento, se para manter a casa e a família, no Chacreamento, os entrevistados encontram tudo o que precisa. Para 57% dos entrevistados em sua maioria, disseram que não encontram no Chacreamento tudo o que precisam para o abastecimento do núcleo familiar. E 43% dos entrevistados, disseram que sim, que encontram tudo o que precisam no Chacreamento, pois o mesmo possui comércios, com a venda de alguns produtos que são utilizados de forma geral no dia-a-dia e na vida das pessoas.

Gráfico 10 – Residentes: para manter a casa e a família, aqui você tem e encontra tudo o que precisa.

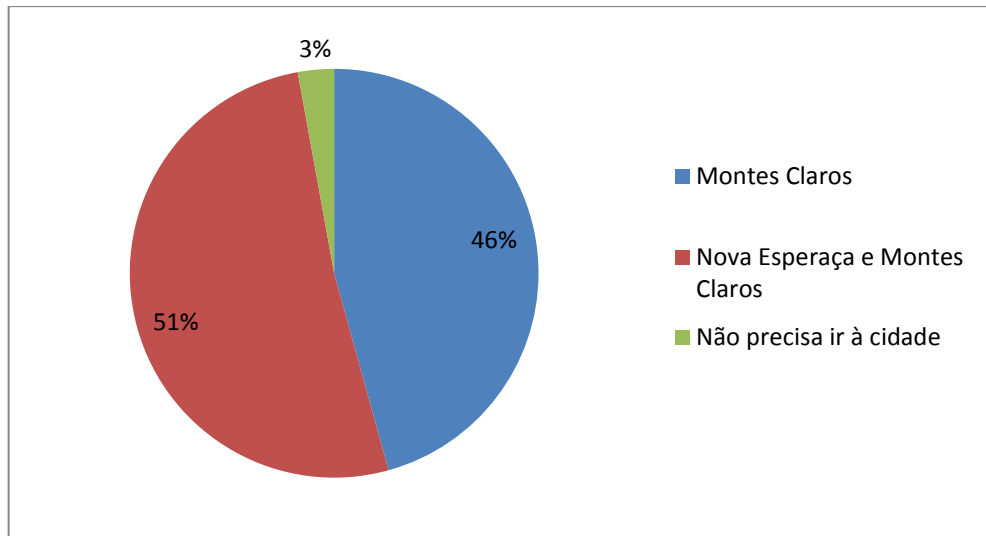


FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

Sobre a compra dos mantimentos para a casa, os *chacreiros* residentes foram perguntados se eles vão à cidade/distrito para comprar os mantimentos diários da casa e qual seria esta cidade e ou distrito é o tema do Gráfico 11. Sendo que 46% dos entrevistados responderam que vão para Montes Claros fazer a compra dos mantimentos. Em sua maioria com 51% das repostas, os *chacreiros* residentes vão tanto ao município de Montes Claros, quanto ao distrito de Nova Esperança.

Um dado interessante, pois estes *chacreiros* que residem no Chacreamento Vale dos Ipês estão desenvolvendo e fazendo a economia girar não somente na zona urbana, mas também acarreta no aumento da economia do distrito, no caso o Distrito de Nova Esperança.

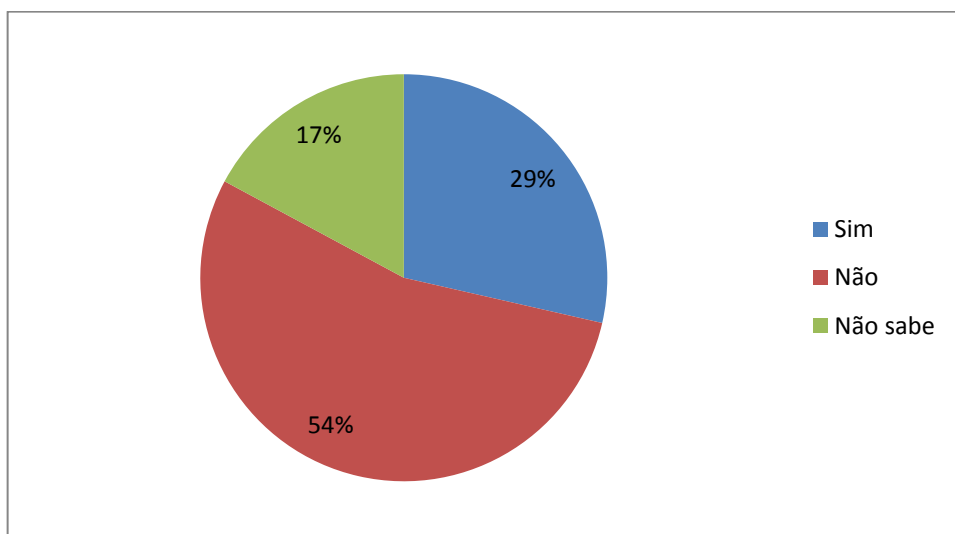
Gráfico 11 – Para comprar os mantimentos da casa, você vai à cidade. Qual cidade.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

À regularização do Chacreamento, em relação à questão ambiental, é o tema do Gráfico 12. Em sua maioria, para 54% dos entrevistados o Chacreamento não é regularizado. Para 29% dos *chacreiros* entrevistados o Chacreamento possui regularização ambiental e 17% afirmam que não sabem esta informação. Segundo o presidente da associação de moradores, o processo de regularização do Vale dos Ipês, está em tramite nos órgãos judiciais ambientais e na prefeitura do município e que está prestes a ser regularizada a documentação do Chacreamento.

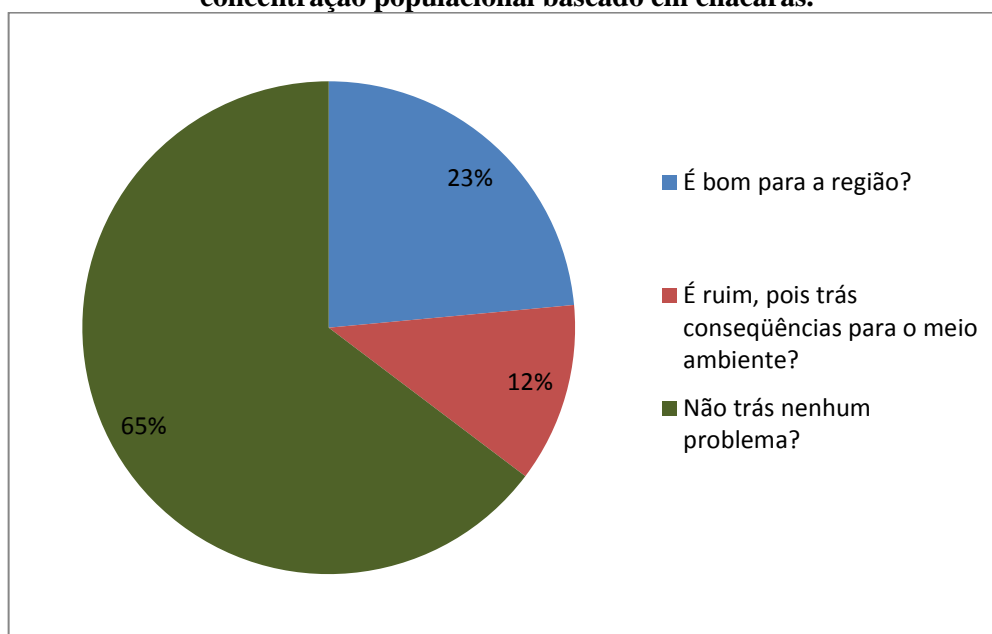
Gráfico 12 – O Chacreamento é regularizado?



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

O Gráfico 13 nos apresenta, na percepção do *Chacreiro*, quais as causas positivas e quais as consequências negativas a partir da implantação do Chacreamento. Para em sua maioria com 65% das respostas os entrevistados disseram que com a implantação do Chacreamento não traz nenhum tipo de problema ao meio ambiente. Com 23% das respostas, os entrevistados disseram que com a implementação do Chacreamento isso é bom para a região. E 12% dos entrevistados disseram que a implantação do Chacreamento é ruim, pois pode tr s consequências para o meio ambiente.

Gráfico 13 – Como você analisa esta área, que em poucos anos se transformou em uma concentra o populacional baseado em chácaras.



FONTE: Pesquisa de Campo - Org.: CRISÓSTOMO, A. A, 2016.

A implementa o do Chacreamento Vale dos Ipês e a dinâmica de uso e apropria o deste espaço traz importantes questões. O referido chacreamento   mais um, entre centenas criados ou em processo de implanta o no município de Montes Claros, reconfigurando o espaço rural local, bem como engendrando novos fluxos de pessoas e mercadorias entre o campo e a cidade. São chacareiros residentes que se conectam   cidade por meio da presta o de serviços e os comércios l  existentes. São residentes na cidade que se conectam ao campo, para lazer, descanso, sossego, etc., por um ou alguns dias da semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral buscar compreender os processos de produção e apropriação de novos espaços rurais, analisando o perfil dos *Chacreiros* e a dinâmica do Chacreamento rural Vale dos Ipês no município de Montes Claros – MG. Observa-se como esse tipo de espaço rural tem sido produzido e apropriado pelas populações. Constatou-se que 77% dos *Chacreiros* residem na cidade e se deslocam para o campo em busca do que não encontram nessa. Porém 23% dos *Chacreiros* residem no campo e se deslocam para a cidade na busca do complemento que não encontram no Chacreamento rural.

É, portanto, imperativo compreender a formação destes espaços rurais na inter-relação com o espaço urbano. São fluxos de pessoas e objetos materiais em complemento, produzindo um espaço complexo. Torna-se menos importante delimitar as fronteiras físicas do rural e do urbano, para compreender os fluxos e dinâmicas inter-espaciais, que produzem novos espaços onde o urbano e o rural se inter-conectam.

Os *Chacreiros* não estão em busca de um rural que se configure como uma vida no campo distante das possibilidades obtidas nas cidades. Lá estão comércios e serviços especializados de educação, saúde, vestuário, equipamentos eletro-eletrônicos, automóveis, auto-peças, etc..., que dificilmente serão encontrados com a mesma diversidade e oportunidade de comparação no espaço rural. Mas é essa dinâmica das cidades que produz, também, a escassez de algo que tem sido buscado no campo: descanso e tranquilidade, qualidade de vida, etc..., condições e situações cada vez mais raras de serem encontradas nas cidades.

Nesse sentido, as Chácaras são espaços de conexão do urbano e do rural. Pois estão localizadas no campo, mas não distantes das cidades. Situadas, como o caso do Vale dos Ipês, as margens de rodovias pavimentadas, que torna rápido o deslocamento campo-cidade-campo.

Constatou-se também que 77% dos *Chacreiros* não são residentes do chacreamento Vale dos Ipês e outros 23% sim. Lá também já está instalado um mini-mercado, que oferta produtos tanto para os residentes, quanto para os não residentes. Certamente, os não residentes que realizam deslocamento cidade-campo trazem do centro urbano os produtos para o consumo durante a estadia no chacreamento, embora possam adquirir potenciais complementos no comércio do Vale dos Ipês. Mas, quase metade dos 23% de residentes, afirma obter no chacreamento os mantimentos necessários. É possível que o comércio local se

fortaleça ainda mais. No entanto, cabe destacar a dinamização que o chacreamento pode produzir no comércio do Distrito de Nova Esperança.

Sobre o perfil dos *Chacreiros* entrevistados, é interessante observar que 53% têm entre 40 e 60 anos de idade. Se somarmos os 19% com idade entre 27 e 40 anos, temos um contingente de mais de 70% com pleno vigor físico potencial. Isso implica, possibilidades de transformação intensa do espaço, de reprodução dos grupos domésticos e ampliação da demografia local.

Sobre as atividades ou profissões há uma grande diversidade: são aposentados, trabalhadores rurais, pedreiros, mecânicos, eletricitas, chaveiros-técnicos, dentre outros. Interessante que não se trata de um empreendimento destinado a uma ou algumas categorias de profissão. Isso cria, também, um potencial de desenvolvimento de estrutura local de serviços a serem prestados.

Todavia, há uma característica infraestrutural que tem merecido debate público, inclusive com ações do Ministério Público Estadual e audiências na Câmara de Vereadores de Montes Claros. É o excessivo parcelamento do solo rural, em unidades de pequena dimensão. No caso em análise, os lotes têm entre 2000 e 2500 m². A dimensão mínima para caracterização como imóvel rural e, portanto, registro cartorial como estabelecimento rural, são dois hectares, equivalente a 20 mil metros quadrados. Isso tem gerado implicações diversas, do ponto de vista do registro de propriedade individual do imóvel, bem como consequências para o acesso à infraestrutura. A situação emblemática é o acesso à energia elétrica. A CEMIG não faz a conexão da Chácara à rede de energia, em razão de impedimentos legais. A saída encontrada pelos *Chacreiros* é o consorciamento da energia. Isto é, a ampliação da rede local a partir de um ponto conectado ao sistema CEMIG.

Em termos de consequência ambiental do Chacreamento Vale dos Ipês, cabe destacar a demanda por água. São 120 Chácaras. É um adensamento populacional considerável gerado pelo chacreamento. No caso em análise, a água é retirada de um poço artesiano. O chacreamento está localizado nas nascentes do rio Riachão, na margem direita da lagoa Tiririca, palco de um dos mais importantes conflitos por água no Norte de Minas, na década de 1990, o chamado “Conflito pela Água do Rio Riachão”⁵. Qual a demanda real por

⁵ Ver em: Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais / Observatório de Conflitos Ambientais - Gesta / UFMG. <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>

água com o Chacreamento em plena ocupação? Piscinas, agricultura, uso doméstico, dessedentação de pequenos animais. Qual a capacidade de oferta de água sem comprometer a demanda já existente ao longo da bacia do Riachão? Será que o chacreamento pode produzir um novo conflito pela água no local? Será um novo pivô da discórdia? Estas questões podem ser objeto de estudos futuros que possam contribuir para o manejo adequado dos recursos naturais no alto Riachão.

Para além do caso Chacreamento Vale dos Ipês é fundamental, do ponto de vista das políticas e ações de ordenamento territorial rural, que se examinem e sejam discutidas publicamente, as consequências socioespaciais do total deste tipo de empreendimento existente e em implantação potencial. O uso e apropriação do Vale dos Ipês não pode ser visto como caso exclusivo. Por suposto, outros chacreamentos têm dinâmicas semelhantes.

Os estudos sobre o novo rural, as novas ruralidades, a multifuncionalidade do rural têm abordado questões importantes para se pensar o rural, para além da agricultura e pecuária, isto é, não somente como atividade econômica. O rural como espaço de vida. A relação urbano-rural, fluxos e fronteiras.

É importante ampliar os estudos sobre novas formas de parcelamento do solo rural. Nas bordas da cidade de Montes Claros é intensa a criação de chacreamentos e condomínios rurais, com consequências econômicas, sociais e ambientais que precisam ser compreendidas, como condição de subsídio às decisões de política pública de planejamento rural e regional.

V – REGISTROS FOTOGRÁFICOS

FIGURA 10: Entrada do Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Agosto de 2015.



FIGURA 11: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.
Casa em construção. Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio 2016.



FIGURA 12: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Agosto de 2015.



FIGURA 13: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Agosto de 2015.



FIGURA 14: Chacreamento Vale dos Ipês – Zona Rural de Montes Claros – MG.
Detalhe do grande número de casas construídas.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Agosto de 2015.



FIGURA 15: Luiz, Agricultor do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 16: Anecleto. Residente do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 17: José Geraldo e Adelson Residentes do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 18: Plantação de milho em uma das chácaras.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Agosto de 2015.



FIGURA 19: Venâncio. Residente do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURAS 20: Geraldo e Osvaldo. Residentes do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURAS 21: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 22: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 23: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 24: Entrada de uma das Chácaras do Chacreamento.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.



FIGURA 25: Por do Sol no Chacreamento Vale dos Ipês – Fim da Pesquisa de Campo –
Zona Rural de Montes Claros – MG.
Fonte: CRISÓSTOMO. Adinei Almeida: Maio de 2016.

VI – REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2ª ed. São Paulo – Campinas. Estudos Rurais. Editora Hucitec. Editora da UNICAMP. 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para discussão n. 702. IPEA (2000). www.ipea.gov.br.

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática; In. O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil. Gilney Viana – Marina Silva – Nilo Diniz (Org.); São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

AFONSO, Priscilla Caires Santana; Gestão e disputa pela água na sub-bacia do Riachão, Montes Claros/MG. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2008. Disponível em: [www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/.../Priscilla Caires Santana Afonso.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/.../Priscilla_Caires_Santana_Afonso.pdf); Acesso em: 10/09/2015.

AFONSO, Priscilla Caires Santana; JUNIOR, João Cleps: A Questão da Água na bacia do Riachão - Norte de Gerais: Gestão e Conflitos pelo uso na Agricultura: Universidade Federal de Uberlândia - UFU. 2006: Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t08.pdf>: acesso em: 06/05/2015.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Agroextratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira das estratégias dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: Identidades sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo. Roberto José Moreira (Org.). Maria José Carneiro... (et al) – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia, 2011. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N36.pdf. Acesso em: 06/10/2015.

ARAÚJO, José Carlos Evangelista de. Modernização e conflito: os dilemas colocados pela questão agrária no Brasil. In: Direito do Trabalho Rural. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Melchíades Rodrigues Martins, Tarcio José Vidotti, coordenadores, - 2. ed. – São Paulo: LTr, 2005. Vários autores. “Homenagem a Irary Ferrari”.

ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de. “Por caminhos de águas e terras”: O Processo Migratório de Pescadores Artesanais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS. 2016.

BARBOSA, Rômulo Soares. Entre Igualdade e diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil. / Rômulo Soares Barbosa. – São Paulo: Annablume, 2010.

BARBOSA, Rômulo Soares; et al. Conflitos ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: Uma Agenda de Pesquisa. In: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: Org. Dieter Gawora, Maria Helena de Sousa Ide, Rômulo Soares Barbosa. – Montes Claros: Unimontes, 2011. 227p.

BATISTA, Elicardo Heber Almeida. — Povos de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais / Elicardo Heber Almeida Batista, Orientador: Maria José Teixeira Carneiro. Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2010.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil / Ademir A. Cazella, Philippe Bonnal e Renato S. Maluf organizadores. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Espaço Social e poder Simbólico. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, João B. A; OLIVEIRA, Cláudia L. Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhart. Volume II. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: O espaço no fim do século: a nova raridade. DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Organizadoras). 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11; outubro, 1998. Revista: Estudos Sociedade e Agricultura: CPDA - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ICHS/DDAS: Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/index>. Acesso em: 18/11/2015.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB. Desenvolvimento com valorização do trabalho. Textos e documentos da CTB. São Paulo-SP. 1ª edição. 2008.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS - (CAA-NM). Riachão, Dimensão Ambiental: a sustentabilidade em discussão. In: Revista Verde Grande. Montes Claros, MG: Unimontes/SEMMA. 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. Publicação referente ao 40º aniversário da CONTAG. 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. *Tomando alho por bugalhos: O decantado desenvolvimento do Norte de Minas*. Unimontes Científica – Revista da Universidade Estadual de Montes Claros; v.7 , nº2, (Julho/Dezembro de 2005). Montes Claros; 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 7ª Edição. Editora Ática. São Paulo. 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. Milton Santos (Organizador). Editora Hucitec. São Paulo. 1982.

DAYRELL; Carlos Alberto; O Semiárido Mineiro e a Movimentação dos Povos do Lugar na Luta pela convivência como os Potenciais Culturais e Ecológicos do Sertão Mineiro; Texto como contribuição ao VIII ENCONASA, a ser realizado em Januária (Norte de Minas Gerais). Junho de 2012: Disponível em: http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/attachments/article/159/O_semiarido_mineiro_Carlos_Dayrell.pdf: Acesso em: 20/04/2013.

DAYRELL, C. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: *Questão social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo*. Luciana Jaccoud, organizadora: Frederico Barbosa da Silva... (et al.). – Brasília: IPEA, 2005.

DOURADO, Thays Barbosa. *Esse Rio é Minha Rua: Um estudo sobre Territorialidade e Identidade na Comunidade da Rua de Baixo no Sertão Do São Francisco*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. 2015.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. *Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”*: um estudo de caso no sul do Brasil. In: *Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. MOREIRA, Roberto José. (Organizador): Maria José Carneiro... (et al.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano / Mark Gottdiener*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. 2ª ed.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O Que é Questão Agrária*. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense. 4ª Edição – 1981.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF/AGB, 2002.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo: acumulação por espoliação. São Paulo; Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. GEOgraphia, Vol. 14, Nº. 28, 2012.

HARVEY, David. Universidade de Nova York. Original: Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Dada a formatação de nossa revista, optamos por incorporar a divisão em tópicos presente na tradução francesa (HARVEY, D. 2010. Géographie et Capital: vers un matérialisme histórico géographique. Paris: Syllepse)

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013. ISSN 1984-2201 © 2002, Universidade Federal do Ceará.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. - Cidades. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em Maio de 2016.

INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS – INDE. <http://www.visualizador.inde.gov.br/>. Acesso em Maio de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. - INPE <http://www2.dgi.inpe.br/> Acesso em Maio de 2016.

KAYSER, Bernard. La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

_____. L'intégration de la ruralité. Les campagnes françaises au XXIème siècle. Économie Rurale, Paris, n. 257, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p. Título original: La révolution urbaine.

_____. La producción del espacio. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

_____. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes. 1991. 145 p. Título original: Le droit à la ville.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Simpósio "Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia"*. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia", Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina; A Ruralidade ontem e hoje: Uma análise do rural na contemporaneidade. AURORA ano V número 8 - AGOSTO DE 2011 ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora 92

LIMA, Eli Napoleão de. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: *Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo*. MOREIRA, R. J. (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LUZ, Thaís Dias Luz Borges Santos. Voos da espera e da esperança: O bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no Sertão Norte-Mineiro Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2015.

MAIOR. Jorge Luiz Souto. Modernização e conflito: os dilemas colocados pela questão agrária no Brasil. In: Direito do Trabalho Rural. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Melchíades Rodrigues Martins, Tarcio José Vidotti, coordenadores, - 2. ed. – São Paulo: LTr, 2005. Vários autores. “Homenagem a Irany Ferrari”.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In.: Lima, D. M. A. e Wilkinson, J. (orgs.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília (DF), CNPq/Paralelo 15, 2002.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. História do sertão noroeste de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1991.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 3 e 4. “O problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio”. Pg. 119 – 137. Cap. 4 “A vida entre parênteses – Migrações internas no mundo contemporâneo” – Pg. 139 – 150.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária no Brasil e as condições e possibilidades da reforma agrária. In: A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais / José de Souza Martins. – 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado do Brasil. – Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENDRAS, Henry. “A cidade e o campo”, em: QUEIROZ, M.I.P (Org.), *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. Pp. 33-40.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. *Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari*. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. Abril, 2002.

MOREIRA, José Roberto. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: Relatório Científico Volume II A. Ruralidades, Assimetria de Poder e Identidades Sociais no Campo. Roberto José Moreira - Coordenador e responsável. Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Março, 2009

MOREIRA, José Roberto (Org.). *Identidades sociais*. Ruralidades no Brasil contemporâneo. In: Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, José Roberto. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 248-271, ISSN 1413-0580.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (org). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOREIRA, Ruy. Pensar e Ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007. NORRIS, Christopher. Epistemologia: conceitos-chave em filosofia. Artmed editora: Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia / Carlos Alves do Nascimento. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, (BNB Teses e Dissertações; n. 11). 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 17/09/2015.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. (et a.) Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2000.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS; Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br; Acesso em: 10/03/2015.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. Travessias – movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais [manuscrito] / Andréa Maria Narciso Rocha de Paula. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão. Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. O sertão é uma espera enorme: A comunidade de Barra do Pacuí. In: Cerrados, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos. Editora Cidade, 2010.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A região mineira do Nordeste – Grande Sertão. Trabalho apresentado no XVIII Nacional de Geografia Agrária – Rio de Janeiro – 06 a 09 de Novembro de 2006.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. CLEPS JUNIOR, João. Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil. In: VII Congresso latino americano de sociologia rural-Asociación latino-americana de sociologia rural, Quito: Equador, 2006, anais.

PRADO JÚNIOR, Caio. Grande Lavoura. In: Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia / Caio Prado Júnior. – São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAMALHO, C., MOREIRA, R.. Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS)*, Brasília. Ano 13 n. 26 – Jul./Dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5866>>. Acesso em: 17/09/2015.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro, A formação e o sentido do Brasil. Cap. 4. O Brasil Sertanejo: São Paulo, Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. História dos Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 624p.

ROSA, G. J. Campo Geral: Miguilim. (Noites do Sertão). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. In: *Cadernos de Difusão*. Rio de Janeiro, 1986.

SANTOS, Milton. *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. Milton Santos (Organizador). Editora Hucitec. São Paulo. 1982.

SANTOS, Milton, 1926. Espaço e Método. 4. ed. São Paulo: Nobel, (Coleção espaços) 1997. 88 p.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236 p. : il. (Geografia : teoria e realidade)

SILVA, Diógenes Luiz da. *Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra / Diógenes Luiz da Silva*, 2013. Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

SILVA, José Borzacchiello da. Espaço e Contradições. In: *O espaço no fim do século: a nova raridade*. DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Organizadoras). 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Ferraz Godoy da. *O embate das forças rurais e urbanas na apropriação de um território multifuncional em Igarapé e Mateus Leme-MG*. Dissertação de Mestrado. 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. Editora Unesp; 1999

SIMMEL, George (1997). A metrópole e a vida do espírito. In: *Fortuna. Cidade, cultura e globalização*. Oeiras, Celta.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Scripta Nova. Barcelona, v. 93, 2001.

SOARES. Fonseca, Gildette. Migrações da mesorregião Norte de Minas/MG: análises do Censo Demográfico de 2010 / Gildette Soares Fonseca. Belo Horizonte, Tese de Doutorado. 2015. 310 f.

SPOSETO. Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER. Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. (Organizadores). – Led. – São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248 p.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil / João Pedro Stédile; coordenação Wanderley Laconte. – São Paul: Atual. 1997. – (Espaço e Debate)

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VEIGA, José Eli da. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização Estudos Avançados Online version, vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004.

VEIGA, José Eli da. José Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. Enpublicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2001..

WEBER, Max. *Conceitos e categorias da cidade*. In: Otávio Guilherme Velho (org.). O Fenômeno Urbano. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Cap.1-Pp11-21-Cap.25. Pp.387-409.

WIRTH, Louis. *Os desafios da cidade e da metrópole*. Trad. Leônidas G. de Carvalho. In: FLORESTAN, Fernandes (org.) Comunidade e Sociedade. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
 Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO
 Pesquisa: Chacreamentos Rurais: Produção do Espaço Rural no Norte de Minas Gerais
 Orientador: Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa
 Mestrando: Adinei Almeida Crisóstomo
 Área da Pesquisa: Chacreamento Vale dos Ipês
 Distrito de Nova Esperança – Montes Claros – MG / 2016.

Questionário

1 – Nome: _____

Idade: _____

2 – Qual é a sua profissão?

3 – É casado (a)? Se sim, qual a profissão do esposo (a)?

4 – Tem filhos? Quantos? _____

5 – Reside aqui no Chacreamento há quanto tempo?

A – Menos de 5 anos ()

B – Mais de 5 anos ()

C – Mais de 10 anos ()

D – Quanto tempo? _____

6 – Tem residência na cidade?

Qual cidade? _____

Qual bairro? _____

Com que frequência vem ao Chacreamento?

7 – Qual a finalidade e o uso que utilizam à área aqui do Chacreamento?

A – Moradia fixa ()

B – Descanso e lazer ()

C – É mais para passar o fim de semana? ()

D – Produção e plantação de algum produto agrícola? ()

Se sim, planta o que? _____

8 – Qual o principal motivo que levou você a vir morar ou estar aqui?

9 – Como era o Espaço quando veio morar aqui? E como é agora?

10 – A sua casa ou o seu terreno onde você mora hoje aqui, como o adquiriu?

A – Pela compra direto como o dono ()

B – Por alguma Empresa Imobiliária ()

C – Por Terceiros ()

D – Outro motivo? () _____

11 – Como você vê a mudança no espaço, aqui na região, ela mudou muito nos últimos anos?

A – Sim () B – Não ()

C – Pouca mudança ()

D – Muita mudança ()

E – Não teve mudanças no espaço, nos últimos anos ()

12 – Quantos lotes possui o Chacreamento?

13 – Quantas famílias moram aqui no Chacreamento?

14 – Qual a infra-estrutura existente no Chacreamento?

A – Possui ruas? ()

B – Rede de Esgoto? ()

C – Luz Elétrica? ()

D – Internet? ()

E – Comércio? ()

F – Água encanada? ()

G – Todas as alternativas. ()

15 – Sobre água, qual a demanda de água aqui na comunidade?

A – A água é de poço? ()

B – Possui Caixas d'água? ()

C – Todos têm o acesso à água?

Sim () Não ()

16 – Sobre o destino dos resíduos sólidos (lixo) gerados. Como é descartado?

A – Possui coleta de lixo? ()

B – Enterra? ()

C – Queima? ()

D – Outra opção. Qual? _____

17 – Antes de você morar aqui na área, quem eram os donos?

A – Imobiliárias? ()

B – Cartórios? ()

C – Sitiantes? ()

D – Outros donos. ()

18 – Hoje, quantas casas ou Chácaras possui o Chacreamento?

19 – Quantos moradores no total têm no Chacreamento?

20 – Qual o município /cidade você é, ou morava antes?

21 – Para manter a casa e a família, aqui você tem e encontra tudo o que precisa?

A – Sim () B – Não ()

22 – Para comprar os mantimentos da casa, você vai à cidade? Qual cidade?

Com que frequência?

A – Pouco () B – Às vezes () C – Muito ()

D – Não precisa ir à cidade ()

23–Este Chacreamento é regularizado?

A – Sim () B – Não () C – Não sabe ()

24 – Como você analisa esta área, que em poucos anos se transformou em uma alta concentração populacional baseado em chácaras?

A – É bom para a região? ()

B – É ruim, pois trás consequências para o meio ambiente? ()

C – Trás algum tipo de problema? Sim () Não () Qual?

D – Não trás nenhum problema? ()

25 – Para você, o que significa ter chácara aqui?

